

**DIAGNÓSTICO SOCIAL
DO CONCELHO DE PENICHE 2004**

REDE
SOCIAL
PENICHE

**Julho 2004
(2º Diagnóstico)**

Um trabalho da Comissão de Gestão e Coordenação:

João Augusto Barradas

(Centro de Solidariedade e Cultura de Peniche)

Raúl Santos

(Representante das Juntas de Freguesia)

Manuel Luís

(Associação Juvenil de Peniche)

Goreti Gonçalves

(Segurança Social – Serv. Peniche)

Vítor Farricha Mamede

(Câmara Municipal de Peniche)

Dinah Calado

(Câmara Municipal de Peniche)

Susana Maia

(Câmara Municipal de Peniche)

Maria Manuela Gomes

(Câmara Municipal de Peniche)

Victor Ramos

(Câmara Municipal de Peniche)

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE GERAL	3
ÍNDICE DE QUADROS	5
ÍNDICE DE GRÁFICOS	10
INTRODUÇÃO	11
PARTE I	13
O MÉTODO	13
1. METODOLOGIA	13
2. CONSTITUIÇÃO DOS PAINÉIS TEMÁTICOS INSTITUCIONAIS	15
2.1. População Idosa	15
2.2. Juventude e Educação	15
2.3. Infância	15
2.4. Saúde e Dependências	15
2.5. Formação e Emprego/Desemprego	16
2.6. Habitação, Pobreza e RSI	16
3. CONSTITUIÇÃO DAS COMISSÕES SOCIAIS DE FREGUESIA	16
3.1. Comissão Social Inter-Freguesias da Cidade de Peniche	16
3.2. Comissão Social de Freguesia de Atouguia da Baleia	17
3.3. Comissão Social de Freguesia de Serra D'El Rei	17
3.4. Comissão Social de Freguesia de Ferrel	17
PARTE II	18
CARACTERÍSTICAS FÍSICAS, ADMINISTRATIVAS E DEMOGRÁFICAS	18
1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	18
2. ESTRUTURA ESPACIAL	19
3. INSERÇÃO SÓCIO-ADMINISTRATIVA	27
4. CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS	30
PARTE III	38
CARACTERÍSTICAS SOCIAIS	38
1. POPULAÇÃO IDOSA	38
1.1. Identificação e Caracterização dos Problemas e Necessidades	38
1.2. Respostas e Recursos	44
1.3. Adequação dos recursos aos Problemas e Necessidades	46
1.4. Pistas para Planificação Futura	47

2. JUVENTUDE E EDUCAÇÃO	50
2.1. Identificação e Caracterização dos Problemas e Necessidades	50
2.2. Respostas e Recursos	54
2.3. Adequação dos recursos aos Problemas e Necessidades	62
2.4. Pistas para Planificação Futura	63
3. INFÂNCIA	65
3.1. Identificação e Caracterização dos Problemas e Necessidades	65
3.2. Respostas e Recursos	66
3.3. Adequação dos recursos aos Problemas e Necessidades	73
3.4. Pistas para Planificação Futura	74
4. SAÚDE E DEPENDÊNCIAS	76
4.1. Identificação e Caracterização dos Problemas e Necessidades	76
4.2. Respostas e Recursos	87
4.3. Adequação dos recursos aos Problemas e Necessidades	99
4.4. Pistas para Planificação Futura	99
5. FORMAÇÃO E EMPREGO/DESEMPREGO	101
5.1. Identificação e Caracterização dos Problemas e Necessidades	101
5.2. Respostas e Recursos	115
5.3. Adequação dos recursos aos Problemas e Necessidades	129
5.4. Pistas para Planificação Futura	130
6. HABITAÇÃO, POBREZA E RSI	132
6.1. Identificação e Caracterização dos Problemas e Necessidades	133
6.2. Respostas e Recursos	153
6.3. Adequação dos recursos aos Problemas e Necessidades	162
6.4. Pistas para Planificação Futura	163
7. SÍNTESE DOS PROBLEMAS SECTORIAIS E/OU TRANSVERSAIS IDENTIFICADOS	170
BIBLIOGRAFIA	173
SITES	174
CD-ROMs	174
ANEXO – Composição do Conselho Local de Acção Social de Peniche	175

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 – Evolução da estrutura de género da população residente no concelho de Peniche (1981-2001).

QUADRO 2 – Evolução da estrutura da população residente no concelho de Peniche segundo a freguesia de residência (1991-2001).

QUADRO 3 - População residente no concelho de Peniche segundo a estrutura etária e de género, em 2001.

QUADRO 4 – Evolução da estrutura etária da população residente no concelho de Peniche (1991-2001).

QUADRO 5 – Distribuição da população residente no concelho de Peniche segundo a freguesia de residência, o grupo etário e o género.

QUADRO 6 – Densidade populacional por territórios em 2001.

QUADRO 7 – Densidade populacional por freguesias do concelho de Peniche, em 2001.

QUADRO 8 – Evolução de indicadores sociais no concelho de Peniche (1996-2001).

QUADRO 9 – Distribuição do índice de envelhecimento e da densidade da população idosa por territórios, em 2001.

QUADRO 10 – Distribuição da população idosa e do índice de envelhecimento, por freguesias do concelho de Peniche, em 2001.

QUADRO 11 – Distribuição de utentes por Instituições do concelho de Peniche segundo a valência, em 2004.

QUADRO 12 – Níveis de instrução atingidos no concelho de Peniche segundo o género, em 2001.

QUADRO 13 – Distribuição dos estabelecimentos de ensino pré-escolar, básico e secundário do concelho de Peniche, por freguesias, no ano lectivo de 2003/2004.

QUADRO 14 – Estabelecimentos de ensino pré-escolar e básico em Atouguia da Baleia no ano lectivo 2003/2004.

QUADRO 15 – Estabelecimentos de ensino regular no concelho de Peniche a partir do 1º ciclo e número de alunos inscritos segundo o ano de escolaridade, no ano lectivo de 2003/2004.

QUADRO 16 – Alunos do ensino recorrente e da educação extra-escolar no concelho de Peniche, no ano lectivo de 2003/2004.

QUADRO 17 – Licenciaturas no âmbito da Escola Superior de Tecnologias do Mar e número de alunos inscritos, no ano lectivo de 2003/2004.

QUADRO 18 - População em idade de creche (0-3 anos) no concelho de Peniche e projecções, por anos lectivos (2001-2009).

QUADRO 19 – Creches no concelho de Peniche, no ano lectivo 2003/2004.

QUADRO 20 – Composição etária das crianças e jovens acompanhadas pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Peniche em 2003.

QUADRO 21 – Taxa de ocupação dos Jardins-de-infância do concelho de Peniche, no ano lectivo 2003/2004.

QUADRO 22 – Serviços de apoio aos Jardins-de-infância do concelho de Peniche, no ano lectivo de 2003/2004.

QUADRO 23 – Indicadores da área da Saúde por territórios.

QUADRO 24 – Óbitos segundo a causa de morte e o género, por territórios, em 1999.

QUADRO 25 - População residente com e sem deficiência segundo o género, por territórios, em 2001.

QUADRO 26 - População residente com deficiência segundo o tipo de deficiência e o género, por territórios, em 2001.

QUADRO 27 - População residente no concelho de Peniche com deficiência segundo o grau de incapacidade e o género, em 2001.

QUADRO 28 - População inscrita no Centro de Saúde de Peniche, segundo o grupo etário, em 31/12/2001.

QUADRO 29 – Evolução da taxa de cobertura da população relativa ao Centro de Saúde de Peniche (2000-2001).

QUADRO 30 – Distribuição dos utentes do CAT segundo a proveniência residencial (Junho de 2004).

QUADRO 31 – Composição etária dos novos utentes que frequentaram o CAT entre 2002 e 2003.

QUADRO 32 – Número de utentes que frequentaram o CAT entre 2002 e 2003 (activos).

QUADRO 33 – Movimento clínico geral no CAT (referente a novos utentes) no ano de 2003.

QUADRO 34 – Programa de substituição com metadona no CAT (em tratamento em 2004).

QUADRO 35 – Programa de substituição com metadona no CAT (tratamentos já terminados).

QUADRO 36 – Evolução da estrutura de profissões da população residente empregada, no concelho de Peniche (1991-2001).

QUADRO 37 - População residente, com actividade económica, empregada segundo a situação na profissão, no concelho de Peniche, em 2001.

QUADRO 38 - População residente, com 15 ou mais anos, segundo a condição perante o trabalho e o género, no concelho de Peniche, em 2001.

QUADRO 39 – Desempregados no concelho de Peniche segundo o grupo etário e o género, em Novembro de 2003.

QUADRO 40 – Desempregados no concelho de Peniche segundo a situação face ao emprego e o género, em Novembro de 2003.

QUADRO 41 - Desempregados no concelho de Peniche segundo o género, a escolaridade e a categoria profissional a que se candidatam, em Janeiro de 2003

QUADRO 42 - População residente desempregada em sentido lato, segundo o principal meio de vida, no concelho de Peniche, em 2001.

QUADRO 43 – Evolução da taxa de analfabetismo no concelho de Peniche (1991-2001).

QUADRO 44 – Cursos promovidos pela Cercipeniche-CREAP e alunos inscritos (2001-2002).

QUADRO 45 - Cursos promovidos pela AJAL e alunos inscritos (2002).

QUADRO 46 - Cursos promovidos pela Escola Secundária de Peniche e alunos inscritos (2001-2003).

QUADRO 47 - Cursos de formação profissional promovidos pela ACISP e alunos inscritos (2001-2003).

QUADRO 48 - Cursos promovidos pela FORPESCAS e alunos inscritos (2001-2003).

QUADRO 49 - Cursos promovidos pelo CENFIM e alunos inscritos (2001-2002).

QUADRO 50 – Áreas de formação dos cursos de formação profissional ministrados.

QUADRO 51 – Distribuição dos cursos de formação profissional por entidades promotoras e segundo a área de formação.

QUADRO 52 – Volume de horas dos cursos de formação profissional ministrados.

QUADRO 53 – Áreas de formação segundo o volume de horas.

QUADRO 54 – Tipo de horário dos cursos de formação profissional ministrados.

QUADRO 55 – Modalidades de formação dos cursos de formação profissional ministrados.

QUADRO 56 – Formandos segundo a condição perante o trabalho.

QUADRO 57 – Áreas de formação segundo a condição perante o trabalho.

QUADRO 58 – Níveis de formação conferidos pelos cursos de formação profissional ministrados.

QUADRO 59 – Famílias e alojamentos por freguesias do concelho de Peniche, em 2001.

QUADRO 60 – Alojamentos familiares no concelho de Peniche segundo o tipo de utilização, por freguesias, em 2001.

QUADRO 61 – Alojamentos familiares de residência habitual no concelho de Peniche segundo a existência de infraestruturas básicas, por freguesias, em 2001.

QUADRO 62 – Bairros propriedade da Câmara Municipal de Peniche, em 2004.

QUADRO 63 - Bairros propriedade do IGAPHE, em 2004.

QUADRO 64 - Bairros propriedade do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, em 2004.

QUADRO 65 – Famílias com pedidos de Habitação Social na Câmara Municipal de Peniche em 31/12/03, segundo a data de apresentação do pedido e a origem territorial ou étnica.

QUADRO 66 – Distribuição etária da população a aguardar Habitação Social no concelho de Peniche, em 31/12/03.

QUADRO 67 – Tipologia necessária para satisfazer os pedidos de Habitação Social no concelho de Peniche, segundo a dimensão dos agregados familiares, em 31/12/03.

QUADRO 68 – Famílias e indivíduos candidatos/beneficiários do RMG no concelho de Peniche, desde o Projecto-Piloto (1996-Setembro 2003).

QUADRO 69 – Distribuição etária e por género dos beneficiários do RSI no concelho de Peniche, em 2003.

QUADRO 70 - Distribuição dos beneficiários do RSI no concelho de Peniche por áreas de inserção, em 2003.

QUADRO 71 – Beneficiários do RSI no concelho de Peniche, segundo o motivo da dispensa para a inserção profissional, em 2003.

QUADRO 72 – Beneficiários do PCAAC segundo as freguesias do concelho de Peniche, em 2004.

QUADRO 73 – Instituições do concelho de Peniche Beneficiárias do PCAAC e número de utentes abrangidos, em 2004.

QUADRO 74 – Famílias Beneficiárias do PCAAC no concelho de Peniche segundo a sua dimensão, em 2004.

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População residente por territórios segundo a estrutura etária, em 2001.

Gráfico 2 – Evolução do índice de envelhecimento no concelho de Peniche (1991-2001).

Gráfico 3 – Evolução do índice de envelhecimento por territórios (1991-2001).

Gráfico 4 – População residente por territórios segundo os níveis de instrução atingidos, em 2001.

Gráfico 5 – Evolução dos alunos do Ensino Básico e Secundário, no concelho de Peniche, nos últimos dez anos lectivos (de 1994/95 a 2003/04).

Gráfico 6 - Evolução dos óbitos por doença e por acidente no concelho de Peniche (1994-1999).

Gráfico 7 – Evolução da estrutura de profissões da população residente empregada no concelho de Peniche (1991-2001).

Gráfico 8 – Evolução da taxa de actividade por territórios (1991-2001).

Gráfico 9 – Evolução da taxa de desemprego por territórios (1991-2001).

Gráfico 10 – Evolução dos processos activos no concelho de Peniche, entre 1996 e Setembro de 2003.

INTRODUÇÃO

O presente relatório destina-se à apresentação do Diagnóstico Social produzido para o Concelho de Peniche relativo a 2004, no quadro da Rede Social.

Constituindo-se como um produto da Rede Social concelhia, formalmente constituída em 28 de Fevereiro de 2000, tem subjacente os princípios orientadores do Programa, nomeadamente, visa potenciar uma base de informação de referência para a planificação da intervenção nas vertentes da erradicação ou atenuação da pobreza e exclusão social e, de forma lata, da promoção do desenvolvimento social, a nível do concelho e das freguesias. Com esse fim, faz a identificação sistemática de necessidades e recursos, recobrando áreas consideradas relevantes para o desenvolvimento social local.

Este trabalho foi conduzido pela Comissão de Gestão e Coordenação (composta pela Câmara Municipal de Peniche - que preside -, Centro de Solidariedade e Segurança Social Distrital de Leiria – Serviço local, representante das IPSS, representante das Juntas de Freguesia e Associação Juvenil de Peniche) e surge na sequência da primeira aproximação ao Diagnóstico Social - documento aprovado pelo Conselho Local de Acção Social de Peniche (CLAS) em 21 de Fevereiro de 2001 -, cuja abordagem procurou actualizar e aprofundar. A atenção conferida, no interregno, à dinâmica da Rede Social, no sentido da sua consolidação e aprofundamento, suscitou a necessidade da revisão do diagnóstico disponível, reportado a 2000, quer do ponto de vista qualitativo e quantitativo, quer do ponto de vista das insuficiências sectoriais e territoriais. Aliás, o esforço de actualização do diagnóstico deve ele próprio consistir num processo contínuo e inacabado, em consonância com as constantes transformações da realidade.

Pretende-se, nesta fase, proporcionar uma base de fundamentação na medida do possível fiável e geradora de consenso, em ordem à priorização dos problemas e necessidades e ao alinhamento de estratégias. O Plano de Desenvolvimento Social e o Plano de Acção são, assim, as metas subsequentes a atingir.

Neste processo de consolidação da Rede Social Local, o diagnóstico reveste-se de uma importância instrumental inegável, já reconhecida na primeira aproximação quando escreve: «os objectivos que presidem ao projecto de realização do Diagnóstico Social do Concelho de Peniche são não apenas os que derivam directamente da necessidade e importância de se dispor de um documento de inegável utilidade social, orientador de políticas sociais locais e com capacidade de apontar caminhos prioritários para as estratégias de intervenção social, mas também os que se encontram ligados à importância de se trabalhar em cooperação e, conseqüentemente, de se desenvolver a participação social e a solidariedade dos parceiros sociais envolvidos, além de, mesmo indirectamente, se poderem atingir elevados graus de realização, pela capacidade de potencializar sinergias e recursos que, isolados, perderiam muito da sua rentabilidade»¹. Essa instrumentalidade radica justamente no facto do diagnóstico consistir, em simultâneo, num produto do trabalho da/em/para a Rede.

O Diagnóstico Social do Concelho de Peniche encontra-se estruturado em três Partes:

A primeira parte refere a metodologia seguida, a constituição dos 6 Grupos Temáticos de Painéis Institucionais e das 4 Comissões Sociais de Freguesia que se dinamizaram para reflectirem em conjunto e trabalharem as áreas sociais seleccionadas.

A segunda parte aborda a realidade física, administrativa e demográfica do concelho de Peniche.

Por fim, a terceira parte apresenta as áreas-problema delimitadas para a análise em função das vulnerabilidades identificadas no concelho em sede do CLAS. Em relação a cada uma dessas áreas, procede à caracterização dos problemas e das necessidades, fornecendo leituras quantitativas e qualitativas; à descrição das respostas e recursos disponíveis; à avaliação da adequação/desadequação dos recursos existentes face aos problemas e necessidades detectados; e à inventariação de pistas para uma planificação futura, quer quanto a prioridades de uma Intervenção Social integrada, quer quanto a estratégias de adequação de recursos e de rentabilização das dinâmicas e das potencialidades do concelho de Peniche.

¹ CMP, *Diagnóstico Social do Concelho de Peniche – Primeira Aproximação*, 2000, p.9-10

PARTE I

O MÉTODO

1. METODOLOGIA

A metodologia implementada na elaboração do diagnóstico seguiu na linha da adoptada no processo da Primeira Aproximação, visando, da mesma forma, um duplo objectivo: a disponibilização de um instrumento de inegável utilidade social e a animação de uma dinâmica diagnóstica de participação dos diversos parceiros, mobilizadora para o trabalho em rede. Continuou a privilegiar-se um tipo de “abordagem sistémica da realidade, por aproximações sucessivas, com pontos de chegada globalmente participados, segundo um modelo interaccionista”².

Os procedimentos metodológicos desdobraram-se em três frentes fundamentais:

Uma primeira frente centrou-se na recolha e no tratamento sistemático de fontes documentais relacionadas com estatísticas, estudos e relatórios de actividade, consideradas pertinentes para o Diagnóstico Social.

Uma segunda frente consistiu na dinamização dos 6 painéis temáticos constituídos desde a fase do Pré-Diagnóstico a partir da identificação de áreas-problema, num formato institucional e técnico, os quais trabalharam a informação da primeira aproximação ao Diagnóstico Social no sentido da sua revisão, actualização e aprofundamento do ponto de vista sectorial.

Um terceira frente teve por base a constituição das Comissões Sociais de Freguesia - que contemplaram na sua composição não só entidades, como também, elementos da sociedade civil com alguma função social relevante -, as quais se debruçaram sobre a realidade social das freguesias, procurando identificar problemas e necessidades, numa tentativa de encetar um tipo de aproximação territorial ao Diagnóstico Social que complemente a abordagem

² Cf. CMP, *Diagnóstico Social do Concelho de Peniche – Primeira Aproximação*, 2000, p.11.

temática/sectorial. Refira-se o facto das freguesias integrantes da cidade de Peniche terem sido agrupadas numa única comissão, uma comissão social inter-freguesias, por não se conferir pertinência analítica a um tipo de focagem que não fosse integrado, ou seja, que não considerasse a realidade urbana como um todo uno.

Neste processo de construção do Diagnóstico Social de Peniche, privilegiou-se o envolvimento dos parceiros e procurou-se dar conta da análise da realidade social do concelho, tal como ela se dá a conhecer (é compreendida) aos (pelos) diferentes parceiros sociais. Pode dizer-se que o material informativo de base assentou, fundamentalmente, na discussão e reflexão produzidas pelos vários painéis de actores.

Refira-se que, nesta fase do Diagnóstico Social, foi possível proceder a um aprofundamento territorial da realidade social ao nível das freguesias, em termos qualitativos e quantitativos. Visou-se assim operar o cruzamento entre a perspectiva territorial e a perspectiva sectorial. Por razões de operacionalidade relacionadas com a necessidade de circunscrição analítica do diagnóstico, com a opção metodológica de capitalizar a dinâmica participativa e produtiva dos grupos de trabalho temáticos e com opções de formatação do documento que têm a ver com a organização da leitura a ser feita pelos parceiros sociais, as áreas sociais recobertas têm no relatório um tratamento autónomo. Não obstante, não restam dúvidas quanto ao facto dessas áreas constituírem componentes da mesma realidade que se interpenetram e cuja articulação não pode ser descurada, devendo antes, estar sempre presente na leitura do Diagnóstico Social.

Por abordar numa próxima construção diagnóstica ficam algumas variáveis relacionadas com áreas relevantes na perspectiva do Desenvolvimento Social Local, como são os casos do associativismo e dos equipamentos desportivos e recreativos; da cultura e do artesanato; da segurança; do ambiente; e das actividades económicas. No caso concreto das actividades económicas, tem sido tentada a constituição de um painel de discussão temática que envolva representantes do sector privado lucrativo da economia local inseridos nos diversos quadrantes, porém esta mobilização não tem sido conseguida. A necessidade de sensibilização destes actores não se afigura fácil e requer uma sofisticação de estratégias. Por último, será ainda necessário configurar, de forma apurada, o perfil social das diferentes freguesias.

2. CONSTITUIÇÃO DOS PAINÉIS TEMÁTICOS INSTITUCIONAIS

2.1 População Idosa

- Acompanha (entidade coordenadora) – Cooperativa de Solidariedade Social, António José Correia, Andreia Costa;
- Associação de Centro de Dia de Serra D´El-Rei - Sónia Borges;
- Centro de Solidariedade e Cultura de Peniche - João Augusto Tavares Barradas;
- Associação de Solidariedade Social de Ferrel - Eduardo Figueira;
- Santa Casa da Misericórdia de Peniche - Carlos Sá;
- Centro Social da Bufarda - José Noivo;
- Centro Paroquial de Bem Estar Social de Atouguia da Baleia - José Damas, João Trindade.

2.2. Juventude e Educação

- Conselho Municipal de Educação (entidade coordenadora) – Vítor Mamede;
- Associação Juvenil de Peniche - Manuel Ferreira Luís;
- CERCIPeniche - Rogério Cação;
- Representante das Freguesias do Concelho - Junta de Freguesia de N^a S^a da Conceição, Raúl Santos.

2.3. Infância

- Câmara Municipal de Peniche (entidade coordenadora) - Susana Maia;
- Comissão de Protecção de Crianças e Jovens – Susana Maia;
- Associação Jardim-de-infância de Ferrel - Joaquim da Silva Jorge;
- Centro de Solidariedade e Cultura de Peniche - João Augusto Barradas;
- CERCIPeniche - Rogério Cação;
- Centro Paroquial de Bem Estar Social de Atouguia da Baleia - José Damas, João Trindade;
- Santa Casa da Misericórdia de Peniche - Carlos Sá;
- Associação Juvenil de Peniche - Manuel Luís;
- Associação Jardim Infância de Serra D´El-Rei - Patrícia Chagas;
- Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas de Peniche - Susana Maria Pereira;
- Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas de Atouguia da Baleia - Albertina Azinheiro;
- Junta de Freguesia de Ferrel - Luís Ganhão;
- Conferência São Vicente de Paulo. Colónia Infantil dos Remédios;
- Centro de Convívio e Cultura de Geraldês - David Costa.

2.4. Saúde e Dependências

- Centro de Atendimento de Toxicodependentes de Peniche (entidade coordenadora) - Luís Fonseca;
- Centro de Saúde de Peniche - António José C. Botelho de Sousa;

- Hospital de São Pedro Gonçalves Telmo de Peniche - Elza Louro;
- Centro de Solidariedade e Cultura de Peniche - João Augusto Barradas;
- Acompanha – Cooperativa de Solidariedade Social, C.R.L. - António José Correia, Andreia Costa.

2.5. Formação e Emprego/Desemprego

- UNIVA da Escola Secundária de Peniche (entidade coordenadora) - Ana Rita Chagas;
- UNIVA da CERCIPeniche - José Morato;
- ADEPE. Associação para o Desenvolvimento de Peniche - António José Correia, Luís Duarte;
- Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Peniche - Ana Clara Rodrigues, Ana Marta Santos;
- Centro de Emprego e Formação Profissional de Caldas da Rainha - Paulo Lemos;
- CENFIM - Vítor Rodrigues;
- Câmara Municipal de Peniche - Susana Maia;
- FORPESCAS – José António Eiras;
- CERCIPeniche - Rogério Cação;
- PENICHE – RENDIBILROS - Alice Pitau Coelho;
- UNIVA da AJAL – Associação de Jovens Agricultores do Distrito de Leiria - Patrick Ebrero;
- CAT de Peniche - Luís Fonseca.

2.6. Habitação, Pobreza e R.S.I.

- Câmara Municipal de Peniche (entidade coordenadora) - Manuela Gomes;
- CAT de Peniche - Maria da Conceição Rodrigues;
- Centro de Solidariedade e Segurança Social de Leiria – Serviço de Peniche - Goreti Gonçalves;
- Coordenação Concelhia da Educação Recorrente e Extra-Escolar de Peniche - Ilda Trovão;
- Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Peniche - Carlos João.

3. CONSTITUIÇÃO DAS COMISSÕES SOCIAIS DE FREGUESIA

3.1 Comissão Social Inter-Freguesias da Cidade de Peniche

- Junta Freguesia N. Sra. Conceição – Sebastião Batalha;
- Junta Freguesia da Ajuda – Henrique Bertino;
- Junta de Freguesia S. Pedro – Joaquim Da Silva;
- Centro de Atendimento a Toxicodependentes de Peniche – Luís Fonseca;
- Centro de Solidariedade e Cultura de Peniche – João Augusto Barradas;
- Santa Casa da Misericórdia de Peniche – Carlos Sá;
- Instituto de Reinserção Social – Isabel Sequeira;

- Acompanha, Cooperativa de Solidariedade Social – António José Correia;
- ADEPE – Associação para o Desenvolvimento de Peniche – António José Correia;
- Conselho Executivo do Agrupamento de Escolas de Peniche – Susana Pereira;
- Individual – Maria de Fátima Santos Cordeiro;
- Individual – Reinaldo Alberto Ramos Gomes;
- Individual – Jofre Manuel Correia Pereira;
- Individual – José Manuel Cordeiro Ribeiro do Nascimento.

3.2. Comissão Social de Freguesia de Atouguia da Baleia

- Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia – Manuel Chagas;
- Agrupamento de Escolas de Atouguia da Baleia – Susana Correia;
- Centro Paroquial de Bem Estar Social de Atouguia da Baleia – João Trindade;
- Individual – Maria da Conceição Sousa Santos;
- Individual – Otilia Maria Silva Santos;
- Individual – Silvério Ferreira Silva;
- Individual – Horácio Ramos Ferreira.

3.3. Comissão Social de Freguesia de Serra D´El Rei

- Junta de Freguesia de Serra D´El Rei – Jorge Amador;
- Associação do Centro de Dia de Serra D´El Rei – Sónia Borges;
- Associação Jardim-de-infância de Serra D´El Rei – Patrícia Chagas;
- Individual – Ana Cláudia Alves.

3.4. Comissão Social de Freguesia de Ferrel

- Junta de Freguesia de Ferrel – Luís Ganhão;
- Extensão de Saúde de Ferrel – Arcindo Serafim;
- Escola Básica do 1º Ciclo de Ferrel – Luísa Jorge;
- Rancho Folclórico “Os Camponeses da Beira Mar” – Josselene Teodoro;
- Grupo Musical “Pé d´Areia” – Avelino Antunes;
- Comissão da Igreja de Ferrel – Joaquim Jorge;
- Associação para o Jardim Infantil de Ferrel – Filipe Oliveira;
- Associação de Solidariedade Social de Ferrel – Eduardo Figueira;
- Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Ferrel – Carlos Ratola;
- Individual – Victor Ramos.

PARTE II

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS, ADMINISTRATIVAS E DEMOGRÁFICAS

1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

No que diz respeito à caracterização geográfica do concelho de Peniche, pode citar-se o documento da primeira aproximação ao Diagnóstico Social. De acordo com o exposto, «o actual concelho de Peniche “limitado a poente pelo Atlântico [...], a norte e leste pelo concelho de Óbidos e a sul pelo da Lourinhã, [...] com uma parte continental -que abrange a maior superfície - e uma parte insular, formada pelo pequeno arquipélago das Berlengas, é uma zona litorânea que, não ocupando mais, no continente, que uma área de cerca de 74 quilómetros quadrados³, possui a particularidade de, perto de um quinto dessa área, ser ocupado por uma antiga ilha - ainda uma realidade nos inícios da Nacionalidade - e pelos terrenos de aluvião relativos ao istmo que haveria de ligá-lo ao continente. Embora considerada predominantemente agrícola, onde se desenvolvem culturas hortícolas e a área destinada a culturas arbóreas e arbustivas tenda a diminuir, à medida que o mar se encontra mais próximo, é uma região onde a presença desse mesmo mar - distendido ao longo de uma fronteira ocidental por cerca de 25 quilómetros, desde o Moinho Velho, a norte, até à praia dos Frades, a sul - sempre se impôs de maneira relevante, condicionando, de facto, todo o seu desenvolvimento.”⁴.

É interessante notar que a cidade de Peniche é actualmente a cidade mais ocidental de Portugal continental, assim como da Europa continental, sendo “as coordenadas geográficas da parte mais antiga da cidade de 39°21’ Norte e de 9°23’ Oeste”⁵.

A presença do oceano, a existência de praias, a grande extensão de área rural praticamente isenta de poluição, contribuem para um ambiente biofísico saudável.»⁶.

³ Segundo o INE, a área total do concelho de Peniche é de 77,7 km² (*Infoline*).

⁴ Conforme Mariano Calado, *Da Ilha de Peniche*, 1994.

⁵ ADEPE, *Realidade Social e Movimento Associativo do Concelho de Peniche*, 1999, p.15.

⁶ CMP, *Diagnóstico Social do Concelho de Peniche – Primeira Aproximação*, 2000, p.15.

2. ESTRUTURA ESPACIAL

Dos 77,4 km² da área total do concelho de Peniche, de acordo com dados reportado a 1996, a área agrícola ocupava 48.5% do território, a área florestal 9.2%, a área urbana 11.2% e a área afecta a outros fins 31.1%.

No que toca à estrutura espacial do município, mantém-se em grande medida actualizada a informação constante do Diagnóstico Social produzido anteriormente.

«A ocupação geral do território assenta num sistema muito desequilibrado. O índice de distribuição populacional por pequenos aglomerados é relativamente importante, embora se verifique uma maior concentração na sede de concelho. Não existe qualquer núcleo complementar à cidade de Peniche capaz de estabelecer dinâmicas alternativas às que se centram na sede de concelho.

A defesa e valorização do património natural não deve negligenciar a importância das comunidades humanas, isto é, devem-se colocar em planos equivalentes estes dois elementos do território. Desta forma, na análise do sistema urbano é essencial ter em conta os valores naturais, assim como a sua preservação. Baseada neste pressuposto foi feita uma classificação dividindo o concelho nos seguintes cinco sectores:

- 1) Faixa costeira sul entre a EN 247 e o mar,
- 2) Bacia interior do rio de S. Domingos integrando todo o território entre a EN114 e a EN 247,
- 3) Zona das terras baixas integrando a bacia terminal do rio de S. Domingos e a bacia do rio de Ferrel, território delimitado pela EN 114 a sul e pelo CM 1407 e pela EM 578 a norte,
- 4) Área predominantemente florestal delimitada a sul pelo CM 1407 e a norte pelo limite do concelho,
- 5) Península de Peniche / Cabo Carvoeiro.

No primeiro sector domina o compromisso entre ocupação urbana e a exploração da terra, subdividindo-se em três sub-sectores:

- o primeiro [sub-sector] integra S. Bernardino, Geraldês, Casais do Júlio, Lugar da Estrada, Consolação, Casal Moinho e faixa dunar até ao porto de Peniche, sendo este alvo de maior pressão urbanística;
- o segundo, localizado no extremo norte, é pouco ocupado, tendo a agricultura como uso dominante, sendo esta pontuada por algumas instalações industriais nos solos pobres;
- o terceiro, na faixa a sul de S. Bernardino e Alto Veríssimo, é um território quase virgem de ocupação construída.

O segundo sector é relativamente homogéneo, tem o futuro fortemente marcado pelo impacto da albufeira de S. Domingos e pelo IP6. Trata-se de um território agrícola com um conjunto de pequenos núcleos com características predominantemente rurais e onde se destaca como pólo principal a localidade de Bufarda.

O terceiro sector é constituído por solos de elevado valor agrícola, sendo hoje alvo de grande procura para a urbanização.

No quarto sector inclui-se um território de estrutura delicada e com acessos restritos, sendo actualmente marcado pela área florestal na qual se integra o Pinhal da Câmara.

O quinto e último sector é um sistema natural de rara beleza e o suporte da cidade sede de concelho, o que traz problemas no que diz respeito ao equilíbrio entre as opções sobre o desenvolvimento urbano e as políticas de defesa e valorização do património natural.

No que diz respeito aos sistemas urbanos, o concelho de Peniche é constituído por um núcleo principal com potencial e dinâmica significativos, e outros mais pequenos que são polarizados pela sede de concelho, demonstrando fraca dinâmica, não reunindo condições de competitividade em relação à cidade sede de concelho.

A hierarquização dos aglomerados foi feita a partir de uma correlação directa entre o potencial demográfico de cada núcleo e a sua qualidade urbana, medida em termos de qualidade ambiental, equipamentos disponíveis, serviços e actividades instaladas. Com base nestes

indicadores chegou-se aos principais sistemas urbanos e para-urbanos, discriminados de seguida, por ordem decrescente e até ao limite de 500 habitantes:

- Peniche
- Ferrel
- Atouguia da Baleia
- Serra de El-Rei
- Bufarda
- Geraldês

Para além destes existem, ainda, uma série de núcleos e lugares correspondentes a pequenas unidades rurais que, embora tenham como base a vida rural, apresentam já algumas funções ligadas ao apoio do turismo balnear, com relativa expressão, como é o caso de Casais do Baleal, Casal Moinho e Lugar da Estrada.

As unidades localizadas na faixa costeira sul constituem um sistema complexo, uma vez que, devido à pressão turística, verifica-se, actualmente, uma ocupação muito extensa, tendo como consequência a interpenetração dos diversos lugares. Esta ligação entre os vários pequenos aglomerados leva, por vezes, a uma dificuldade de delimitação dos mesmos, podendo-se, assim, falar de sistemas urbanos que agrupam as pequenas unidades originais, como seja o sistema de Consolação-Lugar da Estrada-Casal Moinho e o sistema de S. Bernardino-Casais do Júlio-Geraldês. Independentemente da sua extensão, até porque se desenvolvem junto aos eixos viários o que lhes dá uma configuração linear, não existe qualquer contrapartida na qualidade urbana das aglomerações.»⁷.

Os diferentes sistemas urbanos são descritos da seguinte maneira:

⁷ CMP, *Diagnóstico Social do Concelho de Peniche – Primeira Aproximação*, 2000, p.16-18.

1) Peniche

Actualmente com uma população que ronda os 15 595 habitantes⁸, «é um centro Urbano equilibrado, com oferta de valores e condições de vida em plano satisfatório, no contexto nacional, regional e concelhio.

O núcleo histórico, que se enquadra entre a Ribeira Velha e o Alto da Vila constitui, ainda hoje, o verdadeiro centro da cidade, devido à densidade de ocupação e ao elevado nível de equipamentos e serviços instalados. É ao núcleo histórico que está ancorada toda a vida urbana de Peniche.

O crescimento extra-muros esteve sempre ligado à pesca e actividades conexas. O primeiro registo de crescimento urbano nesta área, que consistiu no surgimento de um núcleo operário industrial (Prageira) com uma configuração linear servido pela estrada de acesso à península, correspondeu ao período áureo da pesca e das conservas. Mais tarde, com a expansão do porto, esse crescimento tomou dimensões maiores e hoje é uma extensa zona portuário-industrial em rápida transformação.

No que diz respeito à dinâmica urbana intra-muros a cidade, originalmente marginal às muralhas, tende hoje para se expandir em direcção a Poente.

‘A construção do prolongamento da EN114 até ao farol pela costa norte e, em anos mais recentes, o fecho deste anel pela costa sul, apoiado na perspectiva do Plano Geral do Arq.º. Paulino Montez, abriu caminho a transformações significativas no sistema de ocupação e na panorâmica geral da área da sede do concelho e criou a inevitável associação entre território urbano e toda a área contida no referido anel’⁹.

Actualmente, o sistema urbano é marcado pelo contraste entre dois tipos de crescimento: a zona histórica já consolidada e as áreas de expansão. Estas últimas localizam-se, essencialmente, na

⁸ Segundo o censo de 2001, a população residente nas três freguesias da cidade é a seguinte: Ajuda, 8660 indivíduos, Conceição, 4840 e São Pedro, 2095, o que totaliza 15 595 indivíduos (INE, *Infoline*). As áreas totais indicadas, em 2001, para estas freguesias são, respectivamente, de 4,7 km², de 0,7 km² e de 2,3 km² (INE, *Infoline*).

⁹ CMP, *Plano Director Municipal*, 1994.

faixa da orla sul, com uso predominantemente habitacional, e na faixa do vale central (associada à antiga Estrada dos Remédios) constituída por grandes avenidas que fazem ligação à zona baixa da cidade, com traçados regulares e perfis transversais também com dimensões consideráveis.»¹⁰.

2) Atouguia da Baleia

Atouguia da Baleia representa, no quadro das propostas efectuadas no âmbito do PDM, o principal núcleo¹¹ secundário do concelho. Regista actualmente uma significativa expansão urbana acompanhada da ampliação da oferta em serviços e verifica também um certo crescimento de algumas áreas periféricas.

Com cerca de 2 000 habitantes, «a sua estrutura espacial e organizativa está directamente ligada ao núcleo antigo, muito descaracterizado, e à EN 114, que atravessa a localidade.

O núcleo antigo tem perdido qualidades e funções urbanas, em detrimento de algumas áreas novas, devido à degradação do parque edificado.

A expansão é, principalmente, de carácter radial, feita ao longo das vias de comunicação, originalmente para Sul, hoje adjacente à EN114 integrando, sobretudo, habitações uni familiares.

Esta via rodoviária - EN114 - funciona como factor de divisão da localidade dificultando, de certa forma, a articulação das duas partes do aglomerado. ‘No panorama geral do aglomerado, a modéstia dos equipamentos e serviços públicos [...] só vê perspectivas de mudança radical com a nova escola¹²’, a qual se localiza na periferia sul enquadrada numa área de expansão urbana. Esta escola traz à vila de Atouguia da Baleia um grande afluxo de crianças de todas as freguesias rurais do concelho e de professores, auxiliares, e uma série de actividades conexas à

¹⁰ CMP, *Diagnóstico Social do Concelho de Peniche – Primeira Aproximação*, 2000, p.18-19.

¹¹ Para 2001, o número total de habitantes na freguesia de Atouguia da Baleia é de 7988 e a área total desse território está avaliada em 47,6 km² (INE, *Infoline*).

¹² CMP, *Plano Director Municipal*, 1994.

educação, cultura e desporto, que funcionam como factor revitalizante e de valorização da localidade.»¹³.

3) Ferrel

Com cerca de 2 356 habitantes¹⁴, «Ferrel localiza-se no entroncamento das vias de ligação a Baleal-Casais de Mestre Mendo-Serra D'El-Rei-Atougua da Baleia, onde se encontra, precisamente, o núcleo central do aglomerado (...). A estrutura urbana tem uma forma radial a partir do núcleo central e de certa forma anárquica, estando esta sempre ligada directamente com o binómio crescimento urbano/fronteiras de exploração agrícola. Ferrel é, por excelência, um núcleo rural, tendo tradições muito fortes, factor que se prende, também, com o facto de esta localidade ter estado isolada das restantes durante um longo período.

É hoje um pólo com potencialidades no domínio do turismo, até pela sua proximidade à costa e, principalmente, ao Baleal/Casais do Baleal, área de rara beleza, sujeita a uma elevada pressão associada ao turismo balnear.

4) Serra de El-Rei

Trata-se de mais um dos núcleos secundários de Peniche¹⁵; no entanto é um dos que apresenta maior fragilidade do ponto de vista do dinamismo relacionado com as actividades económicas e da sua estrutura urbana.

É também uma localidade dividida pela EN114 que, como no caso de Atougua da Baleia, interfere na sua dinâmica urbana. 'Organiza-se em quarteirões irregulares que se articulam segundo padrões aleatórios e criam um verdadeiro dédalo de ruas estreitas e sem horizontes'¹⁶.

Há necessidade de uma melhor articulação entre as áreas a norte e a sul da EN 114 e de promover a reconversão e recuperação do património construído, não esquecendo o estabelecimento de novos limites urbanos que enquadrem em futuras expansões.

¹³ CMP, *Diagnóstico Social do Concelho de Peniche – Primeira Aproximação*, 2000, p.19-20.

¹⁴ Por referência a 2001, a área indicada para a freguesia de Ferrel é de 13,8km² (INE, *Infoline*).

¹⁵ De acordo com os dados de 2001, a população da Serra D'El Rei estima-se em 1377 indivíduos e a área abrangida pela freguesia avalia-se em 8,6 km² (INE, *Infoline*).

¹⁶ CMP, *Plano Director Municipal*, 1994.

Um outro aspecto a ter em conta é a promoção de novas actividades, equipamentos e serviços, como seja, a localização de actividades industriais e armazéns numa futura zona industrial a criar junto da localidade.

5) Consolação, Lugar da Estrada, Geraldês, S. Bernardino

Resultante do confronto entre os núcleos rurais tradicionais e os novos núcleos de índole turística, situada na costa sul do concelho, esta área tem sido alvo de grande proliferação de novas casas ao longo das estradas e caminhos ligada à implantação de loteamentos turísticos relativamente extensos.

Este fenómeno leva à existência de usos e ocupação cíclicos e irregulares que oscilam entre a animação de verão e o adormecimento no resto do ano.

Mais uma vez a definição de limites urbanos mostra-se uma medida essencial para a contenção da expansão desordenada, neste caso concreto gerada pela pressão urbanística.

“Em termos de perspectivas de desenvolvimento da rede urbana e de equipamentos, e com o objectivo de amenizar a excessiva concentração das principais actividades industriais e de serviços na área da cidade, de forma a conseguir um melhor equilíbrio da rede urbana, há que seguir uma série de orientações, as quais são sintetizadas de seguida:

- a) Definição do território da cidade de Peniche dentro dos limites naturais da península do Cabo Carvoeiro;
- b) Definição da rede urbana secundária integrando os núcleos da Serra de El-Rei, Ferrel e Atouguia da Baleia, como sede dos processos de desenvolvimento urbano a favorecer com mais significado e no sentido de promover um maior equilíbrio no concelho;
- c) Definição de perímetros urbanos de Bufarda e Casais de Mestre Mendo como principais núcleos rurais a desenvolver;
- d) Definição de perímetros urbanos para Coimbrã e Casais Brancos no sentido de estabelecer limites e contrapartidas aos processos de expansão e ocupação linear ao longo da EN 114, reduzindo os seus efeitos perversos;

- e) Definição de perímetros urbanos para as aglomerações Consolação-Lugar da Estrada e S.Bernardino-Casais do Júlio-Geraldes, no sentido de integrar processos de crescimento avulso que vêm ocorrendo nestas áreas e conferir consistência e qualidade urbana a estes sistemas já relativamente complexos e sujeitos aos abalos das flutuações de ocupação sazonal;
- f) Definição de áreas de desenvolvimento turístico especial na Costa Sul e Norte de Peniche destinadas a integrar, de forma mais estruturada, iniciativas de ocupação turística numa perspectiva de qualidade;
- g) Definição de áreas industriais na zona de Atouguia da Baleia-Vale do Grou e Serra de El-Rei, favorecendo a reconversão de algumas ocupações industriais na cidade de Peniche e a emergência de novas indústrias ligadas aos núcleos urbanos secundários próximos”¹⁷.

Para além desta ideia central, no que respeita à rede urbana, a proposta de ordenamento consagra ainda perspectivas de reordenamento das aglomerações costeira, de alguns dos principais núcleos rurais e a abertura, para efeitos de desenvolvimento industrial e turístico, de novas áreas de expansão. “Salienta-se, no caso da indústria, o favorecimento de Atouguia da Baleia e Serra de El-Rei como pólos alternativos e complementares de Peniche; no caso do turismo, a definição de áreas de desenvolvimento turístico da Costa Sul (S.Bernardino e Consolação) e na Costa Norte (Baleal) correspondendo a áreas já comprometidas em estudos anteriores e onde importará, sobretudo, apostar na possibilidade de conseguir padrões qualitativos mais adequados às perspectivas do concelho nas fases de desenvolvimento dos respectivos projectos”¹⁸.»¹⁹.

Como dado significativo da evolução recente, assinala-se, por último, a abertura em 2004 de parte do troço do IP6 que irá ligar o concelho à A8, o qual irá constituir um eixo estruturante no que diz respeito às acessibilidades com origem e destino no/ao município e ligação ao resto do país. É de esperar um importante impacto daí resultante ao nível da estrutura espacial e consequências para a realidade do concelho aos mais variados níveis (económico, turístico, urbanístico, social, etc..).

¹⁷ CMP, *Plano Director Municipal*, 1994.

¹⁸ Idem, *Ibidem*.

¹⁹ CMP, *Diagnóstico Social do Concelho de Peniche – Primeira Aproximação*, 2000, p. 20-21.

3. INSERÇÃO SÓCIO-ADMINISTRATIVA

Na primeira aproximação ao Diagnóstico Social foi registada a perplexa hibridez de que se reveste a inserção sócio-administrativa do concelho de Peniche, pela sua integração em várias realidades, com áreas de abrangência diferenciadas, conducente aos mais variados constrangimentos e dificuldades.

«De facto, tanto do ponto de vista de proximidade geográfica e de acessibilidades, como de identidades socio-culturais, económicas, turísticas e/ou outras, as descoincidências são flagrantes, o que leva tanto a sobreposições como a desencontros e desacertos socio-administrativos e funcionais, no mínimo, embaraçosos e, sempre, prejudiciais para todos os intervenientes.

E, senão, vejamos:

Peniche é um dos 16 concelhos do distrito de Leiria²⁰ mas, por outro lado, faz parte da Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo que, é uma NUT II e integra 51 concelhos²¹, divididos em 5 sub-regiões, cada um das quais é uma NUT III²². Peniche encontra-se integrado na Região do Oeste (NUTE III)²³.

Simultaneamente, faz parte de uma Associação de Municípios, a Associação de Municípios do Oeste, com mais 13 Municípios²⁴, os quais dependem, administrativamente, de diversos distritos.

²⁰ Os 16 concelhos do distrito de Leiria são: Alcobaça, Alvaiázere, Ansião, Batalha, Bombarral, Caldas da Rainha, Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Óbidos, Pedrógão Grande, Peniche, Pombal e Porto de Mós.

²¹ Conforme informação disponibilizada na sua página: www.ccr-lvt.pt.

²² As 5 NUTIII da CCR de Lisboa e Vale do Tejo são: Médio Tejo, Lezíria do Tejo, Península de Setúbal, Grande Lisboa e Oeste (onde se integra o concelho de Peniche).

²³ A NUTIII do Oeste é constituída pelos seguintes 13 concelhos: Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

²⁴ São os seguintes os concelhos que integram a AMO: Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

No que respeita a estruturas e funcionamento dos vários serviços governamentais, a situação é a seguinte:

Formação Profissional e Emprego/Desemprego

A articulação de Peniche com o Instituto de Emprego e Formação Profissional é feita através da Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, descentralizada territorialmente no Centro de Emprego e Formação Profissional das Caldas da Rainha.

Habitação

A articulação de Peniche com o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado é feita através da Direcção de Gestão Habitacional do Centro, sediada em Coimbra, mas em relação à construção de habitação a custos controlados, destinada, exclusivamente, a alienação, a sua ligação é directamente com o INH em Lisboa.

Educação

Nesta área a articulação é efectuada com a DREL, Direcção Regional de Educação de Lisboa, através da CAE Oeste, Centro da Área Educativa do Oeste, sediada em Torres Vedras.

Segurança Social

Para a Acção Social o concelho de Peniche depende actualmente do CDSS de Leiria²⁵.

Saúde

Embora em relação a esta área o encaminhamento dos doentes se faça, normalmente, para o Hospital das Caldas da Rainha e para os hospitais de Lisboa; com excepção dos doentes toxicodependentes, que são seguidos em Coimbra, com quem o Centro de Atendimento a Toxicodependentes de Peniche articula, o enquadramento administrativo desta área é efectuado pela Administração Regional de Saúde do Centro, sediada em Coimbra.

²⁵ Corresponde ao actual Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Leiria.

Agricultura

No que toca aos aspectos agrícolas, Peniche integra a DRARO, Direcção Regional da Agricultura do Ribatejo e Oeste, com sede em Santarém, sendo que faz uma articulação com a Zona Agrária do Alto Oeste, com sede nas Caldas da Rainha.

Justiça

Peniche constitui uma Comarca de Acesso Final, incluída no Círculo Judicial de Caldas da Rainha, do Distrito Judicial de Lisboa.»²⁶.

Comunidade Urbana

Do ponto de vista político-administrativo, o concelho de Peniche é concelho fundador e integrante da ComUrbOeste, Comunidade Urbana do Oeste, estrutura formalmente constituída em 29 de Março de 2004, da qual fazem parte 11 concelhos da zona Oeste²⁷.

²⁶ CMP, *Diagnóstico Social do Concelho de Peniche – Primeira Aproximação*, 2000, p. 23-25.

²⁷ Aderiram à ComUrbOeste os seguintes 11 concelhos: Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

4. CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

Segundo dados do Censo de 2001, o conjunto da população residente no Concelho de Peniche está avaliado em 27.316 habitantes e distribui-se de uma forma quase equitativa pelos dois sexos: 13.938 são do sexo feminino e 13.377, do sexo masculino. Levando em conta o indicador da relação de masculinidade, verifica-se que há 96 homens por cada 100 mulheres.

QUADRO 1

Evolução da estrutura de género da população residente no concelho de Peniche (1981-2001)

	1981		1991		2001	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
H	12749	49,7	12717	49,1	13378	49,0
M	12878	50,3	13163	50,9	13938	51,0
TOTAL	25627	100,0	25880	100,0	27316	100,0
Relação de Masculinidade	--	99,0	--	96,6	--	96,0

Fonte: INE, CD-ROM – *O País em Números. Informação Estatística 1991-2001*. Jorge Caleiras, *Caracterização Sócio-Económica do Distrito de Leira*, (s/d), p.3.

Em termos da evolução demográfica recente, configura-se a passagem de um figurino de quase estagnação para um de expansão populacional, tendo em conta a ligeira variação de 1% registada na transição de 1981 para 1991 e o aumento de 5,5%, de 1991 para 2001. A actual dinâmica globalmente expansionista do município comporta, todavia, realidades diversas, consoante a freguesia, tal como mostra o quadro 2: enquanto que uma maioria verifica um crescimento demográfico positivo, como é o caso da Conceição (13,5%), de Atouguia da Baleia (12,0%) e de Ferrel (13,7%); As freguesias da Ajuda (0,1%) e de Serra D'El Rei (0,3%) revelam estar em estagnação; e, por sua vez, a freguesia de São Pedro denota um processo de regressão (com uma taxa de variação negativa de 12,2%).

Como contributo relevante para a compreensão e explicação da evolução demográfica do concelho e dos seus diferentes territórios, seria importante dispor-se de um estudo de caracterização dos movimentos migratórios, na sua extensão e composição, na medida em que estes constituem, como se sabe, um factor essencial de estruturação das

populações. Reportamo-nos em especial à percepção dos impactos dos fluxos de imigrantes e das migrações internas.

QUADRO 2

Evolução da estrutura da população residente no concelho de Peniche segundo a freguesia de residência (1991-2001)

	1991	2001	Tx Var 91-01
	Nº		%
Ajuda	8653	8660	0,1
Conceição	4264	4840	13,5
S. Pedro	2387	2095	(-12,2)
Atouguia da Baleia	7131	7988	12,0
Serra D'El Rei	1373	1377	0,3
Ferrel	2072	2356	13,7
Concelho de Peniche	25880	27316	5,5

Fonte: INE, *Infoline*.

Do ponto de vista da composição etária (quadro 3), constata-se que mais de metade da população do concelho de Peniche (52,5%) se situa no intervalo de idade dos 25 aos 64 anos, 16,8% pertence ao grupo com mais de 65 anos de idade, 15,9%, ao dos 0 aos 14 anos e 14,8%, ao dos 15 aos 24 anos.

No que diz respeito à participação de homens e mulheres nos diferentes níveis etários, assinala-se, como único dado distintivo, o predomínio feminino ao nível do segmento da população com 65 ou mais anos de idade. Aliás, este domínio tem reflexo na própria estrutura etária de cada sexo, sendo de registar, no caso das mulheres, uma sobreposição clara da população idosa relativamente às populações juvenis (18% contra 15,5% e 14,1%), quando, no caso dos homens, a percentagem de idosos é semelhante à dos jovens entre os 15 e os 24 anos (15,5%) e é, inclusivamente, superada pela percentagem do grupo etário dos 0 aos 14 anos (16,9%).

QUADRO 3

População residente no concelho de Peniche segundo a estrutura etária e de género, em 2001

	H	M	TOTAL
0-14 anos	50,2 2179 16,9	49,8 2163 15,5	100,0 4342 15,9
15-24 anos	51,3 2075 15,5	48,7 1971 14,1	100,0 4046 14,8
25-64 anos	49,1 7053 52,7	50,9 7298 52,4	100,0 14351 52,5
65 ou+ anos	45,2 2071 15,5	54,8 2506 18,0	100,0 4577 16,8
TOTAL	49,0 13378 100,0	51,0 13938 100,0	100,0 27316 100,0

Fonte: INE, CD-ROM – O País em Números. Informação Estatística 1991-2001.

QUADRO 4²⁸

Evolução da estrutura etária da população residente no concelho de Peniche (1991-2001)

	1991		2001		Tx Var 91-01
	Nº	%	Nº	%	%
0-14 anos	5419	20,9	4331	15,9	(-20,1)
15-24 anos	4120	15,9	4056	14,8	(-1,6)
25-64 anos	13075	50,5	14373	52,6	9,9
65 ou + anos	3266	12,6	4555	16,7	39,5
TOTAL	25880	100,0	27315	100,0	5,5

Fonte: INE, *Infoline*.

Atendendo ao quadro 4, onde é possível observar a evolução da estrutura etária durante o período inter censitário, constata-se que diminuiu a proporção de crianças e jovens até aos 24 anos, sobretudo a do grupo dos 0 aos 14 anos, que verificou uma perda de 5 pontos percentuais. Ao contrário, a percentagem de idosos aumentou de 12,6% para 16,7% na última década. Este aumento da importância relativa de idosos na população

²⁸ Consoante as fontes de informação, observam-se *nuanças* sensíveis nos dados estatísticos registados que não são, contudo, significativas.

total expressa o cenário de envelhecimento demográfico sentido transversalmente no país²⁹ e, numa escala mais alargada, a nível da União Europeia³⁰, sendo que esta faixa etária deixou de ser a menos representativa a nível do concelho de Peniche e passou a ser a segunda mais representativa. Pode dizer-se que se demarcam duas tendências distintas: os grupos etários mais jovens verificam taxas de variação negativas - bastante pronunciada no caso da população dos 0 aos 14 anos (20,1%); Em contraste, os grupos etários mais velhos revelam evoluções positivas de 9,9%, no caso dos adultos entre os 25 e os 64 anos, e de 39,5%, no caso dos idosos, consistindo este valor na maior variação registada.

São vários os sinais de envelhecimento demográfico que podem ser apontados. Por um lado, centralizando a atenção na população em idade activa, retém-se a evolução contrastante dos adultos jovens (15-24 anos) e dos adultos mais velhos (25-64 anos), progredindo estes e regredindo aqueles, sendo de concluir pelo próprio envelhecimento da população em idade activa. No seio desta última, os efectivos entre os 50 e os 64 anos de idade estimados para o concelho de Peniche representam, em 2001, cerca de ¼ do total da população em idade activa³¹. Numa abordagem ao índice de sustentabilidade potencial, o município iguala os valores obtidos para o país: para cada idoso existem 4 indivíduos em idade activa (15-64 anos). Ao nível da Europa, as projecções da Comissão Europeia³² são para a progressão do envelhecimento, perspectivando, por um lado, a paragem do secular crescimento da população em idade de trabalho; por outro lado, importantes consequências resultantes da aposentação das crianças do “baby-boom”, processo para o qual falta menos de uma década; e, por último, a par do prolongamento da esperança de vida, a expansão do número de indivíduos com idade muito avançada, ou seja, com mais de 80 anos, sendo prognosticado um aumento deste grupo em mais de 50% nos próximos 15 anos.

²⁹ Vide INE, *Censos 2001 – Resultados Definitivos*.

³⁰ Vide Comissão Europeia, *La Situation Sociale dans L'Union Européenne 2003*.

³¹ INE, *Estimativas Provisórias da População Residente*, aferidas dos resultados provisórios dos Censos de 2001, ajustados com as taxas de cobertura.

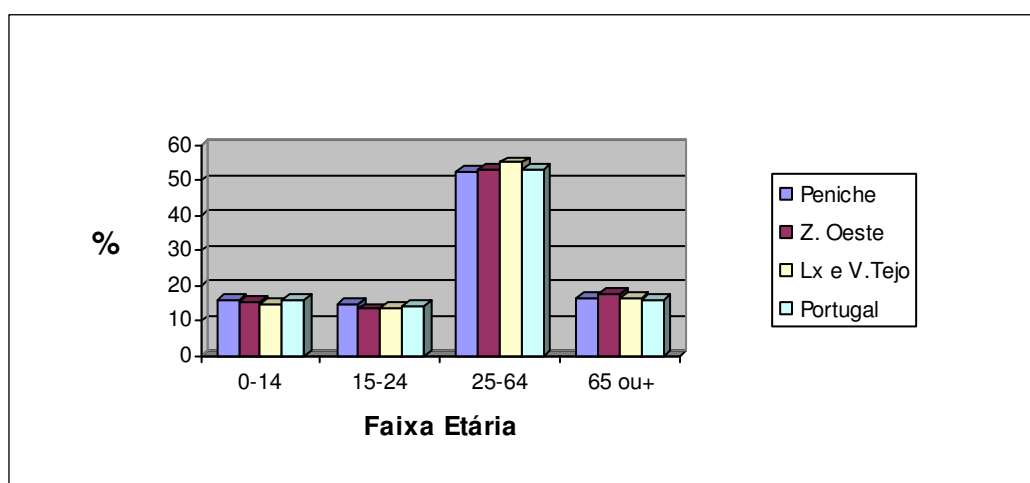
³² Vide Comissão Europeia, *La Situation Sociale dans L'Union Européenne 2003*, p.11.

Não há dúvidas de que, no seu conjunto, estas observações, centradas em dados actuais e análises prospectivas em torno do fenómeno do envelhecimento demográfico, não podem deixar de suscitar desafios à sociedade em geral e às políticas económicas e sociais em particular, num horizonte de curto/médio prazo.

Numa leitura transversal, pode ver-se através do gráfico 1 que, no ano de 2001, a estrutura etária do concelho de Peniche está em sintonia com as estruturas observadas para os seus contextos mais amplos de inserção, nomeadamente a zona Oeste, a região de Lisboa e Vale do Tejo e o território nacional.

GRÁFICO 1

População residente por territórios segundo a estrutura etária, em 2001



Fonte: INE, CD-ROM – *O País em Números. Informação Estatística 1991-2001.*

No que diz respeito à composição etária das freguesias integrantes do município de Peniche, são de assinalar diferenças entre elas³³. Prevalendo em qualquer dos casos a preponderância dos adultos entre os 25 e os 64 anos, distinguem-se na importância relativa conferida às populações jovens e idosas, havendo, por um lado, freguesias como a Ajuda, a Conceição e Ferrel que denotam um certo equilíbrio percentual entre esses segmentos e, por outro lado, freguesias onde a faixa etária dos idosos se sobrepõe nitidamente à dos 0 aos 14 anos e à dos 15 aos 24 anos, como é o caso de São Pedro,

³³ Ver quadro 5.

Atouguia da Baleia e de Serra D'El Rei. Nesta última freguesia, a percentagem de indivíduos com 65 ou mais anos de idade ultrapassa mesmo a média concelhia em 6,2 pontos percentuais, registando, igualmente, as mais baixas proporções de crianças e jovens entre os 0 e os 14 anos de idade, bem como, de adultos entre os 25 e os 64 anos. Serra D'El Rei e São Pedro são freguesias onde os segmentos jovens, no seu conjunto, têm menor representação. Conclui-se, portanto, que as formas de estruturação etária das freguesias são diferenciadas, havendo algumas mais envelhecidas que outras, e que as diferenças encontradas não estão relacionadas com a condição de urbana ou de rural, uma vez que há dissonâncias entre as freguesias integrantes da cidade e o mesmo acontece entre as freguesias da zona rural.

QUADRO 5

Distribuição da população residente no concelho de Peniche segundo a freguesia de residência, o grupo etário e o género, em 2001

		Ajuda		Conceição		S. Pedro		Atouguia da Baleia		Serra D'El Rei		Ferrel	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0-14	H	672		368		167		669		102		201	
	M	681	15,6	388	15,6	146	14,9	685	17,0	75	12,9	188	16,5
	Total	1353		756		33		1354		177		389	
15-24	H	723		376		135		533		118		190	
	M	682	16,2	360	15,2	148	13,5	539	13,4	98	15,7	144	14,2
	Total	1405		736		283		1072		216		334	
25-64	H	2219		1254		561		2067		326		626	
	M	2351	52,8	1323	53,2	582	54,6	2067	51,8	341	48,4	634	53,3
	Total	4570		2577		1143		4134		667		1260	
65 ou+	H	570		352		147		674		153		175	
	M	762	15,4	419	15,9	209	17,0	754	17,9	164	23,0	198	15,8
	Total	1332		771		356		1428		317		373	
TOTAL	H	4184		2350		1010		3943		699		1192	
	M	4476	100,0	2490	100,0	1085	100,0	4045	100,0	678	100,0	1164	100,0
	Total	8660		4840		2095		7988		1377		2356	

Fonte: INE, *Infoline*.

É ainda relevante verificar que o concelho de Peniche apresenta, segundo dados de 2001, uma densidade populacional consideravelmente elevada. De facto, o número de 351,5 habitantes por km² é bastante superior ao da Região Oeste (156,5 Hab/km²) e mesmo ao

da Região de Lisboa e Vale do Tejo (294,7 Hab/km²). Portugal apresenta, na mesma data, um valor de 112,4 Hab/km².

QUADRO 6

Densidade populacional por territórios em 2001

Portugal	Lx e Vale do Tejo	Zona Oeste	Peniche
Hab/Km ²			
112,4	294,7	156,5	351,5

Fonte: INE, CD-ROM – *O País em Números. Informação Estatística 1991-2001.*

Olhando para a realidade das freguesias de Peniche, sobressaem, do conjunto, os valores exponenciais obtidos para as freguesias urbanas relativamente à densidade populacional. Destaca-se a Conceição com a marca de 7079,2 Hab/km². O índice mais baixo do concelho é registado na Serra D'El Rei (159,9 Hab/km²), mas mesmo neste caso é superada a média nacional.

QUADRO 7

Densidade populacional por freguesias do concelho de Peniche, em 2001

Ajuda	Conceição	S. Pedro	Atougua da Baleia	Serra D'El Rei	Ferrel	Concelho de Peniche
Hab/Km ²						
1837,8	7079,2	904,7	167,9	159,9	170,7	351,5

Fonte: INE, CD-ROM – *O País em Números. Informação Estatística 1991-2001.*

O quadro 8 mostra a evolução de um conjunto de indicadores sociais para o concelho de Peniche, entre 1996 e 2001.

QUADRO 8

Evolução de indicadores sociais no concelho de Peniche (1996-2001)

		1996	2001	Var
Taxa de Natalidade	‰	9,9	10,1	0,2
Taxa de Mortalidade		10,6	12,2	1,6
Taxa de Excedente de Vidas		(-0,7)	(-2,0)	(-1,3)
Taxa de Nupcialidade		6,3	6,4	0,1
Taxa de Divórcio		1,9	2,8	0,9
Taxa de Fecundidade		41,8*	39,9	(-1,9)
Nados-Vivos Fora do Casamento	%	25,8	31,2	5,4
Índice de Envelhecimento	%	89,8*	96,7	6,9

Fonte: INE, *Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo 1997*, Ed. 1998; INE, *Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo 1999*, Ed. 2000; INE, *Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo 2002*, Ed. 2003;

Notas: * valores referentes a 1998.

Relativamente ao saldo fisiológico, observa-se uma tendência negativa em acentuação, muito por força da significativa subida da taxa de mortalidade. Do ponto de vista da estrutura das famílias, retêm-se os dados da estabilização do nível de casamentos e do aumento da frequência dos divórcios. Este último aspecto está em consonância com o cenário de crescente instabilidade das relações conjugais, em concreto das formalizadas pela instituição do casamento, vivido em Portugal³⁴ e também na generalidade dos países da União Europeia³⁵. Além disso, diminuiu o indicador de fecundidade e aumentou a percentagem de crianças nascidas fora do casamento. Acresce-se, finalmente, a constatação do envelhecimento da população tendo em conta o crescimento do índice de envelhecimento que é, de todos os indicadores considerados, aquele que verificou a variação mais significativa e cujas repercussões nas estruturas familiares e sociais importa avaliar com particular acuidade.

³⁴ Vide INE, *Censos 2001 – Resultados Definitivos*.

³⁵ Vide Comissão Europeia, *La Situation Sociale dans L'Union Européenne 2003*.

PARTE III

CARACTERÍSTICAS SOCIAIS

1. POPULAÇÃO IDOSA

1.1. Identificação e Caracterização dos Problemas e Necessidades

Quando se fala em população idosa ou em envelhecimento incorre-se no risco de uma utilização acrítica das expressões, motivada por um conjunto de *a priori* ou pré-noções veiculado, em boa parte, pelo discurso comum. Conforme alertam autores como P. Pitaud e M. Redonet, este tipo de discurso tende a configurar uma imagem caricatural e negativa do idoso, em que «dependência, isolamento, doença, inutilidade social e velhice são um só»³⁶ e, neste sentido, «“velhice, envelhecimento e envelhecer” são termos muito conotados»³⁷.

As pesquisas contemporâneas apontam assim para a necessidade de adopção de procedimentos de relativização na abordagem a fenómenos associados ao envelhecimento e da desmontagem de noções apriorísticas, em especial daquelas que fazem passar ideias negativas e discriminatórias relativamente ao envelhecimento. Com efeito, a população idosa não corresponde a um grupo homogéneo, mas antes, heterogéneo, que abrange uma diversidade de facetas e de histórias de vida individuais.

Dados demográficos

Considerando os dados oficiais do Censo de 2001, o índice de envelhecimento indicado para o concelho de Peniche é de 96,7%, um valor inferior ao dos seus contextos de influência, nomeadamente, a Zona Oeste (123,9%), Lisboa e Vale do Tejo (110,2%) e Portugal (103,6%). Sendo que estes indicadores foram calculados com base em

³⁶ Pitaud e M. Redonet, “Solitude de l’âge, solitudes des âges”, in P. Pitaud (Org.), Op. Cit., 2004, p.27.

³⁷ Idem, Ibidem, p.28.

estimativas demográficas, vale a pena sublinhar que não são coincidentes com os valores reais, obtidos a partir dos dados definitivos. Com efeito, considerando o total de pessoas com 65 ou mais anos de idade a residir em Peniche, contabilizado em 4577 indivíduos, o índice de envelhecimento real do município é então de 105,4% e a média nacional passa a ser de 102,6%³⁸. Na circunstância, constata-se, pois, que Peniche tem um nível de envelhecimento acima do nível médio do país.

Em termos de densidade, a população idosa residente neste município é, no conjunto dos territórios abordados, aquela que verifica o valor mais elevado, correspondente a 58,9 indivíduos por km², um número muito acima do padrão nacional, na casa dos 18,2 idosos por km² ³⁹, dado que espelha, aliás, a elevada densidade populacional em geral patenteada pelo concelho de Peniche.

QUADRO 9

Distribuição do índice de envelhecimento e da densidade da população idosa por territórios, em 2001

	Índice de Envelhecimento	Densidade de Habitantes Idosos ^(a)
	%	Hab/Km ²
Peniche	96,7	58,9
Zona Oeste	123,9	27,1
Lx e Vale do Tejo	110,2	47,9
Portugal	103,6	18,2

Fonte: INE, *Infoline*.

Nota: ^(a) Os habitantes idosos referem-se à população residente com 65 ou mais anos.

A evolução demográfica recente tem configurado uma tendência de envelhecimento da população do concelho que, de 1991 para 2001, viu o grupo dos idosos passar de segmento etário menos representativo para o segundo mais representativo, em função de um ritmo de expansão muito pronunciado, a rondar os 40%.

³⁸ Os índices de envelhecimento reais para Lisboa e Vale do Tejo e a zona Oeste são, respectivamente, 109,9% e 112,6%.

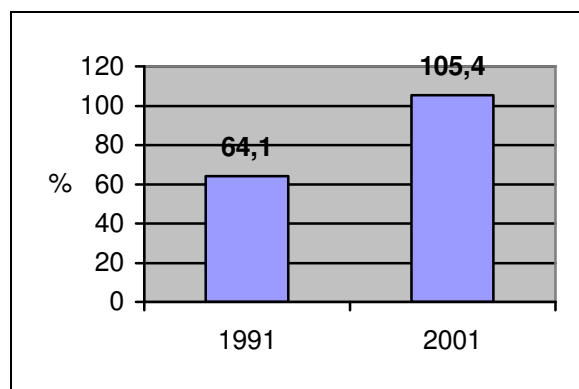
³⁹ A densidade de população com 65 ou mais anos de idade residente na região de Lisboa e Vale do Tejo é aquela que mais se aproxima do valor obtido para Peniche - ainda assim, com uma diferença de 11 pontos percentuais -, apresentando uma média de 47,9 indivíduos por Km²; Para a zona Oeste, a estatística é de 27,1 indivíduos por Km².

Subjacente ao envelhecimento está o prolongamento da esperança de vida da população. Este dado é transversal à realidade europeia, a propósito da qual pode considerar-se a análise de P. Pitaud e M. Redonet, no texto “*Solitude de l’âge, solitudes des âges*”⁴⁰, em que apontam a mudança ocorrida ao nível das causalidades do envelhecimento: se, em meados do século XX, o crescimento da população idosa era devido, essencialmente, à diminuição da fecundidade, mais recentemente, o factor mais importante teve a ver com o aumento da longevidade. No ponto de vista dos autores, o aumento da esperança de vida à nascença constitui um dado marcante da evolução demográfica dos países da União Europeia desde 1945. A partir desse período, o indicador verificou uma progressão quase constante que continua a registar, isto não obstante o abrandamento no início dos anos noventa. De 1980 a 2000, as estimativas para a esperança de vida no seio da União Europeia passaram dos 70,5 para os 74,9 anos, no caso dos homens, e dos 77,2 para os 81,2 anos, no caso das mulheres; em Portugal, passaram dos 67,7 para os 71,8 anos e dos 75,2 para os 78,9 anos, respectivamente⁴¹.

O gráfico 2 é sintomático da progressão do número de idosos no concelho de Peniche, ao apresentar o crescimento galopante do índice de envelhecimento no período intercensitário.

GRÁFICO 2

Evolução do índice de envelhecimento no concelho de Peniche (1991-2001)



Fonte INE, CD-ROM – O País em Números.

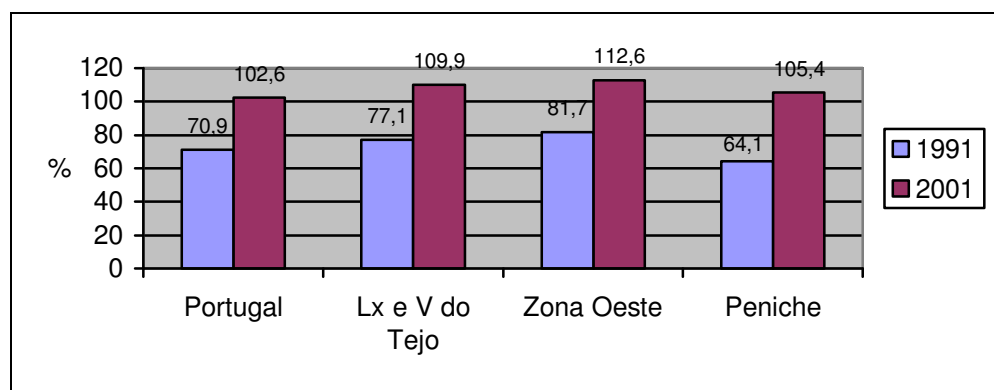
⁴⁰ Artigo inserido no livro organizado por P. Pitaud, Op. Cit., 2004, p.25-76.

⁴¹ Estatísticas da Comissão Europeia, “*Statistiques en Bref*”, 2001, p.6.

A realidade de Peniche está em consonância com a dos seus contextos de referência no tocante ao sentido expansionista do indicador de envelhecimento por referência ao decénio de 1991 a 2001 (gráfico 3), mas destaca-se do conjunto por registar a variação mais significativa.

GRÁFICO 3

Evolução do índice de envelhecimento por territórios (1991-2001)



Fonte: : INE, CD-ROM – O País em Números.

No que diz respeito à composição interna do concelho de Peniche (quadro 10), relativamente aos 4577 idosos indicados, verifica-se que 2459 (53,7%) residem na cidade e 2118 (46,3%) estão localizados nas freguesias limítrofes, sendo que, destes últimos, 1428 vivem em Atouguia da Baleia, 317 na Serra D'El Rei e 373, em Ferrel. Observa-se, igualmente, que os índices de envelhecimento ultrapassam, na generalidade, a fasquia dos 100% - atingindo a freguesia de Serra D'El Rei a marca modal de 179,1% -, com exceção para o caso da freguesia de Ferrel cuja percentagem está, não obstante, muito perto (95,9%).

QUADRO 10

Distribuição da população idosa e do índice de envelhecimento, por freguesias do concelho de Peniche, em 2001

		Freguesias	População Idosa		Índice de Envelhecimento
			Nº		%
Concelho de Peniche	Cidade	Nª Sª Conceição	771	2459	101,5
		S. Pedro	356		
		Ajuda	1332		
	Zonas Limítrofes	Atouguia da Baleia	1428	105,5	
		Serra D'El Rei	317	179,1	
		Ferrel	373	95,9	
	TOTAL		4577		

Fonte: INE, CD-ROM – O País em Números.

Nota: O quadro reporta-se à população residente com 65 ou mais anos de idade.

Problemas e necessidades

O desenvolvimento dos trabalhos a nível deste painel conduziu à identificação de alguns problemas nesta área:

- Existência de situações graves de isolamento social e físico de idosos, por razões de ausência de familiares, pela falta de mobilidade do idoso e pela insuficiência ou mesmo ausência de informação acerca das respostas sociais;
- Falta de respostas de Centro de Dia e Centro de Convívio na zona urbana e nas freguesias de Ferrel e de Atouguia da Baleia;
- Falta de possibilidade de resposta aos pedidos para valência de Lar - o Lar de Santa Maria tem uma lista de espera em crescendo desde 1999, que conta em Abril de 2004 com 78 inscrições, 53 são mulheres e 25, homens, todos com carácter de urgência. A procura deste tipo de resposta faz-se sentir em todo o concelho;
- Carências na cobertura dos serviços de apoio domiciliário, em termos horários⁴²;

⁴² No que diz respeito à Freguesia de Ferrel, é de referir que a Associação de Solidariedade Social de Ferrel presta apoio domiciliário desde as 8h30 às 19h00, todos os dias, incluindo Sábados, Domingos e Feriados; Por sua vez, a Acompanha está a cumprir um horário das 8h30 às 19h30, também todos os dias, sem exceções; Já a Santa Casa da Misericórdia de Peniche chega a prestar apoio ao domicílio aos fins-de-

- Necessidade de apoio ao domicílio a idosos em situação de isolamento e/ou dependência no período da noite;
- Existência de listas de espera nas valências assinaladas (Centros de Dia e Convívio, Lar e Apoio Domiciliário);
- Respostas pouco adequadas do sistema de saúde;
- Falta de uma Unidade de Apoio Integrado e de um Serviço de Cuidados Continuados de Saúde. Trata-se de obter resposta para a transição entre o Hospital e o domicílio no caso de doentes que, após receberem alta hospitalar, continuam a carecer de cuidados de saúde e/ou tenham necessidade de apoio psicossocial e, também, para as situações de doença em fase terminal. Refira-se que grande parte dos utentes do Lar de Santa Maria encontra-se a receber complemento de 2º grau⁴³ (já há aprovação relativamente a 8 idosos, estando 17 a aguardar aprovação);
- Falta de respostas institucionais para a gestão de situações de vida terminais;
- Necessidade de aproveitamento e reestruturação de novos serviços, como o telealarme, telecentro, que se têm revelado pouco adequados face às necessidades reais desta população;
- Necessidade de requalificação das instalações do Lar de Santa Maria, as quais apresentam condições obsoletas⁴⁴;
- Necessidade de uma maior qualificação e formação (inicial e contínua) de profissionais, técnicos e dirigentes⁴⁵;

semana em situações de necessidade, na área da higiene pessoal, normalmente envolvendo utentes acamados.

⁴³ Este tipo de Complemento destina-se a pessoas com grande grau de dependência.

⁴⁴ O início do funcionamento das instalações do Lar de Santa Maria data de 1972. A propósito da necessidade de requalificação arquitectónica do edificado, o Centro de Solidariedade e Cultura de Peniche abandonou o projecto inicial que previa a realização de obras de alteração e modernização das actuais instalações, em favor de um outro em que preconiza a construção de um novo Lar, que passa a contemplar para além da valência de Lar, igualmente a de Unidade de Apoio Integrado e de Cuidados Continuados de Saúde, servindo o actual edifício do Lar de Santa Maria para instalar diferentes equipamentos sociais para a Criança, que constituem valências da instituição e que se encontram, no presente, a funcionar em espaços provisórios e pouco ou nada adequados. A exclusão do projecto inicial deve-se, por um lado, à impossibilidade de transferência dos utentes do Lar com vista a execução das obras de adaptação, o que implicaria a sua permanência no decurso da intervenção - a qual se previa que fosse demorada e de envergadura - situação susceptível, por sua vez, de acarretar consequências nefastas para a segurança, saúde e tranquilidade dos utentes. Por outro lado, foram considerados os constrangimentos de ordem física relacionados com a extrema dificuldade ou mesmo impossibilidade de conseguir as necessárias e exigíveis adaptações ao edifício, tendo em conta as condições que reúne actualmente, de forma a assegurar a conformidade com as prescrições legais em vigor.

- Necessidade de mais apoio por parte da Segurança Social. As entidades integradoras deste Painel consideram que são insuficientes os acordos de cooperação entre as instituições e a Segurança Social, o que dificulta ou impossibilita mesmo o apoio a idosos com baixos rendimentos, assim como, a extensão dos serviços, uma vez que as próprias instituições não têm capacidade financeira, nem recursos humanos e físicos para tal. Na generalidade das instituições, o número de utentes apoiados supera o número abrangido pelos acordos de participação celebrados. É pois sentida a necessidade de celebração de mais Acordos de Cooperação, assim como, de mais apoio para casos atípicos e para utentes carenciados. A este propósito, as entidades apontam os constrangimentos resultantes dos acordos típicos que são celebrados, cujo estabelecimento de serviços a prestar nem sempre corresponde às necessidades sentidas pelos utentes, as quais variam de caso para caso, sendo mesmo preciso, com frequência, realizar serviços não previstos.

1.2. Respostas e Recursos

Actualmente existem no concelho 7 instituições particulares sem fins lucrativos que oferecem serviços de apoio a idosos, sendo 6 equipamentos de Apoio Domiciliário, 2 Centros de Dia, 1 Centro de Convívio e 1 Lar. Estes equipamentos servem, no seu conjunto, 331 utentes e distribuem-se da seguinte forma:

- 1 Lar, na cidade de Peniche, dependente do Centro de Solidariedade e Cultura de Peniche (CSCP), com 75 idosos;
- 6 Apoios Domiciliários:
 - Na área da cidade:
 - Da Santa Casa da Misericórdia de Peniche (SCMP), que presta serviço a cerca de 54 utentes;
 - Da ACOMPANHA, que apoia cerca de 34 utentes;

⁴⁵ A formação permite contornar a dificuldade que consiste em recrutar pessoal qualificado.

Nas áreas limítrofes:

- Na Serra D´ El-Rei, da Associação de Centro de Dia de Serra D´El Rei (ACDS), com 31 utentes;
- Em Ferrel, da Associação de Solidariedade Social de Ferrel (ASSF), com 34 utentes;
- Em Atouguia da Baleia, do Centro Paroquial Bem Estar Social de Atouguia da Baleia (CPBESA), com 23 utentes;
- Na Bufarda, do Centro Social da Bufarda (CSB), com 25 utentes;
- 2 Centros de Dia:
 - Na Serra de El-Rei, dependente da ACDS, com 25 idosos;
 - Na Bufarda, do CSB, com 23 idosos;
- 1 Centro de Convívio:
 - Em Atouguia da Baleia, do CPBESA, com 15 utentes.

QUADRO 11

Distribuição de utentes por Instituições do concelho de Peniche segundo a valência, em 2004

		INSTITUIÇÕES							TOTAL
		CSCP	SCMP	Acompanha	ACDS	ASSF	CPBESA	CSB	
		Nº Utentes							
VALÊNCIAS	LAR	75							75
	APOIO DOMICILIÁRIO		54	34	31	34	23	25	201
	CENTRO DIA				25			23	48
	CENTRO CONVÍVIO						15		15
	TOTAL	75	54	34	56	34	38	48	339

Fonte: Recolha Directa.

Além destes recursos institucionais, são de referir igualmente as iniciativas promovidas pela câmara municipal, orientadas para a população com 60 ou mais anos, a saber:

- natação de manutenção na piscina municipal;
- visitas guiadas pelo património do concelho⁴⁶.

1.3. Adequação dos Recursos aos Problemas e Necessidades

Os equipamentos actualmente existentes no concelho, referentes a Lar, Centro de Dia e Centro de Convívio, cobrindo apenas 138 utentes, revelam-se manifestamente insuficiente para o número de idosos que integra a população de Peniche, tal como, de resto, corroboram os pedidos de resposta.

O Lar de Santa Maria tem uma lista de espera extensa, que tem vindo a aumentar e ronda, actualmente, os cerca de 78 utentes, todos com carácter urgente. Um dos problemas subjacentes prende-se com o facto de consistir numa estrutura com custos onerosos face à comparticipação. Essa lista de espera para o Lar é composta maioritariamente por pessoas do Concelho de Peniche, tendo também alguns interessados dos Concelhos de Óbidos e Lourinhã. A grande maioria vive com pensão social e são poucos os inscritos que podem vir a pagar a mensalidade máxima. O aumento gradual da lista explica-se pela frequência quase diária do registo de inscrições e, em sentido inverso, pelo ritmo lento com que surgem vagas, resultantes, normalmente, do óbito de utentes. Considerando o facto de haver idosos que procuram o Lar mas que não procedem a qualquer inscrição, é de admitir, sublinhe-se, que o total de utentes em lista de espera esteja aquém da procura real e que, por isso, seja superior a 78 o número de idosos no concelho a necessitar deste tipo de internamento.

Relativamente a Centros de Convívio, o único existente no Concelho está a cargo da CPBESA e tem um carácter não oficial, sendo o seu funcionamento assegurado em regime de voluntariado, contando exclusivamente com o apoio da comunidade.

⁴⁶ Em 2004, estas visitas decorrem no período de Maio a Junho, sendo as inscrições gratuitas.

Quanto a Centros de Dia existem dois em todo o concelho, com localização na zona rural (um na Serra D'El-Rei e outro, na Bufarda).

No que respeita aos apoios domiciliários, verifica-se que a rede de serviços tem vindo a ser ampliada, mas não se assegurou ainda uma cobertura completa. Um dos problemas detectados pelo grupo de trabalho relaciona-se com a dificuldade de alargamento dos horários dos serviços, em particular no que se refere ao período da noite, sendo que são crescentes as solicitações nesse sentido por parte da população, em especial, por parte de idosos com dependências.

1.4. Pistas para Planificação Futura

Não há dúvida de que é preciso aprofundar e ampliar a tomada de consciência em torno do envelhecimento da população e do seu provável impacto na política social e económica. O conhecimento dos contornos locais do fenómeno deve permitir responder às necessidades em matéria de cuidados a adoptar tanto ao nível das estruturas de acolhimento, do apoio ao domicílio, das solidariedades de proximidade, como da formação daqueles em quem pende a responsabilidade quotidiana; e, igualmente, contribuir para informar a adopção de políticas nacionais em termos de finanças públicas, de emprego e de protecção social.

Sendo manifestamente insuficientes os equipamentos de apoio a idosos existentes no concelho torna-se, no entanto, necessário estudar com uma maior profundidade as carências reais do tipo de apoios a criar para esta faixa etária da população, quer na zona urbana, quer nas zonas rurais. A população idosa penicheira apresenta características culturais, hábitos de vivências quotidianas, situações familiares e socio-económicas, expectativas de vida e orientações da vontade as mais diversificadas, realidades que não poderão ser ignoradas quando se pretender oferecer serviços de apoio que, de facto, respondam às reais necessidades das pessoas e sejam um valor acrescentado a contribuir

para a melhoria da qualidade das suas vidas, da sua realização pessoal e social, do seu bem-estar.

Encarando a desadequação da oferta em relação à procura de respostas para equipamentos sociais para idosos, existem vários projectos para o Concelho que são preconizados por instituições locais:

- Dois deles foram sujeitos à apreciação da Comissão de Gestão e Coordenação e obtiveram parecer favorável em 25/09/03:
 - Um do Centro de Solidariedade e Cultura de Peniche, para a criação de instalações novas para o Lar de Santa Maria, com valência de Lar, Unidade de Apoio Integrado e Cuidados Continuados de Saúde – para o qual dispõe de terreno -, em fase de candidatura;
 - Um da Associação de Solidariedade Social de Ferrel, para a criação de um equipamento com valências de Lar, Centro de Dia/Centro de Convívio e Apoio Domiciliário - para o qual dispõe de terreno -, em fase de candidatura⁴⁷;
- Os outros projectos são estes:
 - Um da Santa Casa da Misericórdia de Peniche, para a criação de um Lar - para o qual dispõe de um terreno – e de um Centro de Convívio – para o qual conta com o contributo de um grupo de voluntárias -, em fase de concepção de projecto;
 - Um outro promovido pela Acompanha para a criação de um Centro de Dia/Centro de Convívio - em relação ao qual está a diligenciar a disponibilização de um espaço⁴⁸ -, em fase de concepção de projecto;

⁴⁷ O apoio domiciliário é um serviço que já está a ser prestado pela Associação de Solidariedade Social de Ferrel. Quanto ao projecto para a criação de um Centro Social, as valências contempladas são as seguintes:
- Lar para residência de idosos com capacidade para 21 utentes, com 12 quartos (9 duplos, 3 simples e 1 quarto para isolamento), 1 sala de convívio, 1 sala para banhos ajudados e 1 gabinete médico – cada um destes espaços dispõe de 1 casa de banho;

- Centro de Dia e Centro de Convívio para 35 utentes;

- Serviços de Apoio ao Domicílio para 42 utentes;

Com vista à realização da obra, a colectividade possui um terreno com 5000m². O projecto teve a aprovação da Câmara Municipal de Peniche em 10/02/2004 e do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social em 23/12/03, tendo sido entregue no Ministério da Segurança Social e do Trabalho. Quanto a financiamentos, o projecto deverá ser participado pela população de Ferrel, pela Câmara Municipal de Peniche (de acordo com deliberação camarária) e pelos fundos do PIDDAC.

⁴⁸ O Edifício onde funcionou o Jardim-de-Infância «Traquinas», entretanto cedido, em termos de comodato, à Câmara Municipal de Peniche, é o espaço em perspectiva para funcionamento do Centro de Dia/Centro de Convívio, estando-se a aguardar a entrega da gestão do equipamento à Acompanha.

- Um do Centro Paroquial de Bem Estar Social de Atouguia da Baleia, para a criação de um equipamento com valências de Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário⁴⁹ - para o qual dispõe de terreno -, em fase de concepção de projecto.

Como vias de Desenvolvimento a seguir, refiram-se os seguintes aspectos:

- Identificar e caracterizar as necessidades da população idosa;
- Assegurar a progressiva cobertura do Concelho com Equipamentos Sociais em falta, designadamente, nas valências de Lar, Centro de Dia, Centro de Convívio e Apoio Domiciliário;
- Ampliar os horários dos serviços de apoio domiciliário, especialmente, de modo a permitir o alargamento para o período da noite e fins-de-semana;
- Reforçar as dinâmicas de trabalho em parceria entre serviços e instituições a actuar na área social da população idosa;
- Fomentar actividades de lazer;
- Fomentar a participação dos Serviços de Saúde e a articulação em parcerias com os mesmos;
- Promover a criação de uma Unidade de Apoio Integrado e o reforço dos Cuidados de Saúde Continuados;
- Encontrar respostas institucionais para a gestão de situações de vida terminais;
- Apostar na qualificação e formação profissional dos profissionais, técnicos e dirigentes;
- Diligenciar no sentido de se obter mais apoios por parte da Segurança Social ao nível dos acordos de cooperação (típicos e atípicos) e relativamente a utentes carenciados.

⁴⁹ A entidade já presta o apoio ao domicílio.

2. JUVENTUDE E EDUCAÇÃO

2.1. Identificação e Caracterização dos Problemas e Necessidades

A educação e a juventude representam problemáticas intimamente associadas que fundamentam o seu tratamento em conjunto. Efectivamente, os jovens constituem o público-alvo privilegiado do sistema de ensino e este consiste numa matriz estruturante das disposições sociais dos jovens e das suas trajectórias de vida passada, presente e futura.

Contudo, as duas temáticas estão longe de se esgotar uma na outra. A educação, na sua diversidade de níveis e modalidades de ensino, abrange, para além dos jovens, outros sectores sociais. Por sua vez, a juventude - ou melhor *as juventudes*⁵⁰ - apresenta uma multiplicidade de dimensões constitutivas, exactamente por se tratar de uma realidade plural cuja apreensão implica as mais variadas perspectivas, quase tantas quantas a imaginação possa suscitar.

Assim, em termos de delimitação da análise, optou-se por um tipo de abordagem em sentido amplo à educação, de modo a abarcar o ensino regular (desde o pré-escolar ao secundário), o ensino universitário, o ensino recorrente e extra-escolar e o ensino especial; e por um tipo de abordagem mais restrito relativamente à juventude, orientado para a população da faixa etária entre os 14 e os 30 anos e para as dimensões educacionais e lúdicas das respectivas vidas.

Caracterização escolar da população

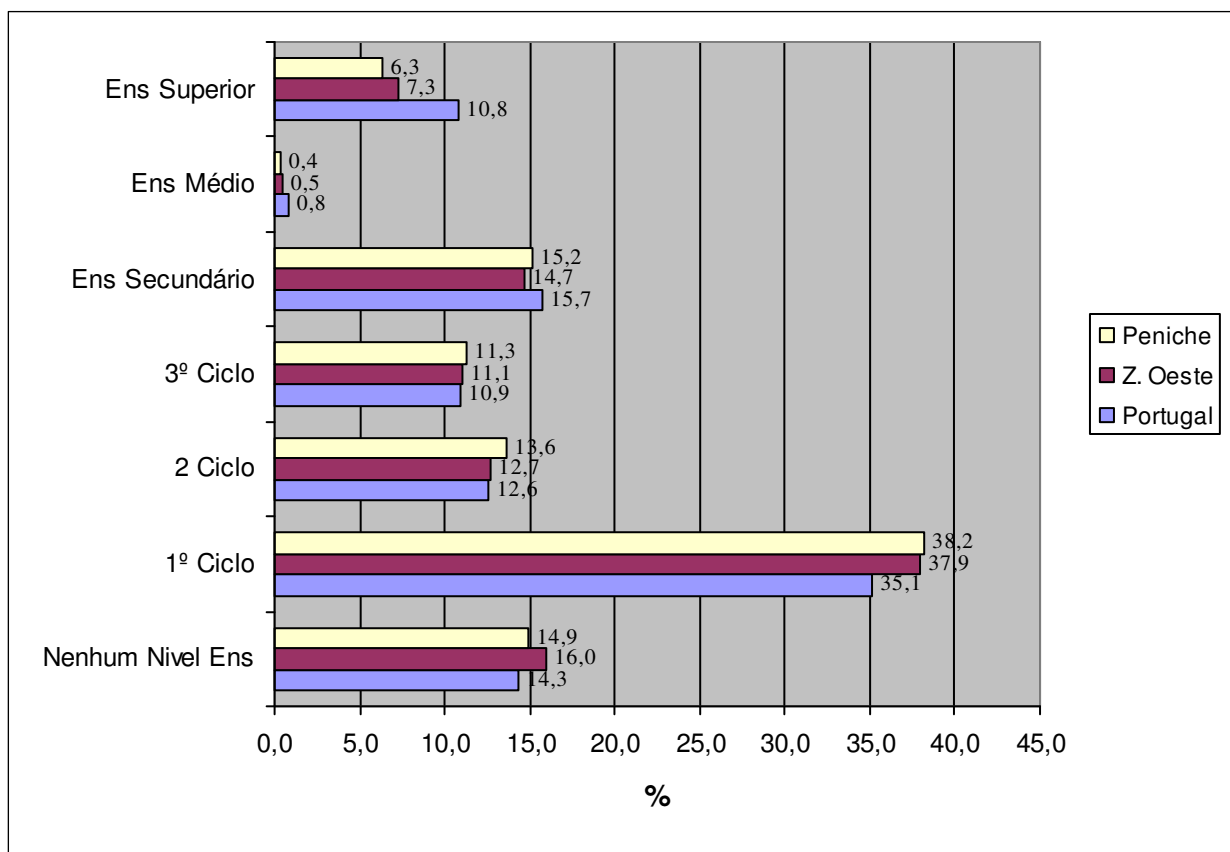
Reportando-nos à população em geral residente no concelho de Peniche e levando em conta a informação do censo de 2001, constata-se serem baixos os níveis de instrução

⁵⁰ É sociologicamente mais prudente falar-se em jovens no plural do que no singular, na medida em que não correspondem a um grupo homogéneo, mas antes, a grupos heterogéneos com características distintas e distintas que não autorizam, por isso, a definição de um critério uniforme (tal como defendem autores como P. Bourdieu). A própria bitola etária, que é frequentemente utilizada, deve ser relativizada, por não haver possibilidade de demarcar em rigor os limites de idade.

atingidos, tendo em conta que mais de metade da população não ultrapassou o 1º ciclo do ensino básico (53,1%) e que há uma ainda relativamente importante incidência de indivíduos não escolarizados (14,9%). Qualquer destes valores está acima da média nacional, só sendo superados pela média da zona Oeste⁵¹. Ainda do ponto de vista comparativo, o município de Peniche é também aquele que apresenta as mais baixas percentagens de efectivos a alcançar níveis de escolarização médio e superior (6,7%) no conjunto dos territórios, distanciando-se da zona Oeste (7,8%) e, de forma bastante significativa, do país (11,6%).

GRÁFICO 4

População residente por territórios segundo os níveis de instrução atingidos, em 2001



Fonte: INE, *Infoline*.

⁵¹ No caso da população que não foi para além do 1º ciclo do ensino básico a percentagem do país é de 49,4% e no caso da população sem qualquer nível de ensino, é de 14,3%. Para a zona Oeste, os valores são de 53,9% e 16%, respectivamente.

Na confrontação dos graus de escolarização com o género, não se registam particularidades expressivas no contexto do município penichense, quer em termos da distribuição dos níveis de instrução por cada sexo, quer em termos da estrutura sexual dos graus de ensino. Constitui excepção a diferença existente entre homens e mulheres que atingiram o ensino superior, a partir da qual é perceptível o domínio acentuado do sector feminino nessa etapa.

QUADRO 12

Níveis de instrução atingidos no concelho de Peniche segundo o género, em 2001

	H	M	TOTAL
Nenhum Nível de Ens	44,2 1806 13,5	55,8 2276 16,3	100,0 4082 14,9
1º Ciclo	48,7 5084 38,0	51,3 5358 38,4	100,0 10442 38,2
2º Ciclo	55,3 2060 15,4	44,7 1668 12,0	100,0 3728 13,6
3º Ciclo	54,8 1688 12,6	45,2 1392 10,0	100,0 3080 11,3
Ens Secundário	48,4 2009 15,0	51,6 2139 15,3	100,0 4148 15,2
Ens Médio	46,8 52 0,4	53,2 59 0,4	100,0 111 0,4
Ens Superior	39,3 678 5,0	60,7 1046 7,5	100,0 1724 6,3
TOTAL	49,0 13377 100,0	51,0 13938 100,0	100,0 27315 100,0

Fonte: INE, *Infoline*.

No que diz respeito à caracterização da população escolar, configura-se uma evolução no concelho de Peniche que aponta para uma transferência da procura em termos locativos. Em consequência do envelhecimento dos núcleos primitivos dos aglomerados, é notado

um decréscimo da população escolar e da taxa de ocupação dos estabelecimentos de ensino aí instalados. Em contrapartida, surgem novas manchas urbanas onde a procura de equipamentos de ensino tende a ganhar expressão. Esta é uma situação verificada em vários pontos do território concelhio.

Uma questão que se coloca é de saber se os efeitos produzidos por estes fenómenos de evolução demográfica e de mobilidade residencial não serão intensificados por via do melhoramento das acessibilidades ao concelho e da fixação de novos habitantes que poderá daí advir. Não há dúvida de que a política ao nível do ordenamento da rede local de ofertas de educação e ensino deverá levar em linha de conta uma análise desses impactos.

A avaliação desses efeitos terá ainda de considerar a insuficiência das respostas disponíveis não apenas em termos educativos, mas também, em termos formativos, culturais, lúdicos e desportivos.

Ao nível do ensino superior, Peniche conta actualmente com a Escola Superior de Tecnologia do Mar, cuja actividade lectiva foi iniciada em 1999, a qual constitui uma estrutura de referência para a respectiva população estudantil e, de uma forma geral, para os jovens do concelho. A Escola Superior de Tecnologia do Mar tem vindo a funcionar em instalações provisórias disponibilizadas pela Câmara Municipal de Peniche e não dispõe por isso das condições mais adequadas para o seu regular funcionamento.

Uma situação que suscita particular preocupação tem a ver com a proliferação dos chamados “jovens de risco”, compostos por jovens com problemáticas de toxicodependência e/ou de inadaptação (isto é, que não cumpriram a escolaridade obrigatória, não têm emprego, não estão inseridos em ATL, etc..). Esta é uma população particularmente vulnerável à exclusão social e para a qual é preciso equacionar soluções, especialmente ao nível dos percursos vocacionais.

Como debilidades mais evidentes para a população juvenil do concelho, o Painel identificou as seguintes:

- Falta de resposta para a ocupação de tempos livres no domínio do desporto, cultura e lazer, quer na zona urbana, quer na zona rural;
- Elevado abandono escolar;
- Evolução em crescendo dos “jovens de risco”;
- Insuficiência de resposta ao nível da dinamização, apoio e acompanhamento da população juvenil;
- Dificuldade de inserção dos jovens no mercado de trabalho.

2.2. Respostas e Recursos

Estabelecimentos de ensino regular

As ofertas de equipamentos de educação e ensino, que constituem a rede escolar do concelho, contemplam dois Agrupamentos de Escolas, duas Escolas EB (Dom Luís de Ataíde e EB123) e uma Escola Secundária. Quanto aos Agrupamentos de Escolas, temos o Agrupamento de Escolas da Cidade de Peniche que abrange todas as escolas de ensino básico e pré-escolar da cidade; e o Agrupamento de Escolas de Atouguia da Baleia, que engloba todas as escolas também de ensino básico e pré-escolar das freguesias limítrofes da cidade, ou seja, de Atouguia da Baleia, Ferrel e Serra de El-Rei. O Agrupamento de Escolas da Cidade de Peniche tem como sede a EB1 nº1 de Peniche e o Agrupamento de Escolas de Atouguia da Baleia, a própria EB 2,3 de Atouguia da Baleia.

Os Estabelecimentos de ensino regular do concelho de Peniche, no ano lectivo 2003/2004, são, por freguesia, os constantes do quadro 13.

É nas freguesias urbanas que existe a oferta mais diversificada no que diz respeito a equipamentos escolares. O único estabelecimento de ensino secundário geral existente no concelho localiza-se na cidade, assim como a única EB 1,2,3.

QUADRO 13

Distribuição dos estabelecimentos de ensino pré-escolar, básico e secundário do concelho de Peniche, por freguesias, no ano lectivo de 2003/2004

	N ^ª S ^ª da Ajuda	N ^ª S ^ª da Conceição	São Pedro	Atouguia da Baleia	Ferrel	Serra D'El Rei	TOTAL
JI	8 (3 IPSS)		1 (IPSS)	6 (1 IPSS)	1 (IPSS)	1 (IPSS)	17
EB 1	5	1		13	1	1	21
EB 2,3	1			1			2
EB 1,2,3			1				1
ES	1						1
TOTAL	15	1	2	20	2	2	42

Fonte: Câmara Municipal de Peniche.

QUADRO 14

Estabelecimentos de ensino pré-escolar e básico em Atouguia da Baleia, no ano lectivo 2003/2004

	JI	EB1	EB 2,3	TOTAL
Atouguia		2	1	3
Bolhos		1		1
Bufarda	1	1		2
Casais Brancos		1		1
Casais M. Mendo		1		1
Casais do Júlio		1		1
Casal da Vala		1		1
Coimbrã		1		1
Geraldes	1	1		2
Lugar da Estrada	1	1		2
Reinaldes		1		1
RibaFria	1	1		2
S. Bernardino		1		1
Casal Moinho	1			1
TOTAL	5	14	1	20

Fonte: Câmara Municipal de Peniche.

De notar o grande número de Escolas EB1 situadas na freguesia de Atouguia da Baleia, que se entenderá pela grande dispersão dos aglomerados populacionais, o que levou a que se localizasse uma Escola EB1 sempre que a necessidade de satisfazer a procura o justificasse. O quadro 14 dá-nos, em pormenor, a localização desses estabelecimentos escolares na freguesia de Atouguia da Baleia.

QUADRO 15

Estabelecimentos de ensino regular no concelho de Peniche a partir do 1º Ciclo e número de alunos inscritos segundo o ano de escolaridade, no ano lectivo de 2003/2004

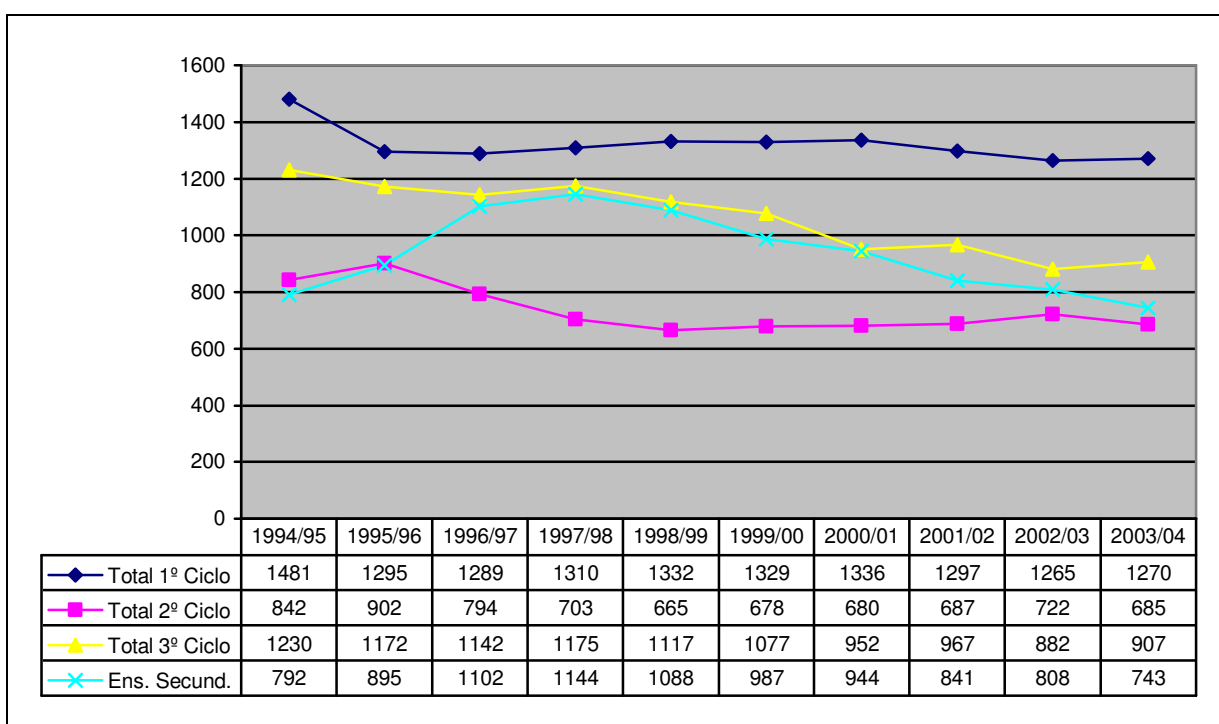
GRAU DE ENSINO	DESIGNAÇÃO DO ESTABELECIMENTO	ANOS DE ESCOLARIDADE				
		1º	2º	3º	4º	TOTAL
		Nº de Alunos				
1º CICLO	EB1 Nº 1 de Peniche	35	41	29	40	145
	EB1 Nº 2 de Peniche	11	7	12	11	41
	EB1 Nº 3 de Peniche	39	32	39	45	155
	EB1 Nº 4 de Peniche	23	27	18	20	88
	EB1 Nº 5 de Peniche	30	30	33	63	156
	EB1 Nº 6 de Peniche	14	13	4	17	48
	EB 1,2,3 de Peniche	22	45	15	22	104
	EB1 nº1 Aª Baleia	29	39	24	32	124
	EB1 nº2 Aª Baleia	3	3	4	2	12
	EB1 Bufarda	6	13	17	18	54
	EB1 Casais do Júlio	0	2	1	1	4
	EB1 Geraldês	7	10	5	8	30
	EB1 Reinaldes	3	7	3	7	20
	EB1 nº2 Ribafria	3	5	4	6	18
	EB1 nº1 Bolhos	5	5	1	0	11
	EB1 S. Bernardino	5	4	7	0	16
	EB1 Casais Brancos	4	3	1	0	8
	EB1 Casais do Mestre Mendo	4	4	2	2	12
	EB1 Casal da Vala	10	13	7	5	35
	EB1 Lugar da Estrada	9	9	11	7	36
	EB1 Ferrel	28	26	23	37	114
EB1 Serra D'El Rei	13	8	15	12	48	
TOTAL	303	346	275	355	1279	
2º CICLO		5º	6º	TOTAL		
	D. Luís de Ataíde	135	123	258		
	EB 1,2,3 de Peniche	61	97	158		
	EB 2,3 de Aª da Baleia	138	131	269		
TOTAL	334	351	685			
3º CICLO		7º	8º	9º	TOTAL	
	D. Luís de Ataíde	119	104	90	313	
	EB 1,2,3 de Peniche	73	74	52	199	
	EB 2,3 de Aª da Baleia	146	142	105	393	
TOTAL	338	320	247	905		
SECUNDÁRIO		10º	11º	12º	TOTAL	
	Escola Secundária de Peniche	269	202	272	743	

Fonte: Câmara Municipal de Peniche.

No que toca ao níveis de ensino que vão do 1º Ciclo do Ensino Básico ao Ensino Secundário, o quadro 15 mostra a distribuição dos alunos pelos diferentes níveis de escolaridade e estabelecimentos de ensino. Para se aferir a evolução recente do número de alunos nos graus de ensino Básico e Secundário, mais especificamente, entre os anos lectivos de 1994/1995 e de 2003/2004, pode fazer-se a leitura do gráfico 5.

GRÁFICO 5

Evolução dos alunos do Ensino Básico e Secundário, no concelho de Peniche, nos últimos dez anos lectivos (de 1994/95 a 2003/04)



Fonte: Câmara Municipal de Peniche.

Nota: No caso concreto do ensino secundário, os anos de escolaridade contemplados, desde o ano lectivo de 1994/1995, foram o 10º, o 11º e o 12º anos.

Ensino Recorrente

Quanto ao ensino recorrente e à educação extra-escolar, o quadro 16 indica as frequências de alunos no ano lectivo de 2003/2004.

QUADRO 16

Alunos do ensino recorrente e da educação extra-escolar no concelho de Peniche, no ano lectivo de 2003/2004

Recorrente Nocturno	1º Ciclo	52
	2º Ciclo	1
	3º Ciclo	24+7 ^(a)
	Secundário	138
Total Nocturno		222
Total Recorrente		222
Extra-Escolar		72

Fonte: Câmara Municipal de Peniche.

Nota: ^(a) Ministrado em S. Bernardino.

Equipa de Coordenação dos Apoios Educativas

A ECAE coordena os apoios educativos no ensino regular a nível do concelho, sendo esses apoios assegurados por professores especializados na vertente do ensino especial integrado.

Ensino Especial

Ao nível do Ensino Especial, o concelho de Peniche conta com a Cercipeniche que é uma cooperativa de educação e reabilitação que tem o estatuto de IPSS e está orientada para os cidadãos inadaptados, com duas vertentes: a pedagógica e a de formação profissional. Em específico, o seu Centro de Reabilitação Profissional (CREAP) tem como destinatários não apenas jovens, como também, adultos, apresentando, no ano lectivo de 2003/04, uma frequência de 74 formandos.

Ensino Superior

Ao nível do Ensino Superior, o estabelecimento de ensino que existe no concelho é a Escola Superior de Tecnologia do Mar, a qual está integrada no Instituto Politécnico de

Leiria. Dispõe de 4 Cursos de Licenciatura Bietápica (Bacharelato + Licenciatura) e regista no ano lectivo de 2003/2004 um total de 688 alunos, conforme descreve o quadro 17.

QUADRO 17

Licenciaturas no âmbito da Escola Superior de Tecnologias do Mar e número de alunos inscritos, no ano lectivo de 2003/2004

LICENCIATURAS	Nº ALUNOS	
Biologia Marinha e Biotecnologia	183	688
Engenharia Biológica e Alimentar (a)	97	
Gestão Turística e Hoteleira	229	
Turismo e Mar	179	

Fonte: Câmara Municipal de Peniche.

Nota: (a) Curso iniciado em 2002/2003.

Acção Social Escolar

A CMP concede subsídios directos a alunos carenciados e fornece refeições em cantina a 117 crianças do 1º ciclo do ensino básico. Esta resposta encontra-se protocolada respectivamente com as Escola Básica 2,3 D. Luís de Ataíde e Escola Secundária de Peniche, para além da Escola Básica 1,2,3 de Peniche, com a qual não se verifica a existência de protocolo já que, sendo uma escola integrada, o refeitório constitui um recurso próprio.

No ano lectivo 2003/2004, o montante despendido pela autarquia em subsídios escolares directos rondou os 22 mil euros.

É de salientar que são fornecidas refeições às crianças a frequentar o ensino pré-escolar do Jardim-de-infância do Alemão e do Jardim-de-infância do Casal Moinho, cujo agregado familiar tenha optado pela componente do serviço de apoio à família, independentemente da sua condição sócio-económica.

A edilidade disponibiliza transporte escolar a partir do 2º ciclo e até ao fim da escolaridade obrigatória. Tem também um circuito de transporte alternativo para as crianças das zonas limítrofes do concelho cujas residências se encontram a distâncias consideráveis (superiores a 1km) das respectivas escolas do 1º ciclo do ensino básico e não abrangidas pelo circuito de transporte tradicional.

Em 2003, a CMP procedeu a uma comparticipação nas despesas em transportes escolares num valor que rondou os 142 mil euros.

Conselho Municipal de Educação

O CME é o órgão local de coordenação e consulta da política educativa, “articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as acções consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e de eficácia do mesmo”⁵². É presidido pelo Presidente da Câmara Municipal⁵³.

Projecto de Intervenção Educativa Complementar

O PIEC é implementado pela Cercipeniche em parceria com a ECAE, os Agrupamento de Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e Jardins-de-infância de Peniche, escolas básicas do 1º, 2º e 3º Ciclos de Peniche, Escola Básica 2,3 D. Luís de Ataíde e Agrupamento de Escolas de Atouguia da Baleia. Tem por “objectivo salvaguardar as condições pedagógicas, materiais e financeiras que possibilitem o desenvolvimento de um projecto global de intervenção claramente assumido num regime de complementaridade com as

⁵² CME de Peniche, *Regimento*, Art.º 1º.

⁵³ Para além da Câmara Municipal, estão representadas ao nível do CME de Peniche as seguintes entidades: Assembleia Municipal, Junta de Freguesia da Ajuda, DREL, Escola Superior de Tecnologias do Mar, Escola Secundária de Peniche, Ensino Básico Público, Educação Pré-Escolar pública, Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Educação da Escola Básica 1,2,3 de Peniche, representante das Associações de Estudantes, representante das IPSS na área da educação, representante dos serviços públicos de saúde, Segurança Social, Centro de Emprego e Formação Profissional de Caldas da Rainha, representante dos serviços públicos da área da Juventude e do Desporto, e representante das forças de segurança.

respostas de um sistema regular de ensino (...), visando consolidar a eficácia dos apoios educativos disponibilizados a crianças com graves disponibilidades de aprendizagem”⁵⁴.

Os recursos humanos do projecto integram um técnico de educação especial e reabilitação, um terapeuta da fala, um técnico superior de serviço social e, recentemente, passou a integrar uma psicóloga clínica das áreas da criminologia e dos desvios comportamentais.

Comissão Local de Vigilância da Higiene e Segurança nas Escolas

Nesta Comissão concelhia estão representados o Centro de Saúde, através de técnicos na área da saúde ambiental, os Bombeiros e a Câmara Municipal. O seu trabalho passa por vistoriar os recintos escolares, abrangendo os espaços exteriores e interiores, na óptica da higiene e da segurança, e produzir, a partir daí, relatórios anuais onde são identificados os problemas e recomendadas soluções. No ano lectivo de 2003/2004, os estabelecimentos escolares visados são os que se encontram ao nível do ensino pré-escolar.

Outros recursos

Nesta área, existem variadíssimas instituições com actividade significativa, entre as quais constam as seguintes:

- Associação Juvenil de Peniche;
- Associações de escuteiros;
- Associação de acólitos;
- Grupos desportivos;
- Associações recreativas;
- Além da Câmara Municipal, através de um conjunto de serviços prestados nas áreas da cultura, do desporto, da informática (destacando-se do rol a Biblioteca Municipal e o Espaço Internet).

⁵⁴ Cercipeniche, *Formulário de Candidatura a Financiamento de Projectos* (Portarias 1102/97 e 1103/97), 2 Abril 2004, p. 2-3.

2.3. Adequação dos Recursos aos Problemas e Necessidades

De uma forma geral, o Grupo de trabalho da Juventude e Educação considera a existência das seguintes debilidades:

Rede pública do ensino pré-escolar

- Edifícios inadequados a nível do espaço físico;
- Ausência de tratamento adequado do espaço de lazer (recreio) onde faltam equipamentos (brinquedos de exterior);
- Falta da componente de apoio à família:
 - Sem refeitórios;
 - Sem prolongamento de horário generalizado e adequado às características das actividades económico-profissionais da família;
 - Sem técnicos com formação adequada que assegurem a componente não lectiva.

Escolas do Ensino Básico

- Edifícios das Escolas de 1º Ciclo com instalações inadequadas, especialmente aquelas que se situam na zona rural;
- Existem espaços exteriores de recreio a carecerem de uma intervenção de requalificação.

Associações

- Falta ou insuficiência de recursos;
- Dificuldade de gestão dos meios disponíveis.

2.4. Pistas para Planificação Futura

Em conformidade com a generalização do princípio da subsidiariedade a diferentes sectores, o recente D-L nº7/2003 de 15 de Janeiro visa descentralizar competências no campo da educação e, deste modo, reforçar as responsabilidades do município a esse nível. Para esse efeito, regulamenta a transferência de competências na área da educação e do ensino não superior para os municípios e institui o Conselho Municipal de Educação, por substituição do Conselho Local de Educação.

No concelho de Peniche, este órgão assumiu como objectivo fundamental a elaboração da Carta Educativa, definida como «o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer»⁵⁵. Por força da não ratificação da proposta para Carta Escolar, o concelho tem agora a oportunidade de preencher a lacuna sentida no que diz respeito a dispor-se de um documento referencial de regulação da rede educativa local.

Para além de reconhecer a importância estratégica da Carta Educativa, o grupo de trabalho aponta algumas pistas de desenvolvimento a seguir nesta área da educação e juventude:

- Estudo da realidade concreta da juventude no contexto do concelho de Peniche, especialmente no que diz respeito a:
 - Quantificação e caracterização dos jovens com abandono escolar;
 - Quantificação e caracterização da população designada por “jovens de risco”;
 - Conhecimento dos valores, expectativas e projectos de vida;
 - Conhecimento das expectativas e necessidades relativamente à ocupação dos tempos livres;
 - Identificação de percursos vocacionais alternativos, tendo em vista a prevenção e o combate às situações de risco;

⁵⁵ D-L nº7/2003 de 15 de Janeiro, Cap. III, Art.º 10º.

- Intervenção através do Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências junto dos adolescentes;
- Estudo de caracterização dos recursos associativos locais nas áreas da recreação, cultura e desporto;
- Aprofundamento dos mecanismos locais de apoio à inserção dos jovens no mercado de emprego;
- Ampliação e diversificação da oferta em termos de ocupação de tempos livres;
- Intervenção de requalificação ao nível do edificado e espaços de recreio dos estabelecimento de ensino que apresentam deficiências nessas vertentes.

3. INFÂNCIA

3.1. Identificação e Caracterização dos Problemas e Necessidades

A primeira infância encontra-se, no concelho de Peniche, bastante deficitária em termos de apoios sociais. De facto, o concelho apenas pode contar com 6 Creches, todas dependentes de IPSS, sendo 3 localizadas na cidade, com uma capacidade para 90 crianças, 1 na freguesia de Ferrel, para 45 crianças, 1 na freguesia de Atouguia da Baleia, para 35 crianças e 1 na freguesia de Serra D'El Rei, para 27 crianças (quadro 19).

Tendo em conta os dados do quadro 18, a população em idade de creche do concelho de Peniche está avaliada, para o ano lectivo de 2003/2004, em 735 crianças. Para esse total de crianças, o concelho apenas dispõe de uma oferta de 197 lugares, o que é, de facto, manifestamente insuficiente. Há assim cerca de 538 crianças que ficam fora da alçada escolar, o que corresponde a 73% das crianças em idade de creche. Considerando a capacidade de resposta nas diferentes freguesias⁵⁶, a percentagem de não cobertura é de 79,2%, no caso da cidade de Peniche; de 21,1%, no caso da freguesia de Ferrel; de 83,4%, na freguesia de Atouguia da Baleia; e de 22,9%, no caso da freguesia de Serra D'El Rei. Isto quer dizer que as carências a nível de creches são vividas em todo o concelho, mas são sentidas de forma mais acentuada na zona urbana e na freguesia de Atouguia da Baleia. De acordo com as projecções apresentadas até 2009, pode concluir-se que o parque pré-escolar existente a nível de creches está longe de satisfazer as necessidades imediatas e de médio/longo prazo.

QUADRO 18

População em idade de creche (0-3 anos) no concelho de Peniche e projecções, por anos lectivos (2001-2009)

	2001/02	2002/03	2003/04	2008/09	
				Hip 1	Hip 2
Cidade de Peniche	488	455	432	438	505
Ferrel	57	56	57	56	70
Atouguia da Baleia	238	214	211	214	259
Serra D'El R	35	36	35	35	30
Concelho de Peniche	818	761	735	743	864

Fonte: Câmara Municipal de Peniche.

⁵⁶ Ver quadro 19. Relativamente à cidade de Peniche, agregou-se a oferta de Creche dos Jardins-de-infância “O Traquinas” e “João Paulo II” e da Creche de Santana.

Pelo trabalho deste painel foi possível identificar os seguintes problemas:

- Elevado número de crianças em risco de exclusão social (a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Peniche acompanhou 98 crianças em 2003), fenómeno que se encontra relacionado com problemas de disfunções familiares, tais como a negligência relativamente às necessidades básicas, o défice de vigilância das famílias, as separações precoces e que surge, igualmente, indissociável do conjunto de problemas que são aqui enunciados;
- Demissão da família no acompanhamento educativo/escolar das crianças;
- Insuficiência de formação na área das competências parentais;
- Número elevado de mães adolescentes com fracas competências afectivas e sociais, bem como, de famílias monoparentais com deficiente apoio social, com consequências a nível do processo de socialização e do desenvolvimento das crianças;
- Forma pouco sistemática no recurso à saúde infantil com deficit a nível do despiste de situações de risco;
- Falta de estruturas a nível de creches;
- Ausência de amas legalizadas que possam constituir um complemento à resposta institucional;
- Ao nível dos Jardins-de-infância, problemas associados ao horário de funcionamento do Regime Normal, nos casos que não têm implementado o Serviço de Apoio à Família⁵⁷;
- Insuficiência de resposta a nível da ocupação dos tempos livres das crianças.

3.2. Respostas e Recursos

Os recursos existentes no concelho para fazer face às necessidades neste domínio são insuficientes.

⁵⁷ O Serviço de Apoio à Família é promovido pela Câmara Municipal de Peniche e consiste no complemento de horário e no fornecimento de refeição.

QUADRO 19

Creches no concelho de Peniche, no ano lectivo 2003/04

CRECHES	FREGUESIA	Nº CRIANÇAS	CAPACIDADE	LISTA DE ESPERA
«O Traquinas» - S ^a C ^a Miseric.	Ajuda	35	35	64
JI «João Paulo II» - CSCP	Ajuda	30	30	40
Creche de Santana – CSCP	N ^a S ^a Conceição	25	25	40
JI CPBESA	Atoug da Baleia	35	35	40
JI Ferrel	Ferrel	45	45	40
JI Serra D'El Rei	Serra D Rei	27	27	42
TOTAL		197	197	266

Fonte: Recolha Directa.

Creches

Existem 6 Creches com lotação para 197 crianças. O total da oferta é pois manifestamente insuficiente.

O quadro 19 mostra essas respostas para creches a nível do Concelho. Não obstante o facto do total encontrado no que diz respeito a listas de espera no conjunto das entidades (de 266 inscrições) poder estar inflacionado devido a possíveis sobreposições, não deixa de ser sintomático de uma carência bastante expressiva.

Acolhimento familiar

Contamos em todo o concelho com 20 famílias idóneas e de acolhimento no que toca a dar resposta a nível de acolhimento familiar a crianças acompanhadas pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, o que se revela muito insuficiente.

Centro de Acolhimento Temporário para Crianças em Risco

O concelho dispõe de um Centro de Acolhimento Temporário para Crianças em Risco - «Aconchego» - que se encontra a funcionar na cidade de Peniche e tem capacidade para

12 crianças, com idades compreendidas entre os 0 e os 12 anos, sendo dependente do Centro de Solidariedade e Cultura de Peniche. A resposta do Centro está actualmente no seu limite na medida em que há 12 crianças em acolhimento.

CERCIPeniche

A CERCIPENICHE é uma cooperativa de educação e reabilitação de cidadãos inadaptados que serve o Concelho de Peniche. No conjunto das valências que dispõe (Serviço Educacional, CREAP, CERISC e Unidade Residencial), o Serviço Educacional é aquele que abrange populações em idade infantil, uma vez que a faixa etária alvo é dos 6 aos 18 anos, e conta, no ano lectivo de 2003/04, com 25 alunos.

Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Peniche

Em 2003, a CPCJ de Peniche acompanhou 98 crianças, num total que acumula os processos que transitaram de 2002 mais os novos que foram abertos em 2003, tratando-se de crianças cujas idades são compreendidas entre os 0 e os 17 anos. Só no decurso de 2003 foram instaurados 22 processos, reabertos 11 e celebrados 14 Acordos de Promoção e Protecção. O quadro 20 mostra a distribuição etária das crianças/jovens acompanhados em 2003.

QUADRO 20

Composição etária das crianças e jovens acompanhados
pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Peniche em 2003

Faixa Etária	Crianças/Jovens Acompanhados
0-2 anos	15
3-5 anos	14
6-9 anos	16
10-12 anos	22
13-15 anos	20
16-17 anos	11
TOTAL	98

Fonte: Relatório de Avaliação da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Peniche no Ano de 2003.

Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências

O PMPPT resulta de uma candidatura da Câmara Municipal ao Instituto da Droga e da Toxicodependência em parceria com a Associação Juvenil de Peniche. Encontrando-se no 2º ano de vigência (iniciada em 1 de Novembro de 2002), este Plano visa a concertação de esforços com vista a prevenção primária das toxicodependências. A população alvo é o conjunto das crianças a nível do concelho em idade escolar até aos 11 anos, tendo sido abrangido ao longo do ano de 2003 um total de 139 crianças. A vocação do PMPPT orienta-se, em particular, para os tempos livres e a informação parental, sendo desenvolvido um conjunto de actividades a partir das acções: *Ludoteca «Arco-Íris»* e *ATL «O Farol»*. No ano de 2004, o objectivo é dar continuidade às acções iniciadas no sentido da sua consolidação, bem como, orientar a intervenção também para a faixa etária dos 12 aos 15 anos, proporcionando a melhoria das competências sociais e pessoais e a promoção dos direitos e deveres de cidadania na óptica da prevenção de comportamentos de risco, através de actividades alternativas em espaços exteriores. Neste sentido, encontra-se aprovada a acção “*Porta-Fora*”. Contudo este projecto não foi ainda iniciado por ausência de instalações adequadas

Projecto “Pintarolas”

Desenvolvido no âmbito do Programa “Ser Criança”, o Projecto “Pintarolas” visa, fundamentalmente, a investigação dos factores de risco a nível da infância e a formação dos agentes que trabalham com crianças. A vertente formativa pretende dotar os profissionais de instrumentos com vista a prevenção e a abordagem de crianças expostas a situações de risco. A promoção do Projecto está a cargo da ADEPE em parceria com várias entidades locais, nomeadamente, a Câmara Municipal, a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, o Agrupamento de Escolas de Peniche, o CENFIM, a CERCIP e, a nível regional, com o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, entre outras entidades.

Estabelecimentos de ensino regular

Existem 17 jardins-de-infância no concelho de Peniche, dos quais apenas 10 são da rede pública, localizando-se 5 na cidade de Peniche e os restantes 5 na zona rural do concelho, pertencendo os restantes 7 a instituições privadas (IPSS), sendo que 4 se localizam na cidade de Peniche e os restantes 3, na zona rural do concelho. O quadro 21 dá-nos conta da taxa de ocupação dos 17 jardins-de-infância do concelho, no ano lectivo de 2003/2004.

QUADRO 21

Taxa de ocupação dos Jardins-de-infância do concelho de Peniche,
no ano lectivo 2003/2004

Estatuto Legal	Jardim de Infância	Freguesia	Capacidade	Inscrições	Taxa ocup.
Rede Pública	Alemão	Ajuda	25	20	(a) 100%
Rede Pública	CAIC	Ajuda	25	29	(b) 116%
Rede Pública	Prageira	Ajuda	50	40	(c) 100%
Rede Pública	Col. Balnear	Ajuda	60	59	98%
Rede Pública	Filtro	Ajuda	25	25	100%
Rede Pública	Bufarda	Atoug. B	25	18	72%
Rede Pública	Ribafria	Atoug. B	25	17	68%
Rede Pública	Lugar da Est.	Atoug. B	25	22	88%
Rede Pública	Geraldes	Atoug. B	50	31	62%
Rede Pública	Casal Moinho	Atoug. B	25	16	64%
IPSS	Traquinas	Ajuda	65	65	100%
IPSS	Col.Inf.NSR	S. Pedro	75	75	100%
IPSS	CSJ.PauloII	Ajuda	40	40	100%
IPSS	Lar Stª Maria	Ajuda	75	75	100%
IPSS	CPBESA	Atoug. B	95	95	100%
IPSS	Ferrel	Ferrel	70	70	100%
IPSS	Serra D'EI R	Serra D R	25	25	100%
TOTAL			780	722	93%

Fonte: Câmara Municipal de Peniche.

- Notas:
- No presente ano lectivo, tendo em atenção a existência de 1 criança com necessidades educativas especiais (NEE) neste jardim-de-infância, a capacidade do estabelecimento foi reduzida de 25 para 20 crianças;
 - Trata-se de um Centro de Animação Infantil e Comunitário que funciona com dois turnos de distintos de crianças, um de manhã e outro de tarde, e cuja actividade é considerada de Pré-Escolar;
 - Este jardim-de-infância é abrangido pelos TEIP, funcionando com 20 alunos por sala.

O quadro 22 refere os serviços de apoio implementados nos jardins-de-infância do concelho de Peniche, no ano lectivo de 2003/2004. Neles enquadra-se o serviço de apoio à família que inclui a refeição e o prolongamento de horário, assim como, o transporte escolar. Na rede pública, os jardins-de-infância que usufruem de refeição e de prolongamento de horário são, na zona urbana, o Jardim-de-infância do Alemão e, na zona rural, o Jardim-de-infância do Casal Moinho. Esta opção deveu-se sobretudo aos horários de trabalho das famílias, os quais se constatou serem incompatíveis com o horário normal do pré-escolar.

QUADRO 22

Serviços de apoio dos Jardins-de-infância do concelho de Peniche,
no ano lectivo de 2003/2004

Jardim de Infância	Serviço de Apoio à Família		Transporte
	Refeição	Prolongamento de Horário	
Alemão	X	X	
CAIC			
Prageira			
Col. Balnear			
Filtro			
Bufarda			
Ribafria			
Lugar da Est.			
Geraldes			X
Casal Moinho	X	X	
Traquinas	X	X	
Col.Inf.NSR	X	X	X
CSJ.Pauloll	X	X	X
Lar Stª Maria	X	X	X
CPBESA	X	X	X
Ferrel	X	X	
Serra D´EI R	X	X	

Fonte: Câmara Municipal de Peniche.

ATL

No âmbito do concelho, existem os seguintes apoios de Actividades de Tempos Livres direccionados para o nível etário dos 6 aos 11 anos:

- 3 na zona rural:
 - 1 na Atouguia da Baleia, ligado ao Centro Paroquial de Bem-Estar Social, com capacidade para 40 crianças, frequentado por 40 crianças;
 - 1 em Ferrel, ligado à Junta de freguesia de Ferrel, com capacidade para 25 crianças, frequentado por 40 crianças;
 - 1 no Lugar da Estrada, valência do Sporting Club da Estrada, frequentado por 25 crianças.
- 5 na cidade de Peniche:
 - O «ATL de Santana», que é uma valência da Santa Casa da Misericórdia de Peniche, frequentado por 60 crianças e com capacidade para 120 crianças – 20 estão no turno da manhã e 40, no da tarde;
 - O «Clube Bus», ligado à AJP, para crianças com idades compreendidas entre os 7 e os 12 anos e frequentado actualmente por 70 crianças;
 - O CATL «O Farol», também ligado à AJP, para crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos de idade e frequentado por 68 crianças;⁵⁸
 - O CATL - “Farol-Prageira”, que resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal de Peniche e a AJP, com capacidade para 20 crianças, com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, atendendo prioritariamente crianças residentes no bairro da Prageira. Tendo sido sujeito à apreciação da Comissão de Gestão e Coordenação da Rede Social, o projecto recebeu parecer favorável em 28 de Abril. Prevê-se o início da actividade durante o mês de Maio;
 - A *Ludoteca “Arco-Íris”*, recurso da Câmara Municipal, frequentado por 62 crianças. Encontra-se numa fase de reestruturação com vista ao funcionamento em regime de CATL. Esta decisão foi determinada pelo diagnóstico das necessidades dos destinatários e dos agregados familiares no Bairro “Arco-Íris” – área prioritária de influência desta estrutura.

Para além destes apoios, refira-se que a Associação Juvenil de Peniche organiza ainda Campos de Férias nas interrupções lectivas, ao longo do ano.

⁵⁸ Este ATL apresenta uma lista de espera para o período da tarde na ordem das 24 crianças.

3.3. Adequação dos Recursos aos Problemas e Necessidades

No que respeita às respostas para a primeira infância não há adequação às necessidades existentes.

A título de exemplo, damos nota das listas de espera existentes nas valências de creche, quer na cidade, quer na zona rural:

- Centro de Solidariedade e Cultura de Peniche tem uma lista de 40 crianças;
- Santa Casa da Misericórdia de Peniche tem lista de 64 crianças;
- Centro Paroquial de Bem Estar Social de Atouguia da Baleia tem lista de 40 crianças;
- Creche de Santana tem uma lista de 40 crianças;
- Associação Jardim-de-infância de Ferrel tem uma lista de 40 crianças;
- AJISE tem uma lista de 42 crianças.

Estas listas de espera, num total de 226 crianças, parecem bastante significativas da necessidade.

Quanto às restantes respostas o Grupo de trabalho considera que elas são de qualidade e adequadas, salvo algumas exceções quanto a instalações e apetrechamento:

- No caso do Centro de Solidariedade e Cultura de Peniche, o JI João Paulo II, situado no Bairro *Arco-Íris*, está instalado num espaço provisório que consiste numa cave e sem espaço exterior com dimensões regulamentares;
- No caso da Colónia Infantil dos remédios dado que o espaço não se encontra dimensionado às necessidades das crianças, em virtude do refeitório se situar num espaço interior e do dormitório ficar num primeiro andar de difícil acesso;
- Os Parques Infantis tradicionais possuem equipamento inadequado aos níveis etários dos destinatários e níveis de segurança preocupantes.

Em relação a actividades de ocupação de tempos livres, tal como já foi abordado, as estruturas existentes, revelam-se insuficientes.

3.4. Pistas para Planificação Futura

A planificação estratégica, em especial no que se refere à área da Infância, não pode deixar de ter sempre presente a afirmação de que «proteger é preciso, mas prevenir é, certamente, a melhor estratégia».

Há que proceder às caracterizações quantitativa e qualitativa das respostas para a área da Infância e definir uma política concelhia para a Infância, participada e que resulte da convergência do sentir e saber dos decisores políticos, dos agentes associativos, das famílias e dos técnicos que, de forma sistémica dê respostas aos desafios que a Criança nos coloca como cidadãos/agentes responsáveis pelo seu devir.

Existe um conjunto de projectos preconizados por IPSS's para intervir na vertente do apoio à infância, a saber:

- Um para a implementação do Diagnóstico Precoce a ser promovido pela CERCIP, que constituiria uma mais valia ao nível da prevenção, já que se destina ao diagnóstico e acompanhamento de crianças a partir de 0 anos de idade, que apresentem indícios de problemas sociais ou de saúde;
- Um da Santa Casa da Misericórdia de Peniche, que está a ser implementado, para adaptação de instalações para uma creche com capacidade para 50 crianças;
- Um da Associação de Jardim-de-infância de Serra D'El Rei que tem por objectivo a ampliação das instalações através da criação de mais uma sala para jardim-de-infância e de um berçário, de modo a permitir acolher também crianças de 0 a 1 ano de idade;
- Um do Centro de Solidariedade e Cultura de Peniche (CSCP) que tem por finalidade o reagrupamento de todas as valências na área da infância e a criação de resposta a nível de ATL, mediante o aproveitamento das instalações do Lar de Santa Maria, o qual deverá ser transferido para um novo edifício. Por esta via, o CSCP conta requalificar as condições de funcionamento dessas valências. No caso da valência de creche, prevê o alargamento de 30 para 45 crianças;

- Por último, um outro projecto apresentado, desta feita, pelo Centro de Convívio e Cultura de Geraldês, que propõe a criação de uma estrutura de ocupação de tempos livres a funcionar na respectiva sede, respondendo assim às solicitações locais.

Quanto às medidas a tomar que se afiguram urgentes, são enumeradas as seguintes:

- Ampliação das valências de Creche na zona urbana e rural;
- Sensibilização da população em ordem ao aparecimento de Amas devidamente legalizadas e de Famílias de Acolhimento para crianças em risco;
- Qualificação na área das competências parentais;
- Consolidação das estruturas de ATL e criação de novas respostas;
- Requalificação dos equipamentos polidesportivos descobertos, nomeadamente os existentes nos bairros sociais,
- Criação de espaços verdes de lazer, com mobiliário urbano adequado às crianças;
- Criação de parques infantis com actividades orientadas;
- Criação de estruturas (especialmente na zona rural) que criem respostas de ocupação às crianças durante os períodos de interrupção lectiva;
- Articulação entre as várias entidades com acções de intervenção junto destas faixas etárias, para que seja criado um Plano de Actividades e de Recursos a fim de que haja uma gestão racional quer dos recursos, quer das intervenções;
- Mobilização das vontades e das capacidades existentes para que as acções previstas e projectadas tenham o necessário andamento e conseqüente concretização.

4. SAÚDE

4.1. Identificação e Caracterização dos Problemas e Necessidades

Indicadores da área da Saúde

Procurando configurar uma caracterização dos problemas do sector da saúde no contexto do município de Peniche, a leitura do quadro 23 possibilita uma primeira aproximação a aspectos de pendor generalista, alguns dos quais são mediados por indicadores usualmente utilizados como medida do nível de serviços de saúde disponibilizados às populações (médicos por 1000 habitantes e camas de hospital por 1000 habitantes).

QUADRO 23

Indicadores da área da Saúde por territórios

	Portugal	Lx e Vale do Tejo	Zona Oeste	Peniche
Nº Médicos p/ 1000Hab (2001)	3,2	4,1	1,2	1,0
Nº Camas de Hospital p/ 1000Hab (1998)	4,0	4,3	--	1,9
Tx Mortalidade Infantil 96/00 (‰)	6,1	5,4	5,2	4,2

Fonte: INE, *O País em Números – Informação Estatística 1991-2001*, CD-ROM; Site do INE, *Infoline*.

No que se refere ao número de médicos e de camas por 1000 habitantes, Peniche denota estar muito aquém dos valores verificados para Portugal e para a região de Lisboa e Vale do Tejo. Contudo, estes dados podem ser relativizados se se considerar que o Concelho de Peniche está igualmente abrangido no âmbito de intervenção de outros Hospitais, nomeadamente, do Centro Hospitalar de Caldas da Rainha e - à semelhança daquilo que acontece globalmente pelo país - dos Hospitais Centrais, em conformidade com as Redes

de Referenciação Hospitalar⁵⁹ ou as orientações da orgânica administrativa dos hospitais públicos⁶⁰.

Em contrapartida, no que toca à taxa de mortalidade infantil no quinquénio de 1996 a 2000, destaca-se positivamente dos contextos em análise por ser aquele que revela a mais baixa. Aliás, o valor apresentado supera inclusivamente a média da União Europeia referente ao ano de 2000, situada nos 4,9%⁶¹.

Registando uma taxa de mortalidade para o ano de 2001 acima da média nacional (12,2‰ contra 10,2‰), de acordo com dados de 1999 (quadro 24), Peniche revela uma forte homologia com os seus territórios de referência na forma como se distribuem as causas de óbito, tanto no que se refere às incidências globais como ao impacto segundo o sexo. A estruturação das causalidades faz-se da seguinte maneira, por ordem decrescente de importância:

1. «Doença» (75,5%);
2. «Doença Cérebro-Vascular» (18,4%);
3. «Acidente» (2,8%);
4. «Outras Causas Externas» (1,8%);
5. «Acidente de Trânsito em Veículo Motorizado» (1%);
6. «Suicídios» (0,3%) e «Homicídios» (0,3%).

Percebe-se, assim, que a principal causa de óbito no concelho de Peniche tem a ver com doença, sendo este factor preponderante em $\frac{3}{4}$ dos casos. Essa preponderância é mesmo acrescida, se se levar em linha de conta que cabe às doenças em geral e às de natureza cérebro-vascular, em particular, o ónus por mais de 90% da mortalidade.

⁵⁹ Criadas entre 1999 e 2001, as Redes de Referenciação Hospitalar (RRH) emanam de um conjunto de Despachos Governamentais e representam «sistemas através dos quais se pretende regular as relações de complementaridade e de apoio técnico entre todas as instituições hospitalares, de modo a garantir o acesso de todos os doentes aos serviços e unidades prestadores de cuidados de saúde, sustentado num sistema integrado de informação interinstitucional.» (Ministério da saúde - Direcção-Geral da Saúde, *Rede de Referenciação Hospitalar de Infecçologia*, D-G da Saúde, 2001, p.5). As RRH foram instituídas como suportes para os Sistemas Locais de Saúde e estão organizadas segundo diferentes especialidades, por exemplo: infecçologia, neurologia, intervenção cardiológica, materno-infantil, psiquiatria e saúde mental.

⁶⁰ A experiência do relacionamento inter-hospitalar evidencia o facto das RRH não terem uma aplicação generalizada, o que leva a situações em que o encaminhamento de doentes é feito em moldes de práticas anteriores.

⁶¹ EUROSTAT, *Statistiques en Bref – Thème 3*, 15/2001, p.6.

QUADRO 24

Óbitos segundo a causa de morte e o género, por territórios, em 1999

			Portugal		Lx e Vale do Tejo		Zona Oeste		Peniche					
			Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%				
Causas de Óbito	Doença	H	52591	51,1	78,6	17656	51,0	78,6	2262	52,0	75,0	151	51,0	75,5
		M	50347	48,9		16939	49,0		2084	48,0		145	49,0	
		Total	102938			34595			4346			296		
	Doença Cérebro-Vascular	H	9227	42,8	16,5	2909	42,2	15,7	474	44,9	18,2	33	45,8	18,4
		M	12351	57,2		3990	57,8		581	55,1		39	54,2	
		Total	21578			6899			1055			72		
	Acidente	H	2046	72,5	2,2	831	73,9	2,6	131	82,9	2,7	10	90,9	2,8
		M	777	27,5		294	26,1		27	17,1		1	9,1	
		Total	2823			1125			158			11		
	Acidente Trânsito Veículo Motorizado	H	1214	77,8	1,2	481	78,1	1,4	88	86,3	1,8	4	100,0	1,0
		M	346	22,2		135	21,9		14	13,7		0	0,0	
		Total	1560			616			102			4		
	Suicídios	H	403	74,5	0,4	187	70,8	0,6	41	80,4	0,9	0	0,0	0,3
M		138	25,5	77		29,2	10		19,6	1		100,0		
Total		541		264		51			1					
Homicídios	H	81	69,2	0,09	50	76,9	0,1	5	100,0	0,09	1	100,0	0,3	
	M	36	30,8		15	23,1		0	0,0		0	0,0		
	Total	117			65			5			1			
Outras Causas Externas	Total	1452		1,1	428		1,0	74		1,3	7		1,8	
TOTAL			131009		100,0	43992		100,0	5791		100,0	392		100,0

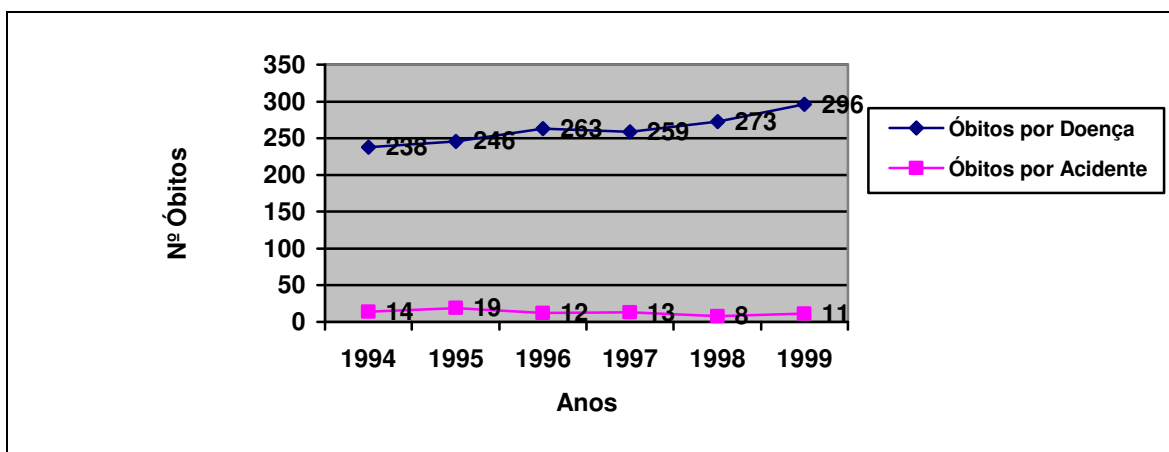
Fonte: INE, *O País em Números – Informação Estatística 1991-2001*, CD-ROM.

Se relativamente às mortes por doença (em geral e de foro cérebro-vascular), a diferença entre homens e mulheres é quase insignificante, refira-se, como curiosidade, que o mesmo não acontece no que diz respeito a mortes por motivo de acidente (em geral ou de trânsito), pois nestas circunstâncias, à semelhança do que se passa nos demais territórios em análise, em Peniche, é hegemónico o número de óbitos do sexo masculino. Apesar do carácter residual dos valores em questão, a presumível maior propensão dos homens para acidentes fatais não pode deixar de suscitar atenção e a tomada de medidas em conformidade.

Em termos diacrónicos, o gráfico 6 mostra que, em Peniche, a mortalidade associada a doença tem mantido níveis elevados entre 1994 e 1999, configurando uma tendência evolutiva em crescendo e mostra, ainda, a relativa constância da recorrência dos óbitos provocados por acidente, nesses anos recentes.

GRÁFICO 6

Evolução dos óbitos por doença e por acidente, no concelho de Peniche (1994-1999)



Fonte: INE, *O País em Números – Informação Estatística 1991-2001*, CD-ROM.

População portadora de deficiência

Segundo o quadro 25, em 2001, a percentagem de indivíduos do concelho de Peniche com deficiência, no conjunto da população residente, praticamente coincide com os valores obtidos para os seus contextos de referência, sendo mesmo coincidente com a

média do país: 6,1%. Considerando a repartição dos 1671 casos de deficiência pelos sexos, vê-se que prevalece o equilíbrio.

QUADRO 25

População residente com e sem deficiência segundo o género, por territórios, em 2001

			Portugal		Lx e Vale do Tejo			Zona Oeste		Peniche				
			Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%				
População Residente	Sem Deficiência	H	4666053	48,0	93,9	1553817	47,8	93,7	180814	48,7	94,1	12492	48,7	93,9
		M	5055363	52,0		1696805	52,2		190456	51,3		13153	51,3	
		Total	9721416			3250622			371270			25645		
	Com Deficiência	H	333911	52,6	6,1	113924	52,2	6,3	12640	54,4	5,9	886	53,0	6,1
		M	300497	47,4		104323	47,8		10577	45,6		785	47,0	
		Total	634408			218247			23217			1671		
	TOTAL			10355824	100,0		3468869	100,0		394487	100,0		27316	100,0

Fonte: INE, *O País em Números – Informação Estatística 1991-2001*, CD-ROM.

Quanto à distribuição dos tipos de deficiência e à estrutura dos mesmos em função do género (quadro 26), Peniche espelha, também neste particular, a realidade dos outros territórios abordados:

- As deficiências mais frequentes são de tipo visual (27,4%), motor (24,8%) e outras não definidas (21,5%); A seguir, surgem as de foro auditivo (13,3%), mental (11,7%) e as paralisias (1,3%);
- Para qualquer das situações de deficiência, mantém-se nivelado o peso relativo de homens e mulheres.

Na consideração do grau de incapacidade das deficiências registadas, verifica-se, a partir do quadro 27, que mais de metade dos casos refere-se a situações relativamente às quais não foi atribuído qualquer grau de incapacidade. É, ainda assim, de assinalar o facto de cerca de 1/3 da população deficiente apresentar um grau de incapacidade de pelo menos 30%.

QUADRO 26

População residente com deficiência segundo o tipo de deficiência e o género, por territórios, em 2001

		Portugal		Lx e Vale do Tejo		Zona Oeste		Peniche					
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%				
Def Auditiva	H	43533	51,7	13,3	17169	52,1	15,1	1451	52,9	11,8	107	48,0	13,3
	M	40623	48,3		15795	47,9		1293	47,1		116	52,0	
	Total	84156			32964			2744			223		
Def Visual	H	77772	47,6	25,8	26602	49,1	24,8	2751	48,9	24,2	212	46,3	27,4
	M	85743	52,4		27624	50,9		2871	51,1		246	53,7	
	Total	163515			54226			5622			458		
Def Motora	H	88893	56,9	24,6	28777	54,7	24,1	3775	59,5	27,3	240	58,0	24,8
	M	67471	43,1		23803	45,3		2566	40,5		174	42,0	
	Total	156364			52580			6341			414		
Def Mental	H	38156	53,7	11,2	10500	54,4	8,9	1243	54,5	9,8	111	56,9	11,7
	M	32900	46,3		8809	45,6		1039	45,5		84	43,1	
	Total	71056			19309			2282			195		
Paralisia	H	8004	53,4	2,4	2347	54,5	2,0	281	54,1	2,2	13	61,9	1,3
	M	6973	46,6		1957	45,5		238	45,9		8	38,1	
	Total	14977			4304			519			21		
Outra Def	H	77553	53,7	22,8	28529	51,9	25,2	3139	55,0	24,6	203	56,4	21,5
	M	66787	46,3		26405	48,1		2570	45,0		157	43,6	
	Total	144340			54934			5709			360		
TOTAL		634408	100,0		218247	100,0		23217	100,0		1671	100,0	

Fonte: INE, *O País em Números – Informação Estatística 1991-2001*, CD-ROM.

QUADRO 27

População residente no concelho de Peniche com deficiência segundo o grau de incapacidade e o género, em 2001

		Grau de Incapacidade															TOTAL
		S/ Grau Atribuído			Menos de 30%			30-59%			60-79%			Mais de 80%			
		H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	
População c/ Defic.	Nº	458	455	913	103	75	178	115	82	197	106	97	203	104	76	180	1671
	%	54,6			10,7			11,8			12,1			10,8			100,0

Fonte: INE, *O País em Números – Informação Estatística 1991-2001*, CD-ROM.

O Centro de Saúde

O Centro de Saúde, com grandes responsabilidades no nível de saúde do concelho, tem uma intervenção global na saúde dos munícipes em termos curativos, preventivos, de reabilitação e de promoção de saúde. Sendo a saúde de responsabilidade individual, colectiva e comunitária, a questão dos recursos humanos necessários poderia ser revista numa lógica de parcerias a nível comunitário. No entanto, há sempre necessidade do Centro de Saúde ter, na sua composição, um quadro técnico que lhe permita uma intervenção abrangente na saúde da população, estimulando a participação efectiva da comunidade.

A falta de técnicos faz com que esta instituição tenha que priorizar a sua intervenção, privilegiando a área curativa, necessitando de dar uma resposta mais eficiente a nível da prevenção e da promoção da saúde. De salientar que as áreas de intervenção são tangenciais e sobreponíveis, ou seja, ao intervir na área curativa, também estamos a intervir na prevenção, na promoção e na reabilitação.

Actualmente, há falta de 6 enfermeiros – em vez dos 18 enfermeiros previstos no quadro, dispõe apenas de 12, o que representa uma falta de aproximadamente 33% dos efectivos.

Também quanto a médicos as faltas são significativas: faltam 3 médicos no quadro do Centro de Saúde. Neste momento o Centro de Saúde tem 16 médicos de Clínica Geral e

tem 1 único médico de saúde pública (quando poderia ter dois, caso o quadro estivesse preenchido), sendo que, actualmente, a população da Freguesia de Ferrel está desprovida de médico de família. De salientar, a necessidade de mais um médico de saúde pública, que se justifica pelo número de habitantes e a tipologia do concelho (existência de praias, bem como, actividade industrial e turística de relevo).

Por último, são de apontar as lacunas no serviço relacionadas com a ausência de técnicos na área do serviço social, da psicologia, da fisioterapia com intervenção domiciliária, da saúde oral e de um motorista.

Estas carências de pessoal técnico acarretam dificuldades nas intervenções do Centro de Saúde:

- Na melhoria das estratégias a utilizar na educação para a saúde, na promoção de hábitos de vida saudáveis (alimentares, higiene corporal, exercício físico, não utilização de consumos nocivos), em especial de áreas prioritárias como as doenças cardio vasculares, neoplásicas e diabetes;
- Na protocolização com o Hospital de Caldas da Rainha para consultas de apoio em pediatria, neurologia, psiquiatria nos moldes da consulta de obstetrícia;
- Na melhoria da intervenção nos cuidados domiciliários e nos cuidados em doentes em fase terminal. A constituição de uma equipa multidisciplinar permitiria ganhos em termos de qualidade de vida do utente e da família;
- Na abertura de serviços de acompanhamento a doentes alcoólicos e a doenças mentais;
- Na criação de um núcleo de apoio à vítima;
- Na equipa do PAPSIA – Programa Articulado para a Promoção da Saúde na Infância e na Adolescência – constituída por uma médica e uma enfermeira. Este programa composto por três projectos - “Meu corpo minha vida”, “Desabafos” e “Saber mais” – intervem na comunidade escolar, nas famílias e junto das crianças e dos jovens, numa perspectiva de promoção, onde a integração de um psicólogo e de uma assistente social seria muito pertinente. Desta equipa já fez parte uma

psicóloga, cuja contratação, por dificuldades de ordem logística, não foi possível manter;

- Na intervenção em promoção da saúde oral na comunidade escolar, sobretudo na aplicação de selantes pelo técnico de saúde oral, uma vez que a educação para a saúde e encaminhamento para médico dentista está a ser efectuada, em exclusivo, por enfermeiros.

O Hospital S. Pedro Gonçalves Telmo

O hospital tem insuficiência de pessoal no seu quadro para as valências existentes, em particular, ao nível da Cirurgia Geral, da Medicina Interna e da Anestesiologia.

Trata-se, na verdade, de um constrangimento significativo, tanto mais que há necessidade de criação de novos serviços, que implicam novos recrutamentos, tais como: Consulta da Dor, Consulta de Ginecologia; Serviço de Urologia e Serviço de Ortopedia a médio/longo prazo.

Do ponto de vista dos recursos materiais, destacam-se estas carências:

- Necessidade de obras de beneficiação da Unidade Básica de Urgência;
- Necessidade de criação de um novo espaço para o serviço de Medicina Física e Reabilitação;
- Necessidade de aquisição de 2 ambulâncias.

Em termos de necessidades sentidas com vista a melhorar a resposta dada, apontam-se as seguintes:

- Criação de uma Rede de Cuidados Continuados de saúde⁶² (enquadrada no D-L n°281/2003 de 8 de Novembro), com as seguintes valências:
 - Unidade de Internamento;
 - Unidade de Recuperação Global;

⁶² São frequentes os casos de doentes que, após receberem alta hospitalar, continuam a carecer de cuidados de saúde e, para esse efeito, recorrem aos serviços do Hospital, quando a solução deveria passar pelos cuidados continuados de saúde.

- Unidade Móvel Domiciliária.

- Reestruturação do serviço de Fisiatria existente, através da criação de um espaço novo, com melhores acessibilidades externas e internas, assim como de um serviço de hidroterapia;
- Aumento da verba de atribuição das ajudas técnicas;
- Articulação efectiva inter-serviços e inter-institucionais, num quadro de definição e assunção formal de responsabilidades.

A título sumário, o Painel de entidades que trabalhou esta temática da Saúde e Dependências assinalou as seguintes debilidades e necessidades:

- Necessidade de criação de uma rede de cuidados continuados de saúde. A escassez de resposta, a nível da saúde, no que se refere, por exemplo, ao acompanhamento de utentes acamados ou muito dependentes no domicílio, acarreta consequências graves, entre elas, a insuficiência de assistência médica, o recurso recorrente à Unidade Básica de Urgência do Hospital - o que contribui para o congestionamento da mesma bem como, a sobrecarga a nível do transporte de doentes;
- Falta de uma unidade de apoio à vítima;
- Falta de estruturas e condições locais de apoio nas altas clínicas, designadamente, ao nível:
 - Da inexistência de uma rede de cuidados continuados de saúde;
 - Da desadequação das condições de habitabilidade de determinados alojamentos às situações de doença e/ou recuperação de doença.
- Dificuldade de transporte de utentes dependentes e acamados para consultas, fisioterapia e outros tratamentos⁶³.
- Necessidade de constituição de uma equipa multidisciplinar nas áreas da saúde e psicossociais, para um apoio melhorado às famílias e doentes terminais;
- Necessidade de uma articulação melhorada na integração de cuidados de saúde e apoio social, com vista a uma intervenção mais eficaz no sentido de colmatar várias situações, tais como: em que doentes em situação de dependência passam o dia sós;

⁶³ A Acompanha - Cooperativa de Solidariedade Social, CRL - relata a ocorrência de casos em que, para fazerem fisioterapia, os utentes são transportados uma hora mais cedo, o que levanta dificuldades ao nível do apoio domiciliário, do acompanhamento dos doentes e da sua saúde e conforto.

em que as famílias não possuem conhecimentos adequados à prestação de determinados cuidados; em que elementos do agregado familiar deixam de trabalhar para cuidar de um membro familiar doente; ou em que sucedem acidentes domésticos relacionados com o facto de um cônjuge doente e/ou idoso ficar responsável por um acamado, como por exemplo, quedas ou trocas de medicação;

- Falta de apoios no que toca à comparticipação de medicamentos, especialmente nos casos de doentes terminais, em que a medicação é muito cara;
- Falta de verba para atribuição de ajudas técnicas;
- Necessidade de uma articulação efectiva inter-serviços e inter-institucional, num quadro de definição e assunção formal de responsabilidades, tendo em conta as competências de cada instituição;
- Criação de um Centro Comunitário para a população com dependência que não está em condições de ser (re)inserida profissionalmente;
- Falta de uma consulta para doentes infecto-contagiosos;
- Falta de condições materiais:
 - Necessidade de realização de obras de requalificação e ampliação das instalações do Centro de Saúde;
 - Necessidade de criação de novas e mais adequadas instalações para o CAT de Peniche, de modo a permitir a ampliação da capacidade de resposta e a ultrapassar as deficiências que o espaço actual apresenta, ao nível estrutural e, em particular, ao nível das condições de salubridade;
 - Necessidade de realização de obras de adaptação nas instalações do Centro de Saúde de modo a facilitar o acesso das pessoas com deficiência;
 - Necessidade de obras de beneficiação da Unidade Básica de Urgência do Hospital;
 - Necessidade de reestruturação do Serviço de Fisiatria do Hospital;
 - Falta de ambulâncias;
- Falta de recursos humanos:
 - Ao nível do Centro de Saúde: necessidade de técnicos para as valências existentes;

- Ao nível do Hospital: necessidade de pessoal para as valências existentes e para as valências a criar;
- Ao nível do CAT de Peniche: necessidade de médicos, psicólogos e enfermeiros.

4.2. Respostas e Recursos

Hospital S. Pedro Gonçalves Telmo

O Hospital de S. Pedro Gonçalves Telmo presta cuidados de saúde ao concelho de Peniche e a concelhos limítrofes, designadamente, Bombarral e Óbidos.

Dispõe dos seguintes serviços:

- Medicina, com 20 camas;
- Cirurgia Geral, com 21 camas, estando a funcionar neste serviço a valência de Ortopedia com 9 camas;
- Serviço de Medicina Física e Reabilitação sem internamento.

Proporciona consultas externas nas seguintes vertentes:

- Medicina Interna;
- Cirurgia Geral;
- Ortopedia;
- Anestesiologia;
- Fisiatria;
- Nutrição;
- Pequena Cirurgia;
- Rastreio da mama;
- Pé Diabético;
- Coagulação.

No que diz respeito a meios complementares de diagnóstico, tem um laboratório e dispõe de radiologia convencional, das 9,00h às 12,30h e das 14,00h às 17,30h.

Dispõe de um serviço de Urgência/SAP, prestado de 2ª a 6ª feira, 24 horas por dia, assegurado por médicos de medicina geral e familiar do Centro de Saúde, funcionando no fim-de-semana com médicos contratados pelo Hospital.

Existe apoio de Medicina Interna durante 24 horas, 7 dias por semana, e de 2ª a 6ª feira há apoio do serviço de Cirurgia, das 9,00h às 14,00h.

No que diz respeito às situações que necessitem de cuidados mais diferenciados, essas são refenciados para outras unidades hospitalares (Centro Hospital de Caldas da Rainha e Hospital de S.ta Maria).

O Centro de Saúde

O Centro de Saúde de Peniche⁶⁴ está organizado em torno de uma unidade central, sedeada na cidade e de três extensões localizadas nas áreas limítrofes, designadamente, em Ferrel, Atouguia da Baleia e Serra D'El Rei.

Em 2001, o total de utentes inscritos no Centro de Saúde de Peniche cifrava-se em 28.330 utentes, o que significa que o Centro de Saúde serve uma população que não se confina ao conjunto dos habitantes recenseados pelo censo para o concelho (estimados em 27.315 indivíduos), mas que abrange igualmente pessoas com residência fora dele e, presumivelmente, imigrantes com situações por regularizar. Há, pois, um total de cerca de 1000 indivíduos oficialmente não residentes no município que são utentes do pólo de Peniche. Desses utentes, uma parte terá por base explicações relacionadas com a proximidade com o local de trabalho ou com a mobilidade associada à procura turística -

⁶⁴ O D-L n.º157/99 (DR n.º108, 10/05/99) define o modelo de criação, organização e funcionamento dos Centros de Saúde.

não sendo de descurar, neste particular, o facto de Peniche constituir um contexto onde assume expressão a habitação de tipo sazonal e secundária; e uma outra parte deverá incluir população imigrante que não foi contabilizada pelo censo de 2001.

QUADRO 28

População inscrita no Centro de Saúde de Peniche,
segundo o grupo etário, em 31/12/2001

Grupos Etários	Nº	%	% acum
0-14	4392	15,5	15,5
15-44	12072	42,6	58,1
45-64	6834	24,1	82,2
>64	5032	17,8	100,0
TOTAL	28330	100,0	

Fonte: Administração Regional de Saúde do Centro – Sub-Região de Saúde de Leira, *Relatório de Actividades 2001*, p.27.

No que diz respeito à distribuição etária da população inscrita (quadro 28), o grupo dominante é o dos 15 aos 44 anos (42,6%), apresentando os restantes as seguintes percentagens: por ordem decrescente, o escalão etário dos 45 aos 64 anos representa 24,1% dos inscritos; o escalão acima dos 64 anos, 17,8%; e o dos 0 aos 14 anos, 15,5%. Observe-se que mais de metade dos inscritos no Centro de Saúde tem no máximo 44 anos, o que faz deles uma população, na sua maioria, relativamente jovem.

De acordo com o quadro 29, em 2001, a taxa de cobertura do Centro de Saúde situava-se nos 60,7% no que se refere à população inscrita e nos 63%, relativamente à população residente. Se, por um lado, é verdade que a maioria das pessoas está pois coberta, por outro lado, constata-se que há uma franja significativa que fica de fora. Subjacentes a essa lacuna poderão estar aspectos como a carência de recursos humanos e/ou materiais do Centro de Saúde, o sistema de acesso dos utentes às consultas, o recurso a consultórios privados, ou outras situações. Esta é, indubitavelmente, uma questão premente de ser equacionada, tanto mais que se verifica, inclusivamente, que o nível de cobertura diminuiu de 2000 para 2001, cerca de 7,4 pontos percentuais, no caso da população inscrita e de cerca de 8,3 pontos percentuais, no caso da população residente.

QUADRO 29

Evolução da taxa de cobertura da população relativa ao Centro de Saúde de Peniche (2000-2001)

2000		2001	
Taxa de Cobertura		Taxa de Cobertura	
% População Inscrita	% População Residente	% População Inscrita	% População Residente
68,1	71,3	60,7	63

Fonte: ARS do Centro – Sub-RS de Leira, *Relatório de Actividades 2001*, p.31.

Os serviços/consultas disponíveis no Centro de Saúde obedecem à seguinte descrição:

- Medicina Geral e Familiar/Clínica Geral;
- Enfermagem;
- Administrativo;
- Planeamento Familiar;
- Saúde Materna;
- Obstetrícia de referência de risco;
- Saúde Infantil e Juvenil;
- Saúde Escolar;
- Psiquiatria (protocolo com o Centro de Saúde de Caldas da Rainha para encaminhamento de doentes);
- Centro Diagnóstico Pneumológico;
- Vacinação;
- Serviço de Apoio Domiciliário;
- Unidade de Saúde Pública;
- Serviço de Atendimento Permanente⁶⁵;
- PAPSIA – Atendimento a crianças e adolescentes.

O Centro de Saúde tem prestado um serviço de visitas domiciliárias com recurso, fundamentalmente, à sua equipa de Enfermagem, mas para que a resposta seja de tipo integrado, falta o apoio de um médico, de um técnico de serviço social e de um

⁶⁵ O SAP está operacional 24 horas e funciona no Hospital de Peniche.

psicólogo. Ao serviço tem faltado transporte próprio – existe o veículo, mas não está disponível um motorista, uma vez que está por preencher a vaga do quadro do Centro de Saúde para essa categoria profissional, desde que o anterior motorista foi para a aposentação.

Mensalmente, a média de visitas domiciliárias é de 600 no concelho, registando-se na cidade cerca de 350 visitas. O tempo médio gasto diariamente em serviço domiciliário na cidade é de 3h30, sendo o transporte efectuado por meio de táxi. Na sua maioria, as visitas domiciliárias são efectuadas com fins curativos, mas também com objectivos de prevenção, de promoção da saúde e de reabilitação. De forma a dar continuidade aos cuidados e a prevenir novos reinternamentos, são visitados todos os doentes, da cidade de Peniche, que, no momento da alta hospitalar, apresentem dificuldades de mobilidade. Em programa na cidade, encontram-se 100 utentes, com uma média de idades acima dos 70 anos, apresentando multipatologias que interferem negativamente na sua independência. De acordo com a caracterização dos utentes deste serviço, em termos das condições habitacionais, do cuidador e das necessidades de ajudas técnicas dos utentes, salientam-se os seguintes factos: a maioria vive nas suas casas (63), 15 vivem sós, 39 são cuidados por cônjuges com uma média de idades superior a 70 anos; a família (filhas, noras, neta, sobrinhas) é a principal cuidadora, sendo que, quando é o marido a cuidar, na maioria dos casos, existe a colaboração das instituições de apoio domiciliário; as necessidades de ajudas técnicas são, sobretudo, de andarilhos, de colchão de pressão alternada e camas articuladas.

População toxicodependente

O Centro de Atendimento a Toxicodependentes de Peniche

No sentido de prestar um apoio continuado a pessoas com dependências de substâncias, existe em Peniche um CAT, entidade que depende da Delegação Regional do Centro (DRC) do Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT)⁶⁶.

O CAT de Peniche iniciou a sua actividade em Março de 1998 nas instalações do CAT de Leiria, em virtude da inexistência de espaço físico adequado em Peniche, mas é em Março de 1999 que se dá o nascimento oficial desta estrutura do IDT, com a inauguração das suas instalações. Estas estão situadas na zona industrial de Peniche, correspondendo este mesmo espaço a uma pequena área (de dois pisos) de um pavilhão pertencente à Câmara Municipal de Peniche. No corrente ano (2004), possui no seu ficheiro pouco mais de 600 utentes, 340 dos quais activos (no último ano).

O CAT de Peniche é uma unidade especializada pertencente ao IDT. Está especialmente vocacionada para a actividade assistencial em ambulatório e consulta externa. Naquela são prestados cuidados compreensivos e globais a toxicodependentes dos concelhos de Caldas da Rainha, Óbidos, Bombarral e Peniche, praticados de forma individual, familiar, grupal e comunitária, segundo as modalidades terapêuticas mais adequadas para cada situação. Para além de ser uma estrutura dirigida especificamente ao indivíduo toxicodependente, é garantido em todas as fases o apoio psico-social dos envolventes (família, amigos, filhos).

⁶⁶ O IDT (Instituto da Droga e da Toxicodependência) é um organismo que resultou da fusão de duas outras instituições que operavam na área da droga e da toxicodependência, concretamente o Instituto Português da Droga e da Toxicodependência (IPDT) e o Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência (SPTT), (Decreto - Lei n.º 259-A/2002, de 29 de Novembro). Esta fusão resultou numa integração das competências de tais instituições, e tem por missão garantir a unidade intrínseca do planeamento, da concepção, da gestão, da fiscalização e da avaliação das diversas fases da prevenção, do tratamento e da reinserção no domínio da droga e da toxicodependência, na perspectiva da melhor eficácia da coordenação e execução das políticas e das estratégias definidas (Decreto - Lei n.º 259-A/2002, de 29 de Novembro).

São três as grandes áreas de intervenção do CAT de Peniche, cumprindo três grandes objectivos ao nível da prevenção secundária e terciária:

- Tratamento. Compete ao CAT garantir, aos toxicodependentes que querem romper com sua dependência, meios para o fazer, facultar a todos os toxicodependentes uma maior esperança de vida e uma melhor qualidade de vida e identificar novos padrões de consumo;
- Reinserção social. Compete ao CAT envolver a sociedade civil na problemática da reinserção social de toxicodependentes, promover a reinserção profissional de toxicodependentes tendo como ponto de partida as Unidades Especializadas (UE)⁶⁷, e alargar as respostas de reinserção social dos toxicodependentes;
- Redução de riscos e minimização de danos. A este nível compete ao CAT de Peniche a manutenção e/ou criação de programas e estruturas sócio-sanitárias destinadas à sensibilização e ao encaminhamento para tratamento de toxicodependentes bem como à prevenção e redução de atitudes ou comportamentos de risco acrescidos e minimização de danos individuais e sociais provocados pela toxicodependência.

Para concretizar os seus objectivos o CAT de Peniche dispõe de uma equipa multidisciplinar, composta por dois médicos de clínica geral, dois psicólogos, dois técnicos de serviço social, quatro enfermeiros, um administrativo, um técnico psicossocial e um auxiliar de apoio e vigilância. Cada profissional dá o seu contributo dentro da sua área de especialização, através de actividades que lhe são específicas, o tratamento representando o somatório de diferentes disciplinas e esforços paralelos. Esta equipa, subdividida em duas sub-equipas, assegura uma abordagem bio-psico-social no sentido em que qualquer intervenção é concertada nos planos biológico, psicológico e social.

Diariamente funciona a consulta externa no espaço do CAT, que recebe utentes vindos por si próprios ou encaminhados por outras estruturas comunitárias. A actividade clínica

⁶⁷ A estrutura orgânica do IDT prevê o funcionamento de serviços à escala local que designa por Unidades Especializadas (EU), as quais estão subdivididas em:

- Centros de Atendimento a Toxicodependentes (CAT);
- Unidades de Desabituação (UD);
- Comunidades Terapêuticas (CT).

no espaço exterior acontece com uma periodicidade não diária (semanal, quinzenal ou mensal).

O primeiro contacto com a instituição é feito através do técnico psicossocial que efectua as inscrições, as marcações e o acolhimento (entrevista individual onde é preenchida uma ficha).

Na fase seguinte é realizada a primeira consulta, na generalidade dos casos pelo psicólogo, que assegura também todo o acompanhamento psicológico e psicoterapêutico posterior e necessário. Ao mesmo tempo a família é atendida pelo técnico de serviço social, que garante igualmente o apoio familiar nas fases seguintes. Neste momento do processo terapêutico o objectivo consiste em conhecer o pedido do utente e os recursos familiares, de forma a poder definir um projecto de tratamento realista.

Posteriormente o utente é atendido pelo médico para a realização do apoio médico e psicofarmacológico. O utente dispõe ainda de consultas de serviço social quando se trata de encaminhamento para Unidades de Desabilitação (UD) ou Comunidades Terapêuticas (CT), ou, numa fase mais adiantada do processo terapêutico, quando está em causa a sua reinserção social. A equipa de enfermagem assegura em todos os momentos os cuidados de saúde primários e o desenvolvimento de alguns projectos terapêuticos.

Os programas terapêuticos podem efectuar-se com ou sem suporte farmacológico. Entre os primeiros contam-se os programas baseados na desabilitação da ou das substâncias que o dependente consome, ou ainda os programas de substituição (específicos para a dependência opiácea).

Os programas de substituição variam consoante a substância terapêutica a eleger: o cloridrato de metadona ou a buprenorfina.

Mais adiante são apresentados alguns dados referentes ao passado e ao presente do programa terapêutico de substituição opiácea com metadona no CAT de Peniche.

Quanto aos utentes incluídos em outros programas terapêuticos com suporte medicamentoso, contam-se cerca de 40 a fazer buprenorfina e cerca de 50 a fazer terapêutica com antagonista opiáceo, no seguimento de desabitação de substâncias opiáceas realizada no domicílio ou em internamento.

O acompanhamento dos utentes do CAT de Peniche é realizado durante o tempo necessário, até o utente conseguir concretizar os seus objectivos de vida.

Os quadros que se seguem mostram algumas estatísticas de caracterização da intervenção do CAT de Peniche.

QUADRO 30

Distribuição dos utentes do CAT segundo a proveniência residencial (Junho 2004)

Peniche	nº	252
Caldas da Rainha		200
Óbidos		29
Bombarral		27
Outros concelhos		96
Total		604

Fonte: CAT de Peniche.

QUADRO 31

Composição etária dos novos utentes que frequentaram o CAT entre 2002 e 2003

Escalão etário	nº	1/1/02 a 31/12/02	1/1/03 a 31/12/03
15 aos 19 anos		1	3
20 aos 24 anos		9	12
25 aos 29 anos		24	25
30 aos 34 anos		20	24
35 aos 40 anos		12	24
40 aos 44 anos		14	6
+ de 45 anos		1	6
Total	81	100	

Fonte: CAT de Peniche.

QUADRO 32

Número de utentes que frequentaram o CAT entre 2002 e 2003 (activos)

1/1/02 a 31/12/02	nº	1/1/03 a 31/12/03
305		303

Fonte: CAT de Peniche.

QUADRO 33

Movimento clínico geral no CAT (referente a novos utentes) no ano de 2003

Novos utentes	nº	100
Consultas médicas (atendimentos individuais)		1763
Apoio médico (atendimentos em grupo)		54
Apoio psicológico		1271
Apoio socioterapêutico		407
Atendimento a famílias		434

Fonte: CAT de Peniche.

QUADRO 34

Programa de substituição com metadona no CAT (em tratamento em 2004)

Residentes em Peniche	nº	48
Residentes nas Caldas da Rainha		20
Outros		12

Fonte: CAT de Peniche.

QUADRO 35

Programa de substituição com metadona no CAT (tratamentos já terminados)

Altas	nº	23
Abandonos		14
Expulsões		11
Falecimentos		9
Outros		20

Fonte: CAT de Peniche.

Projecto Porto+Seguro

Com o objectivo de complementar e reforçar as respostas institucionais disponíveis em Peniche no âmbito da problemática da toxicodependência, foi lançado o Projecto “Porto+Seguro” no sentido de intervir na vertente da prevenção e redução de riscos, na área da cidade. Tendo sido implementada em Janeiro de 2004, a iniciativa mobiliza para o terreno uma “equipa de rua” composta por uma assistente social, uma psicóloga e dois monitores, cuja acção baseia-se nas seguintes áreas estratégicas: informação/sensibilização, intervenção de redução de riscos, apoio psicossocial e intervenção familiar. O projecto é promovido pela Acompanha – Cooperativa de Solidariedade Social, C.R.L. e passa por um tipo de trabalho em parceria, da qual fazem parte as seguintes entidades: ADEPE – Associação para o Desenvolvimento de Peniche, AMAP – Associação Mútua Financeira Livre dos Armadores da Pesca Geral do Centro, Associação Juvenil de Peniche, Câmara Municipal de Peniche, CAT de Peniche, Centro de Saúde de Peniche, CERCIPENICHE, Hospital de Peniche, Segurança Social e Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Centro.

Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências

Conforme o exposto no ponto 3.2 do documento, O PMPPT, promovido no âmbito de uma parceria entre a Câmara Municipal e a Associação Juvenil de Peniche, visa a concertação de esforços com vista a prevenção primária das toxicodependências. A população alvo é o conjunto das crianças a nível do concelho em idade escolar até aos 11 anos. A vocação do PMPPT orienta-se, em particular, para os tempos livres e a informação parental, sendo desenvolvido um conjunto de actividades a partir da Ludoteca «Arco-Íris» e do ATL «O Farol».

População portadora de deficiência

Cercipeniche

No concelho de Peniche, a população portadora de deficiência conta com os serviços de uma instituição, a CERCIP, instalada na cidade de Peniche, que tem desenvolvido, ao longo dos anos, um trabalho importante de apoios diversificados à população deficiente, cobrindo actualmente crianças, jovens e adultos. Esta cooperativa de educação e reabilitação de cidadãos inadaptados dispõe das seguintes valências:

- Serviço Educacional, que abrange a faixa etária dos 6 aos 18 anos;
- CREAP (Centro de Reabilitação Profissional), que está orientado para a formação profissional de jovens e adultos (até aos 45 anos);
- CERISC (Centro de Recursos para a Inserção Social e Comunitária), que se destina a indivíduos com deficiência profunda acima dos 18 anos de idade e funciona como centro de promoção de bem-estar e qualidade de vida;
- Lar de Apoio a Deficientes com capacidade para 6 utentes;
- Unidade residencial – em articulação com o «Projecto Porto de Abrigo».

Existem, ainda, dois equipamentos de recuperação física:

- 1 serviço de fisioterapia dependente do Hospital Gonçalves Telmo;
- 1 centro particular de fisioterapia, que serve um número considerável de utentes e que tem acordos com os sistemas oficiais de saúde.

Câmara Municipal

A Câmara Municipal de Peniche disponibiliza na piscina municipal sessões de natação para pessoas portadoras de deficiência, com o objectivo de promover a adaptação ao meio aquático, assim como, a aprendizagem e o aperfeiçoamento das técnicas de natação. Proporciona ainda serviços de hidroginástica e de hidroterapia.

4.3. Adequação dos Recursos aos Problemas e Necessidades

Os recursos existentes nesta área apresentam, como vimos, as maiores dificuldades em termos de insuficiência de meios humanos e técnicos, em especial, no respeitante ao Centro de Saúde e ao Hospital.

4.4. Pistas para Planificação Futura

Neste âmbito, atendendo às carências sinalizadas, existem muitas pistas que deverão ser tomadas se se quiser introduzir alguma mudança na qualidade de saúde da população de Peniche:

- Implementação de uma rede de cuidados continuados de saúde (por referência ao D-L nº281/2003 de 8 de Novembro);
- Educação e sensibilização da população para a Saúde (ao nível, por exemplo, da sensibilização para a importância das consultas de planeamento familiar; das “boas práticas” em termos dos cuidados de saúde, de higiene, de alimentação, ambientais,..), como forma de prevenção dos comportamentos de risco;
- Reforço do trabalho em parceria entre serviços de saúde e os restantes serviços comunitários, na óptica dos cuidados básicos de saúde e da saúde comunitária;
- Preenchimento das vagas de recursos humanos existentes (no Centro de Saúde, Hospital e CAT);
- Melhoria dos equipamentos e dos recursos técnicos e financeiros do Centro de Saúde, Hospital de Peniche e CAT, em especial no que se refere a:
 - Necessidade de realização de obras de requalificação e ampliação das instalações do Centro de Saúde;
 - Necessidade de realização de obras de adaptação nas instalações do Centro de Saúde de modo a facilitar o acesso das pessoas com deficiência;
 - Necessidade de criação de novas e mais adequadas instalações para o CAT de Peniche;

- Necessidade de realização de obras de beneficiação na Unidade Básica de Urgência do Hospital;
- Necessidade de reestruturação do serviço de fisioterapia do Hospital;
- Necessidade de reforço de verba para atribuição de ajudas técnicas;
- Necessidade de criação de uma consulta para doentes infecto-contagiosos.
- Avaliação da extensão e características das situações de violência, na perspectiva da criação de uma unidade de apoio à vítima;
- Criação de um Centro Comunitário para a população com dependência que não está em condições de ser (re)inserida profissionalmente;
- Adopção de acordos entre instituições com vista a intervenção nos fogos necessitados de adaptação;
- Avaliação do transporte efectuado a doentes dependentes e acamados do ponto de vista da sua adequação às necessidades, quer em termos quantitativos, quer em termos qualitativos;
- Reforça-se a necessidade de um trabalho social comunitário com as populações que as ajude a assumir as suas responsabilidades familiares e sociais para com os doentes, para com as crianças e adolescentes, para com os idosos, com vista à redução de riscos sociais, nomeadamente toxicod dependência e alcoolismo.

5. FORMAÇÃO E EMPREGO/DESEMPREGO

5.1. Identificação e Caracterização dos Problemas e Necessidades

No que se refere à estrutura das profissões do concelho de Peniche, o quadro 36 mostra a forma como os 11.510 postos de trabalho registados pelo Censo de 2001 se encontram distribuídos.

No conjunto das profissões encontradas sobressaem como dominantes aquelas que dizem respeito à produção industrial e ao trabalho artesanal (23,9%), ao pessoal do serviço de protecção e segurança, serviços pessoais e domésticos e trabalhadores similares (15,8%), aos trabalhadores não qualificados da agricultura, indústria, comércio e serviços (15,4%) e aos trabalhadores da agricultura e da pesca (11,2%), por esta ordem.

No caso concreto do grupo profissional com maior representação, o dos trabalhadores da produção industrial e artesãos, é de assumir a importância das actividades industriais associadas às pescas, nomeadamente, as da congelação e da transformação do pescado. Aliás, de um modo lato, pode dizer-se que os resultados obtidos relativamente à distribuição dos postos de trabalho deixam transparecer a influência da vocação piscatória e agrícola do município, se considerarmos a ligação de ambas as actividades às profissões dominantes, de forma indirecta, não só no caso dos trabalhadores da produção industrial e artesãos, mas também dos trabalhadores não qualificados da agricultura, indústria, comércio e serviços e, de forma directa, no caso dos trabalhadores da agricultura e das pescas. Nesta base, conclui-se que metade dos trabalhadores deste concelho tem uma profissão de alguma forma relacionada com a agricultura ou com a pesca – principalmente com esta.

QUADRO 36

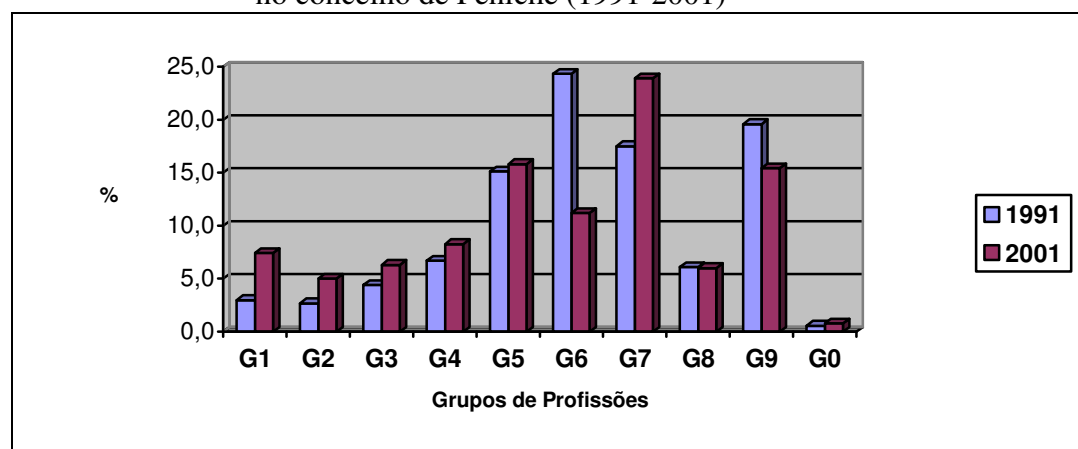
Evolução da estrutura de profissões da população residente empregada no concelho de Peniche (1991-2001)

	1991		2001	
	Nº	%	Nº	%
GRUPO 1 - Membros dos Corpos Legislativos, Quadros Dirigentes da Função Pública, Directores e Dirigentes de Empresas	300	3,0	848	7,4
GRUPO 2 - Profissões Intelectuais e Científicas	274	2,7	571	5,0
GRUPO 3 - Profissões Técnicas Intermédias	440	4,4	730	6,3
GRUPO 4 - Empregados Administrativos	671	6,7	953	8,3
GRUPO 5 - Pessoal do Serviço de Protecção e Segurança, Serviços Pessoais e Domésticos e Trabalhadores Similares	1513	15,1	1817	15,8
GRUPO 6 - Trabalhadores da Agricultura e da Pesca	2433	24,3	1294	11,2
GRUPO 7 - Trabalhadores da Produção Industrial e Artesãos	1748	17,5	2747	23,9
GRUPO 8 - Operadores de Instalações Industriais e Máquinas Fixas, Condutores e Montadores	611	6,1	687	6,0
GRUPO 9 - Trabalhadores não Qualificados da Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços	1960	19,6	1773	15,4
GRUPO 0 - Forças Armadas	56	0,6	90	0,8
TOTAL	10006	100,0	11510	100,0

Fonte: INE, *Censos 2001 – Recenseamentos Gerais da População e da Habitação – Dados Comparativos 1991-2001*, CD-ROM; INE, *Censos 91 – Resultados Definitivos – Região de Lisboa e Vale do Tejo*, 1993, p.149.

GRÁFICO 7

Evolução da estrutura de profissões da população residente empregada no concelho de Peniche (1991-2001)



Fonte: INE, *Censos 2001 – Recenseamentos Gerais da População e da Habitação – Dados Comparativos 1991-2001*, CD-ROM; INE, *Censos 91 – Resultados Definitivos – Região de Lisboa e Vale do Tejo*, 1993, p.149.

Fazendo a análise da evolução da estrutura de profissões do concelho de Peniche entre os Censos de 1991 e os de 2001, é possível apontar mudanças significativas.

Desde logo, refere-se a alteração ao nível do segmento profissional mais frequente, que deixou de ser o dos trabalhadores da agricultura e da pesca e passou a ser o dos trabalhadores da produção industrial e artesãos. O grupo dos agricultores e dos pescadores verificou mesmo a quebra percentual mais acentuada no conjunto das categorias profissionais (têm menos 13,1 pontos percentuais) e, ao invés, os profissionais da produção industrial e artesanal registaram a maior subida percentual (têm mais 6,4 pontos percentuais). Para além disso, por um lado, baixou o nível de trabalhadores não qualificados e, por outro, cresceram as categorias profissionais detentoras de recursos económicos e escolares, a saber, as dirigentes, as possuidoras de diplomas universitários e de qualificações intermédias, bem como, as que se enquadram nos serviços de protecção e segurança, serviços pessoais e domésticos e trabalhos similares, não sendo de descurar nesta categoria uma forte expressão de trabalhadores ligados à indústria do turismo.

QUADRO 37

População residente, com actividade económica, empregada segundo a situação na profissão, no concelho de Peniche, em 2001

	Nº	%	
Empregador	1580	13,7	
Trabalhador por conta própria	958	8,3	
Trabalhador familiar não remunerado	158	1,4	
Trabalhador por conta de outrem	Total	8683	75,4
	Militar carreira	78	--
	SMO	12	--
Membro activo de Cooperativa	21	0,2	
Outra situação	110	1,0	
TOTAL	11510	100,0	

Fonte: INE, *Censos 2001 – Recenseamentos Gerais da População e da Habitação – Dados Comparativos 1991-2001*, CD-ROM.

Quanto à situação na profissão da população empregada com referência a 2001, estão em hegemonia os trabalhadores por conta de outrem (75,4%), surgindo como segunda situação mais frequente a de empregador/patrão (13,7%).

No que toca à condição perante o trabalho, os censos de 2001 mostram que metade da população em idade activa está efectivamente “activa”, ou seja, está empregada (50,1%) e outra metade vive uma situação de inactividade (49,9%). Os inactivos são compostos sobretudo por indivíduos reformados, aposentados ou na reserva – o que reflecte o expressivo peso relativo da população idosa no conjunto da população em geral – e contemplam ainda, por ordem decrescente de importância, domésticas, estudantes, desempregados, casos de incapacitação permanente para o trabalho e outras situações. Este quadro é convergente com o padrão nacional, mas este último denota, ainda assim, uma margem de população empregada ligeiramente maior (53,5% contra 50,1%)⁶⁸.

No cruzamento da condição perante o trabalho com o género são perceptíveis algumas particularidades.

Com efeito, se é verdade que a categoria de empregado é maioritária em qualquer dos sexos, a importância relativa que assume para cada um é no entanto variável: enquanto que no caso dos homens a população em actividade, isto é, a empregada, supera largamente a inactiva (60,4% contra 39,6%), no caso das mulheres, acontece o inverso (40,2% contra 59,8%). Um outro traço distintivo tem a ver com a situação de doméstica que revela uma expressiva incidência no grupo feminino e um carácter meramente residual no seio do grupo masculino, facto que não surpreende por se tratar de um papel social conferido por excelência à mulher, em função do próprio lugar que lhe é atribuído no seio da família e da sociedade em geral.

⁶⁸ A distribuição nacional da população residente em idade activa segundo a condição perante o trabalho é a seguinte: 53,5% “empregada”; 3,9% “desempregada”; 7,8% “estudante”; 7% “doméstica”; 22,2% “reformada, aposentada ou na reserva”; 2% “incapacitada permanente para o trabalho”; 3,5% “outra situação” (INE, *Censos 2001 – Recenseamentos Gerais da População e da Habitação – Dados Comparativos 1991-2001*, CD-ROM).

QUADRO 38

População residente, com 15 ou mais anos, segundo a condição perante o trabalho e o género, no concelho de Peniche, em 2001

	H	M	TOTAL
Empregada	58,8 6772 60,4	41,2 4738 40,2	100,0 11510 50,1
Desempregada	35,0 344 3,0	65,0 640 5,4	100,0 984 4,3
Estudante	44,7 772 6,9	55,3 955 8,1	100,0 1727 7,5
Doméstica	0,4 7 0,1	99,7 1993 16,9	100,0 2000 8,7
Reformada, aposentada ou na reserva	48,0 2546 22,7	52,0 2754 23,4	100,0 5300 23,1
Incapacitada permanente para o trabalho	47,8 273 2,4	52,2 298 2,5	100,0 571 2,5
Outra situação	54,8 489 4,4	45,2 403 3,4	100,0 892 3,9
TOTAL	48,7 11203 100,0	51,3 11781 100,0	100,0 22984 100,0

Fonte: INE, *Censos 2001 – Recenseamentos Gerais da População e da Habitação – Dados Comparativos 1991-2001*, CD-ROM.

De resto, essas diferenças reproduzem-se quando consideramos a estrutura sexual das diferentes condições perante o trabalho, cabendo o predomínio aos homens no caso dos empregados e às mulheres, no caso dos desempregados e confirmando-se o estatuto feminino da condição de doméstica que revela um domínio quase absoluto das mulheres. Quanto às restantes situações perante o trabalho, a relação entre sexos mantém-se relativamente equilibrada.

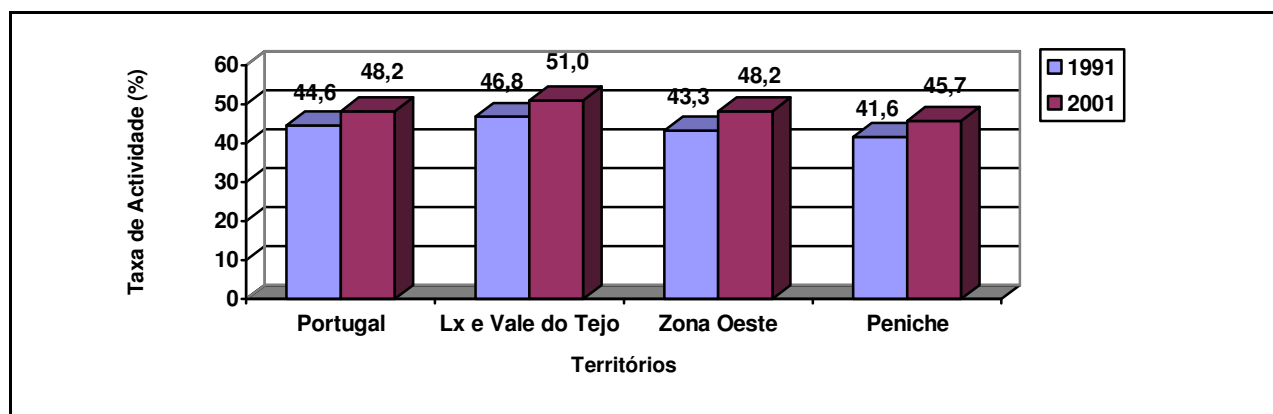
Assimetrias de género em termos das oportunidades de emprego

Tomando os últimos dados em linha de conta, é importante fazer notar que, por comparação com o país, o concelho de Peniche denota uma maior distanciação entre homens e mulheres no que toca à inserção no mercado de trabalho, quer em termos de emprego, quer em termos de desemprego, traduzida num agravamento do prejuízo para o sector feminino penichense que apresenta, concomitantemente, menor percentagem de empregados e maior percentagem de desempregados⁶⁹. Na senda do combate às assimetrias sociais, se no plano nacional esta situação de desigualdade sexual ao nível da oportunidade face ao mercado de emprego não pode deixar de ser contemplada e tida como questão premente, no plano municipal, essa preocupação deve ser mesmo acrescida em função do alargamento do fosso.

Elevada taxa de desemprego e baixa taxa de actividade

GRÁFICO 8

Evolução da taxa de actividade por territórios (1991-2001)

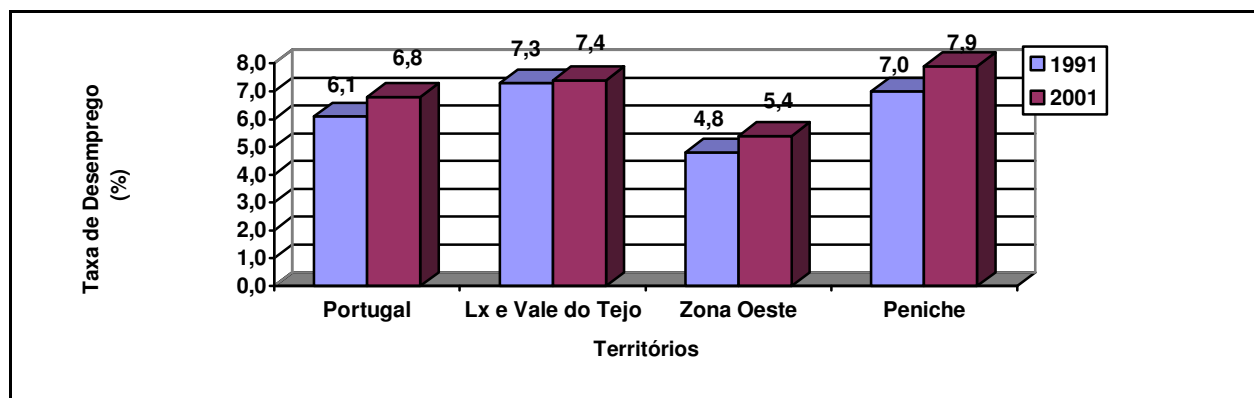


Fonte: INE, *Infoline*.

⁶⁹ O peso percentual de homens e mulheres para a categoria de empregado é, respectivamente, no caso de Portugal, de 55,9% e 44,1%, e, no caso do concelho de Peniche, de 58,8% e 41,2%. Para a categoria de desempregado, a relação entre homens e mulheres é, no caso do território nacional, de 42,1 para 57,9% e de 35 para 65%, no caso do município penichense (INE, *Censos 2001 – Recenseamentos Gerais da População e da Habitação – Dados Comparativos 1991-2001*, CD-ROM).

GRÁFICO 9

Evolução da taxa de desemprego por territórios (1991-2001)



Fonte: INE, *Infoline*.

Levando em conta a evolução registada de 1991 a 2001, o concelho de Peniche verificou subidas quer ao nível da taxa de actividade, quer ao nível da taxa de desemprego, em conformidade com o observado no país, na zona Oeste e, de forma muito sensível, na região de Lisboa e Vale do Tejo.

Como se percebe, permanece como o concelho com a taxa de actividade mais baixa dos territórios em análise, atingindo os 45,7% em 2001 (quando, por exemplo, a Região de Lisboa e Vale do Tejo alcança 51%), o que quer dizer que a população activa do município (que contempla empregados e desempregados) continua a representar menos de metade da população global.

A par disso, a taxa de desemprego que ostenta em 2001 (7,9%) é elevada e está muito acima da média nacional (6,8%) e mais ainda da média calculada para a zona Oeste (5,4%), da qual é concelho integrante. Constata-se mesmo que Peniche é, dentre os contextos abordados no gráfico 9, aquele que sofreu o acréscimo mais acentuado do nível de desemprego, com uma subida de 0,9 pontos percentuais (p.p.), sendo as subidas dos restantes territórios de 0,7 p.p. para Portugal, de 0,6 p.p. para a zona Oeste e de 0,1 p.p. para a região de Lisboa e Vale do Tejo (tratando-se neste caso de uma evolução praticamente estacionária).

QUADRO 39

Desempregados no concelho de Peniche segundo o grupo etário e o género, em Novembro de 2003

	H	M	HM
< 25 anos	35.7 90 20.5	64.3 162 23.6	100,0 252 22.3
25-44 anos	40.6 224 50.9	59.4 328 47.7	100,0 552 49.0
45-54 anos	39.7 73 16.6	60.3 111 16.2	100,0 184 16.3
>= 55 anos	38.1 53 12.0	61.9 86 12.5	100,0 139 12.3
TOTAL	39.0 440 100,0	61.0 687 100,0	100,0 1127 100,0

Fonte: Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Por referência a dados mais recentes (ver quadro 39), o número de desempregados no concelho de Peniche com pedidos de emprego no Centro de Emprego e Formação Profissional de Caldas da Rainha (CEFP) totaliza, em finais de 2003, 1127 casos. Deste total, 61% são mulheres, ou seja, a maioria e 39% são homens. Perto de metade dos desempregados situa-se na faixa etária entre os 25 e os 44 anos (49%), 22,3% têm menos de 25 anos, 16,3% pertence ao grupo dos 45 aos 54 anos e 12,3% têm mais de 55 anos. Para além da preponderância feminina, trata-se, por assim dizer, de uma população que apresenta um perfil relativamente jovem dado que a larga maioria dos indivíduos (71,3%) não ultrapassa os 44 anos de idade.

QUADRO 40

Desempregados no concelho de Peniche segundo a situação face ao emprego e o género, em Novembro de 2003

	H	M	HM
1º Emprego	43.2 41 9.3	56.8 54 7.9	100,0 95 8.4
Novo Emprego	38.7 399 90.7	61.3 633 92.1	100,0 1032 91.6
TOTAL	39.0 440 100,0	61.0 687 100,0	100,0 1127 100,0

Fonte: Instituto do Emprego e da Formação Profissional.

Considerando a situação face ao emprego, as estatísticas revelam que os pedidos de emprego em questão referem-se, no essencial, à situação de procura de novo emprego (91,6%) e, em proporções ínfimas, à procura do 1º emprego (8,4%).

Na tentativa de obter informação complementar de caracterização dos perfis dos desempregados no concelho, foram ainda considerados aspectos como o nível de escolaridade e as categorias profissionais a que se candidatam, com base em estatísticas reportadas a Janeiro de 2003 (ver quadro 41).

Conforme os dados recolhidos quanto aos percursos de escolarização, constata-se tratar-se de uma população caracterizada por baixos níveis de escolaridade, uma vez que a esmagadora maioria não foi além do 8º ano do Ensino Básico (65,4%). Há, por outro lado, uma percentagem considerável de indivíduos com habilitações entre o 9º ano e o 12º ano de escolaridade (29,5%), num total de 343 desempregados. Assinale-se, ainda, o número de desempregados detentores de um curso médio ou superior, avaliado em 59 indivíduos.

No que se refere às profissões às quais se candidatam os desempregados, o leque encontrado é bastante diversificado e sugere uma grande variedade de habilitações e competências entre os candidatos. Sublinha-se, contudo, o dado das categorias profissionais com mais procura, reportadas, concretamente, a mais de ¼ dos candidatos a emprego, dizerem respeito a trabalho não qualificado em sentido lato, o que é por si só sintomático do facto da maioria dos desempregados se apresentar desprovida de qualquer qualificação profissional ou com qualificações ténues. Nas restantes candidaturas, assumem importância as seguintes profissões:

- «Pessoal dos serviços de protecção e segurança» (12,7%);
- «Trabalhadores qualificados da agricultura e da pescas» (11,9%);
- «Outros operários e trabalhadores similares» (11,3%);
- «Manequins, vendedores e demonstradores» (9,3%);
- «Empregados de escritório» (8,7%).

QUADRO 41

Desempregados no concelho de Peniche segundo o género, a escolaridade e a categoria profissional a que se candidatam, em Janeiro de 2003

	H	M	TOTAL	
			Nº	%
Habilitações				
até 3º ano	17	36	53	4,6
4º - 5º ano	187	252	439	37,7
6º - 8º ano	103	166	269	23,1
9º - 12º ano	107	236	343	29,5
Médio/Superior	23	36	59	5,1
Categorias Profissionais				
Directores de Empresas	2	-	2	0,2
Directores e Gerentes - Peq. Empresas	1	-	1	0,1
Espec. Ciências Físicas, Mat. e Eng.	4	1	5	0,4
Espec. Ciências - Vida, Prof. saúde	-	1	1	0,1
Docentes - Secund., Sup. Prof. Simil	5	14	19	1,6
Outros Espec. - Intelectuais e Cient.	10	11	21	1,8
Tecn. Nível Interm. - Físic., Quim., Eng.	5	5	10	0,9
Prof. Nível Interm. - Vida e Saúde	-	2	2	0,2
Outros Tecn. Prof. De Nível Intermédio	15	7	22	1,9
Empregados de Escritório	23	78	101	8,7
Emp. - Recepção, Caixas, Bilhet. e Simil.	1	19	20	1,7
Pessoal - Serviços Prot. e Segurança	23	125	148	12,7
Manequins, Vend., Demonstradores	6	102	108	9,3
Trab. Qualificados - Agricult. e Pesca	129	9	138	11,9
Oper. e Trab. Simil. - Extract. e C. Civil	31	-	31	2,7
Trab. - Metalurgia, Metalomec. e Simil.	30	-	30	2,6
Mec. Prec. Oleiros, Vidr., Artes Gráficas	-	2	2	0,2
Outros Operários e Trab. Similares	11	121	132	11,3
Operad. - Instalações Fixas e Simil.	10	1	11	0,9
Operad. - Máquinas e Trab. de Mont.	4	8	12	1,0
Condutor - Veículos e Equip. Móveis	30	3	33	2,8
Trab. Não Qualific. - Serv. e Comércio	34	113	147	12,6
Trab. Não Qualific. - Agricult. e Pescas	1	2	3	0,3
Trab. Não Qualific. - Minas e C. Civil	62	102	164	14,1
TOTAL	437	726	1163	100,0

Fonte: Instituto do Emprego e da Formação Profissional.

Consistindo o trabalho no meio de subsistência de eleição das famílias e dos indivíduos⁷⁰, afigura-se curioso aferir qual o principal meio de vida da população desempregada do concelho de Peniche, em função dos resultados do censo para 2001.

Observa-se através do quadro 42 que a privação do trabalho e a redundante falta de autonomia dão lugar aos mais variados tipos de dependência, com destaque para a situação de dependência do suporte familiar, dada a sua preponderância como principal fonte de subsistência em 45,1% dos casos. Seguem-se-lhe a subsidio-dependência com 35,4% (contemplando neste rol os subsídios de desemprego, os temporários para acidente de trabalho e outros subsídios temporários) e a dependência de programas sociais com 3,4% (compreendendo nestes o RMG, pensões/reformas e apoios sociais diversos). No conjunto é esmagadora a percentagem de desempregados dependentes de fontes externas para a sua subsistência (83,9%).

Os únicos casos em que não se verificam dependências dizem respeito a formas de rendimento provenientes de trabalho, da propriedade e da empresa (10,8%) e a outras situações não definidas (5,3%).

Estes dados vêm corroborar, por um lado, a importância crucial das redes familiares em contextos sociais fragilizados, nomeadamente, enquanto sistema de suporte à subsistência nas situações de desemprego e, por outro lado, a vulnerabilidade da população desempregada, se considerarmos a sua condição de dependência e, de forma particular, a sua dependência relativamente a subsídios e programas sociais, cujo carácter é normalmente precário na medida em que costumam ser apoios temporários destinados à transição para a inserção no mercado de emprego.

⁷⁰ De acordo com os resultados dos censos 2001, 50% da população em idade activa do concelho de Peniche tem no trabalho o principal meio de vida (INE, *Censos 2001 – Recenseamentos Gerais da População e da Habitação – Dados Comparativos 1991-2001*, CD-ROM).

QUADRO 42

População residente desempregada em sentido lato, segundo o principal meio de vida, no concelho de Peniche, em 2001

	Nº	%
Trabalho	103	10,5
Rendimentos da propriedade e da empresa	3	0,3
Subsídio de desemprego	340	34,6
Subsídio temporário p/ acidente de trabalho	4	0,4
Outros subsídios temporários	4	0,4
Rendimento Mínimo Garantido	22	2,2
Pensão / Reforma	11	1,1
Apoio Social	1	0,1
A cargo da família	444	45,1
Outra situação	52	5,3
TOTAL	984	100,0

Fonte: INE, *Censos 2001 – Recenseamentos Gerais da População e da Habitação – Dados Comparativos 1991-2001*, CD-ROM.

Elevada taxa de analfabetismo

Apesar da diminuição do nível de analfabetismo verificada no concelho de Peniche na década de noventa, em 2001, a taxa de analfabetismo deste município permanece acima da média nacional e da calculada para a Região de Lisboa e Vale do Tejo, só sendo ultrapassada pela média dos concelhos da Região Oeste. O quadro 43 ajuda-nos a visualizar essas diferenças.

QUADRO 43

Evolução da taxa de analfabetismo no concelho de Peniche (1991-2001)

	1991	2001
	%	
Portugal	11,0	9,0
Lx e Vale do Tejo	8,2	7,0
Zona Oeste	14,1	10,7
Peniche	13,5	10,6

Fonte: INE, *Infoline*.

Foram também detectadas algumas dificuldades mais localizadas, das quais salientamos:

Outras situações problemáticas:

1. No sector das pescas, as respostas formativas não se encontram ajustadas à reestruturação profunda que já se está a implementar na actividade piscatória, que se encontra em clara retracção;
2. Instalações exíguas para a formação no sector metalo-mecânico (confinado a cedência de espaço nas instalações do FORPESCAS) e equipamentos didácticos em falta e desadequados às áreas de formação que se pretendem implementar e cujo valor é superior à sua capacidade financeira;
3. Em todas as IPSS e associações sem fins lucrativos de uma maneira geral, as suas actividades formativas ressentem-se (com reflexos óbvios para os seus públicos-alvo), da precariedade financeira com que, constantemente, se debatem;
4. Falta de apoios financeiros para a formação de formadores especializados na área das rendas de bilros e noutras actividades ligadas à pesca, o que está a levar, com o natural e progressivo desaparecimento dos especialistas, à perda destes saberes e à asfixia de actividades que, em Peniche, se revestem de um grande valor cultural e de uma importância económica indiscutível e que, no caso concreto das rendas de bilros, tem constituído uma profissão para muitas mulheres que, sem este saber-fazer, dificilmente encontrarão alternativas de inserção socio-profissional;
5. Na área da formação profissionalizante dirigida a pessoas portadoras de deficiência a inexistência de uma relação protocolar entre o Estado e a estrutura existente no concelho é limitadora de uma programação e planificação de médio e longo prazo, já que esta está dependente de orçamentos anuais;
6. Grande dificuldade de comercialização directa para grande parte dos produtos da actividade agrícola, o que fragiliza extremamente a sua colocação;
7. Grande dificuldade de comercialização directa dos produtos artesanais, o que fragiliza extremamente a sua colocação, concretamente no caso das rendas de bilros, área em que toda a produção é autónoma e cujo escoamento tem sido feito, exclusivamente, com recurso a intermediários;

8. Algumas dificuldades de articulação com o Centro de Emprego, por falta de meios para dar resposta cabal e em tempo, às necessidades de formação profissional sinalizadas pelas várias organizações locais que aqui intervêm;
9. Falta de planificação da formação profissional que se promove, por vezes, de forma “avulsa”, o que resulta da inexistência de um plano estratégico local de formação profissional, e que, conseqüentemente, leva a frustrações quer dos formandos, quer das entidades formadoras, quer ainda das empresas, por desadequação entre oportunidades, expectativas e necessidades dos diferentes protagonistas.

Para além destas dificuldades mais localizadas foram identificadas, no decorrer dos trabalhos:

Algumas debilidades sociais transversais a todo o Painei:

- Baixa escolaridade;
- Pouca qualificação profissional;
- Baixas competências pessoais e sociais;
- Absentismo ao nível escolar;
- Insucesso escolar;
- Elevada taxa de desemprego;
- Precariedade do emprego;
- Falta de apoio psicossocial dos formandos;
- Diminuta dinâmica, diversificação e qualidade do mercado local de emprego;
- Escassa oferta de emprego para jovens licenciados;
- Oferta formativa limitada, desajustada e pouco flexível no contexto concelhio;
- Pouca articulação e intercâmbio entre as entidades formadoras locais;
- Desfasamento entre o “mundo económico” e o “mundo social”;
- Perspectiva economicista da formação por parte de quem define as condições e critérios de financiamento;
- Inexistência de um centro de recursos em conhecimento que sirva as necessidades dos agentes de formação;

- Inexistência de um diagnóstico concelhio das necessidades de formação e de um documento estratégico sobre formação profissional;
- Falta de cultura empresarial local que valoriza adequadamente a formação, enquanto factor de competitividade e de desenvolvimento económico e social – à imagem de outros contextos;
- Falta de marketing profissional local para actividades socialmente desvalorizadas;
- Falta de marketing da formação local (combater algum do descrédito em que a formação caiu).

Estes aspectos caracterizam, de facto, o perfil que o concelho de Peniche apresenta na área da formação profissional e do emprego/desemprego e deixam antever onde será necessário investir em intervenção social.

5.2. Respostas e Recursos

Neste ponto, iremos considerar, entre outra informação, os dados obtidos a partir do inquérito às acções de formação profissional levadas a cabo no concelho, entre 2001 e 2003, aplicados às entidades integrantes do painel temático “Formação e Emprego/Desemprego”.

Mais em específico, o estudo abarcou os cursos ministrados no período de 1 Janeiro de 2001 e concluídos até 31 de Março de 2003 e visou conhecer e caracterizar o tipo de acções de formação profissional realizadas.

A bateria de cursos disponibilizada foi bastante diversificada no que toca às áreas vocacionais abrangidas e variada no tipo de pendor mais profissional ou mais profissionalizante, em função das próprias características da entidade promotora e dos grupos-alvo, conforme se percebe da leitura dos quadros 44, 45, 46, 47, 48 e 49, onde se dá conta, igualmente, do número de alunos inscritos:

Cercipeniche-CREAP

Orientado para a inserção sócio-profissional de grupos vulneráveis e/ou desfavorecidos, o Centro de Reabilitação Profissional (CREAP) da Cercipeniche tem vindo a criar respostas na área da formação profissional de jovens e adultos.

Dispõe de um Serviço de Formação e Emprego que trabalha na vertente da formação profissional – formação em posto de trabalho e acompanhamento pós-contratação. Assume igualmente funções ao nível da criação de uma bolsa de empresas para cooperação em formação, projectos e programas de apoio ao emprego.

A Cercipeniche integra também um Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC) denominado “Rumo aos Saberes”, instalado em 2004, com o objectivo de “valorizar, potenciar e reconhecer as competências individuais não confirmadas formalmente, promovendo a validação e certificação de competências a nível do 4º, 6º e 9º ano de escolaridade”⁷¹. São destinatários prioritários de intervenção os trabalhadores provenientes das fileiras das pescas, contudo podem ser abrangidos, para além destes, adultos em geral, maiores de 18 anos, que não tenham completado o 9º ano de escolaridade mas, não obstante, detenham competências não comprovadas formalmente que desejem certificar.

A Cercipeniche disponibiliza ainda um Espaço Internet, o qual, em breve, irá permitir a obtenção de um diploma de competências básicas em novas tecnologias⁷².

⁷¹ Cercipeniche, *INformar*, nº6, Abril 2004, p.3.

⁷² Cf. *Idem*, *Ibidem*, p.4.

QUADRO 44

Cursos promovidos pela Cercipeniche-CREAP e alunos inscritos (2001-2002)

Cursos	2001		2002	
	frequência do curso	alunos inscritos	frequência do curso	alunos inscritos
Ajudante de Carpinteiro	1	11	1	16
Ajudante de Cozinheiro	1	9	1	10
Ajudante de Serralheiro	1	14	1	12
Auxiliar de Administração e Apoio Geral	1	10	1	8
Auxiliar de Artes Gráficas de Encadernamento	1	10	1	11
Auxiliar de Costura e Serviços Domésticos	1	12	1	9
Auxiliar de Jardinagem	1	11	1	10
Auxiliar de Manutenção e Limpeza	1	11	1	13
TOTAL	8	88	8	89

Fonte: Inquérito à Formação Profissional no Concelho de Peniche Entre 2000 e 2003.

AJAL

A Associação dos Jovens Agricultores do Distrito de Leiria promove cursos de apoio à actividade agrícola cujos destinatários é exactamente a população jovem a desenvolver funções neste sector e localizada na área de influência da colectividade, independentemente da condição de associado.

QUADRO 45

Cursos promovidos pela AJAL e alunos inscritos (2002)

Cursos	2002	
	Frequência do curso	Alunos inscritos
Informática de Exploração Agrícola	1	12

Fonte: Inquérito à Formação Profissional no Concelho de Peniche Entre 2000 e 2003.

Escola Secundária

A Escola Secundária de Peniche cabe aqui pelos seus cursos tecnológicos que tem em funcionamento ao nível do 10º, 11º e 12º ano de escolaridade.

QUADRO 46

Cursos promovidos pela Escola Secundária de Peniche e alunos inscritos (2001-2003)

Cursos	2001		2002		2003	
	frequência do curso	alunos inscritos	Frequência do curso	Alunos inscritos	frequência do curso	alunos inscritos
Administração	1	88	1	75	1	36
Comunicação	1	83	1	48	1	23
Electrónica/ Electricidade	1	17	1	11	1	15
Informática	1	49	1	42	1	42
TOTAL	4	237	4	176	4	116

Fonte: Inquérito à Formação Profissional no Concelho de Peniche Entre 2000 e 2003.

ACISP

A Associação Comercial, Industrial e de Serviços do Concelho de Peniche tem vindo a organizar acções de formação com vista a qualificação e requalificação de recursos humanos nos sectores que representa.

QUADRO 47
Cursos promovidos pela ACISP e alunos inscritos (2001-2003)

CURSO	2001		2002		2003	
	frequência do curso	Alunos inscritos	frequência do curso	Alunos inscritos	frequência do curso	alunos inscritos
Atendimento a Clientes			1	15		
Atendimento Comercial	1	15				
Controlo de Qualidade			1	15		
Decoração de Montras e Espaços Comerciais	1	15				
Gestão de PMS's Comerciais			1	11		
Informática de Apoio à Contabilidade	1	15	1	15		
Línguas Estrangeiras	1	15			1	15
<i>Microsoft Office Word</i>					1	12
Qualidade e Higiene Alimentar na Restauração	1	15				
Técnicas de Comércio Electrónico			1	10		
Tecnologias de Informação e Comunicação	1	15				
Tecnologias de Sistemas para Habitação			1	10		
TOTAL	6	90	6	76	2	27

Fonte: Inquérito à Formação Profissional no Concelho de Peniche Entre 2000 e 2003.

FORPESCAS

A delegação de Peniche da FORPESCAS tem assumido a formação na vertente das pescas e actividades adjacentes, abrangendo jovens e adultos e conferindo equivalências escolares desde o 4º ao 12º ano.

QUADRO 48

Cursos promovidos pela FORPESCAS e alunos inscritos (2001-2003)

CURSO	2001		2002		2003	
	frequência do curso	alunos inscritos	frequência do curso	Alunos inscritos	frequência do curso	alunos inscritos
Ajudante de Motorista	1	8	1	8		
Apresentação Comercial do Pescado	3	42	4	53	1	12
Contramestre Pescador					1	15
Electromecânica de Refrigeração			1	15	1	15
Informática na Óptica do Utilizador			1	10		
Marinheiro Pescador					1	15
Operador de Transformação de Pescado			1	14	1	13
Pescador	3	33	2	30	1	15
Práticas Administrativas			1	15		
Preparação Exame Arrais Pesca Local	2	32			2	29
Técnico de Gestão de Pescas 1º Ano	1	16				
Técnico de Gestão de Pescas 2º Ano	3	38	1	13		
Técnico de Gestão de Pescas 3º Ano	2	28	3	32	1	13
Técnico de Transformação de Produtos Alimentares	1	10	1	9		
Técnico de Transformação de Produtos Alimentares 3º Ano	1	10				
TOTAL	16	217	16	199	9	127

Fonte: Inquérito à Formação Profissional no Concelho de Peniche Entre 2000 e 2003.

CENFIM

O núcleo de Peniche deste centro de formação promove cursos vocacionados para as pequenas e médias empresas enquadradas na indústria metalúrgica e metalomecânica, e tem por destinatários os jovens a partir dos 15 anos de idade e activos em geral, requerendo como habilitação mínima o 6º ano de escolaridade.

QUADRO 49

Cursos promovidos pelo CENFIM e alunos inscritos (2001-2002)

CURSO	2001		2002	
	Frequência do curso	alunos inscritos	frequência do curso	alunos inscritos
Aperfeiçoamento Pedagógico de Formadores			1	12
Automação Programada – Fundamentos	1	12		
Auxiliar de Serviços Gerais			1	(a)
Desenho a 2 Dimensões Assistido por Computador	1	9	1	10
Desenho a 3 Dimensões Assistido por Computador	1	10		
Finanças para Não Financeiros	1	9		
Gestão Financeira			1	11
Imagem e Relações Públicas	1	10		
Informática Aplicada à Gestão			1	10
Informática na Óptica do Utilizador	2	21	2	20
Iniciação à Informática			1	12
Operador de Electricidade de Manutenção			1	15
Secretariado Administrativo	2	25	2	23
Soldadura Mig-Mag			3	32
Técnico Intermédio de Manutenção Industrial (Electromecânica)	1	15	1	15
Técnicas de Liderança			1	11
Técnico Básico de Metalomecânica - Serralharia Civil			1	15
TOTAL	10	111	17	186

Fonte: Inquérito à Formação Profissional no Concelho de Peniche Entre 2000 e 2003.

Nota: (a) Informação não disponível.

No que diz respeito às áreas de formação contempladas pelo conjunto dos cursos, deparamo-nos também com uma grande diversidade, sendo as mais frequentes as

vocacionadas para a Indústria (24,1%), a Administração e Gestão (22,3%), o Comércio e a Hotelaria (17,9%), as Pescas (12,5%) e a Comunicação/Novas Tecnologias de Informação (11,6%). Em segundo plano, aparecem áreas como os Serviços Domésticos (5,4%) as Artes Gráficas (4,5%) e a Formação (1,8%).

Através destes resultados, tem-se presente os domínios de incidência da formação praticada e o modo como são valorizados, na procura de satisfazer as necessidades do mercado e da população activa. Aparentemente, a maior importância conferida a áreas associadas à Indústria, à Administração e Gestão, ao Comércio e a Hotelaria, às Pescas e à Comunicação/Novas Tecnologias de Informação espelha, de algum modo, a dinâmica da economia local, se considerarmos a expressão da indústria, em particular, a da transformação e congelação do pescado, do turismo e da actividade piscatória, bem como, os desafios da modernização ao nível da gestão empresarial e da literacia tecnológica.

QUADRO 50

Áreas de formação dos cursos de formação profissional ministrados

ÁREAS DE FORMAÇÃO ⁽¹⁾	Nº de Cursos	%
Administração e Gestão	25	22,3
Comércio e Hotelaria	20	17,9
Pescas	14	12,5
Indústria	27	24,1
Comunicação/Novas Tecnologias de Informação	13	11,6
Artes Gráficas	5	4,5
Serviços Domésticos	6	5,4
Formação	2	1,8
TOTAL	112	100,0

Fonte: Inquérito à Formação Profissional no Concelho de Peniche Entre 2000 e 2003

⁽¹⁾ Os dados apresentados resultam de um reagrupamento dos dados obtidos para a variável “área de formação”.

Conferindo o quadro 51 que mostra a forma como estão organizadas as áreas de formação em função das entidades promotoras dos cursos, verifica-se que as entidades apresentam uma oferta formativa mais ampla ou mais especializada. Em contraste estão, por exemplo, a Cercipeniche, que oferece um leque alargado de áreas de formação, e a

Associação Comercial Industrial e de Serviços de Peniche, que denota uma especialização nos sectores do Comércio e da Hotelaria. Há contudo lugar para uma relativa especialização no que toca às áreas de formação leccionadas por parte das entidades no global, porquanto aquelas são direccionadas para as problemáticas trabalhadas pelas instituições.

QUADRO 51

Distribuição dos cursos de formação profissional por entidades promotoras e segundo a área de formação

ÁREAS DE FORMAÇÃO	CENFIM	FORPESCAS	Esc Sec	AJAL	CERCIP	ACISP	TOTAL
Administração e Gestão	8	12	3		2		25
Comércio e Hotelaria		4			2	14	20
Pescas		14					14
Indústria	9	11	3		4		27
Comunicação/Novas Tecnologias de Informação	6		6	1			13
Artes Gráficas	3				2		5
Serviços Domésticos					6		6
Formação	1	1					2
TOTAL	27	42	12	1	16	14	112

Fonte: Inquérito à Formação Profissional no Concelho de Peniche Entre 2000 e 2003

Quanto ao volume de horas das acções levadas a cabo, vão desde as 30 horas às 5200 horas, de acordo com a distribuição patente no quadro 52, sendo de registar o facto de cada área de formação verificar, por regra, uma oscilação ao nível dos investimentos temporais (quadro 53).

QUADRO 52

Volume de horas dos cursos de formação profissional ministrados

Nº HORAS	Nº	%
Entre 30 e 80 H	22	22,7
Entre 81 e 395 H	27	27,8
Entre 396 e 1248 H	23	23,7
Entre 1249 e 5200 H	25	25,8
TOTAL	97	100,0

Fonte: Inquérito à Formação Profissional no Concelho de Peniche Entre 2000 e 2003

QUADRO 53

Áreas de formação segundo o volume de horas

Áreas de Formação	Entre 30 e 80 H	Entre 81 e 395 H	Entre 416 e 1248 H	Entre 1264 e 5200 H	TOTAL
Administração e Gestão	11	2	6	6	25
Comércio e Hotelaria	5	9	4	2	20
Pescas		5	9		14
Indústria	6	8	4	9	27
Comunicações e Novas Tecnologias de Informação	12	1			13
Artes Gráficas	1	2		2	5
Serviços Domésticos				6	6
Formação	2				2
TOTAL	37	27	23	25	112

Fonte: Inquérito à Formação Profissional no Concelho de Peniche Entre 2000 e 2003

O tipo de horário privilegiado foi o laboral, prevalecendo em 58,9% dos cursos. A formação em horário pós-laboral assumiu, mesmo assim, uma expressão significativa, sendo praticado em 41,1% das acções.

QUADRO 54

Tipo de horário dos cursos de formação profissional ministrados

TIPO DE HORÁRIO	Nº	%
Laboral	66	58,9
Pós-Laboral	46	41,1
TOTAL	112	100,0

Fonte: Inquérito à Formação Profissional no Concelho de Peniche Entre 2000 e 2003

No que diz respeito às modalidades de formação visadas, as acções-tipo foram múltiplas, mas constata-se, contudo, uma grande preponderância da formação profissional contínua e da aprendizagem em alternância, em igual medida. Isso demonstra a importância atribuída, por um lado, ao aperfeiçoamento dos activos das empresas e, por outro, à qualificação inicial como forma de munir os grupos-alvo de uma formação profissional, tendo em vista a sua integração no mercado de trabalho e/ou a possibilidade de potenciar mão-de-obra qualificada às empresas.

QUADRO 55

Modalidades de formação dos cursos de formação profissional ministrados

MODALIDADE DE FORMAÇÃO	Nº	%
Formação Profissional Contínua	30	26,8
Qualificação Activa de Empregados	3	2,7
Reciclagem	2	1,8
Especialização	1	0,9
Aperfeiçoamento	8	7,1
Reciclagem/Actualização/Aperfeiçoamento	6	5,4
Formação Interna	1	0,9
Curso EFA/Novo Emprego	7	6,3
Qualificação Profissional de Desempregados	2	1,8
Educação/Formação Profissional para Desempregados	4	3,6
Qualificação Profissional de Candidatos ao 1º Emprego	1	0,9
Qualificação/Reconversão	1	0,9
Alternância/Aprendizagem	30	26,8
Outras	16	14,3
TOTAL	112	100,0

Fonte: Inquérito à Formação Profissional no Concelho de Peniche Entre 2000 e 2003

Procurando conhecer o perfil dos formandos segundo a condição perante o trabalho, a partir das modalidades de formação accionadas, constatou-se que a maioria são efectivos empregados (46,4%), o segundo grupo mais expressivo é composto por desempregados (39,3%) e 14,3% estão noutra situação. Depreende-se daqui que as prioridades formativas foram direccionadas, em primeiro lugar, para a valorização dos recursos humanos das entidades privadas e, em segundo lugar, para a qualificação dos activos à procura de emprego.

QUADRO 56

Formandos segundo a condição perante o trabalho

PUBLICO ALVO	Nº	%
Empregados	52	46,4
Desempregados	44	39,3
Outras Situações	16	14,3
TOTAL	112	100,0

Fonte: Inquérito à Formação Profissional no Concelho de Peniche Entre 2000 e 2003

O quadro 57 permite observar a repartição desses grupos-alvo, definidos com base na sua condição perante o trabalho, pelas diferentes áreas de formação.

QUADRO 57

Áreas de formação segundo a condição perante o trabalho

Áreas de Formação	Empregados	Desempregados	Outras Situações	TOTAL
Administração e Gestão	9	14	2	25
Comércio e Hotelaria	14	4	2	20
Pescas	13	1		14
Indústria	5	18	4	27
Comunicações e Novas Tecnologias de Informação	6	7		13
Artes Gráficas	3		2	5
Serviços Domésticos			6	6
Formação	2			2
TOTAL	52	44	16	112

Fonte: Inquérito à Formação Profissional no Concelho de Peniche Entre 2000 e 2003

Por último, as equivalências escolares que permitiram os cursos de formação profissional realizados foram do nível I ao nível III. Em concreto, mais de metade das ações possibilitaram certificações escolares ao nível do 12º ano ou técnico-profissional (53,8%) e, num segundo plano, aos níveis do 11º ano (27,7%) e da escolarização obrigatória (18,5%).

QUADRO 58

Níveis de formação conferidos pelos cursos de formação profissional ministrados

Níveis de Formação	Nº	%
I	12	18,5
II	18	27,7
III	35	53,8
TOTAL	65	100,0

Fonte: Inquérito à Formação Profissional no Concelho de Peniche Entre 2000 e 2003

A par destas respostas identificadas, importa ainda apontar outros recursos disponíveis para o concelho de Peniche na área da formação:

Centro de Formação Profissional de Santarém

Este Centro, integrante da rede de Centros de Gestão Directa da Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo do Instituto de Emprego e Formação Profissional e descentralizado no Centro de Emprego e Formação Profissional de Caldas da Rainha, abrange na sua área de influência o concelho de Peniche, onde se encontra instalado o núcleo e tem disponível um conjunto de oferta de formação para públicos diferenciados em várias áreas, tendo em linha de conta o levantamento das necessidades locais a nível do mercado de emprego e das necessidades de formação do público-alvo, assegurando uma adequada qualificação profissional e certificação escolar.

No âmbito da intervenção desconcentrada de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, a adequação aos recursos locais a nível de resposta tem sido implementada por entidades de influência territorial, como são o caso do CENFIM, FORPESCAS, ACSIP, Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Centro e, mais recentemente, ADEPE. As acções-tipo dirigem-se a activos qualificados, empregados ou em risco de desemprego em entidades privadas ou a adultos activos qualificados, empregados ou em risco de desemprego em entidades privadas ou a empregados ou desempregados, com escolaridade obrigatória.

ADEPE

Nas respostas formativas que disponibiliza a ADEPE encontram-se as acções EFA – Cursos de Educação e Formação de Adultos⁷³ - e S@ber +⁷⁴.

⁷³ Os cursos EFA são “uma oferta de educação e formação destinada a adultos, maiores de 18 anos, que não tenham o 9º ano de escolaridade nem o nível II de qualificação profissional. Essa oferta apresenta um percurso flexível e adequado ao adulto, a partir do reconhecimento e validação de competências prévias” (<http://www.dgfv.min-edu.pt/pergunta.htm>).

⁷⁴ “Acções S@ber + são ofertas de educação e formação de curta duração, organizadas em três módulos de 50 horas cada (iniciação, aprofundamento e consolidação), correspondentes a diferentes níveis de dificuldade. (...) Destinam-se a pessoas adultas que querem adquirir ou reforçar competências em áreas específicas, independentemente da habilitação escolar ou da qualificação profissional que possuam” (<http://www.dgfv.min-edu.pt/pergunta.htm>).

Espaço Humano

É um centro de formação com cursos validados pelo IEFP nas áreas da formação contínua de activos e formação de formadores.

PENICHE-RENDIBILROS

Esta entidade ministra cursos de formação profissional de Rendilheiras de Bilros.

Na vertente do Mercado Social de Emprego, apontam-se as seguintes respostas:

Câmara Municipal - o Mercado Social de Emprego

No âmbito do Mercado Social de Emprego, a Câmara Municipal tem implementado os seguintes programas:

- Programa de Acordo Ocupacional para carenciados e subsidiados;
- Programa Inserção-Emprego;
- Programa de Estágios Profissionais;
- Programa “Vida Emprego”.

UNIVA

No concelho, estão instaladas as seguintes Unidades de Inserção para a Vida Activa:

- UNIVA da CERCIPeniche, a funcionar nas instalações do CREAP; assegurada por um sociólogo;
- UNIVA da Escola Básica 2, 3 de Atouguia da Baleia, assegurada por um técnico licenciado em psicologia e resultante de uma parceria entre o Centro de Emprego e Formação Profissional, a AJAL e a própria escola. As atribuições do técnico são a orientação vocacional e profissional dos alunos do 9º ano, a informação no âmbito da

AJAL e atendimento no âmbito do núcleo de Peniche do Centro de Emprego e Formação Profissional.

Encontra-se em fase de apreciação pelo CEFP a candidatura apresentada pela Câmara Municipal para a instalação da UNIVA da “Casa da Juventude de Peniche”.

Projecto - ISTMO

O Projecto “*ISTMO – A Fileira das Pescas como Espaço de Novas Oportunidades*”, lançado em Outubro de 2002, tem por objectivo estimular a renovação das gerações de pescadores e promover a inserção sócio-profissional dos jovens. Para a sua promoção conta com uma parceria da qual fazem parte a Cercipeniche, a ADEPE, a AMAP (Associação Mútua Financeira Livre dos Armadores da Pesca Geral do Centro), o Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Centro e a Pescagest (Produção e Gestão, S.A.).

5.3. Adequação dos Recursos aos Problemas e Necessidades

Nesta área, a taxa de desemprego elevada (7,9%) é um indicador de que as coisas não vão completamente bem. É também aqui que se nota a lacuna de não ter sido, no âmbito do Diagnóstico, feita a cobertura da realidade das actividades económicas do concelho, pois só assim seria possível detectar as necessidades de mão-de-obra existentes e serem clarificadas as desadequações entre essas necessidades e a oferta de formação profissional.

Essa desadequação foi detectada mas há que efectuar uma análise mais fina da realidade, com o concurso das actividades económicas, para que seja possível promover de forma fecunda a articulação entre as necessidades e as respostas e deixar de se fazer formação profissional um tanto a esmo.

O conhecimento aprofundado das necessidades não deixará, também, de ter efeitos mobilizadores das vontades (especialmente junto da juventude) para a progressão escolar e para combater o abandono precoce da escola.

Tendo sido identificadas apenas respostas na área da formação profissional - embora lacunares do ponto de vista da adequação às reais necessidades de mão-de-obra, das necessidades de formação na área das competências pessoais e sociais, do apoio psico-social aos formandos, da articulação entre as diversas entidades formadoras, entre outros - e do Mercado Social de Emprego, ficam a descoberto todas as restantes situações-problema atrás assinaladas.

5.4. Pistas para Planificação Futura

As insuficiências no aprofundamento do diagnóstico desta área com a ausência do estudo das actividades económicas, apenas permitirá afirmar que a estratégia a seguir será a de continuar a insistir na participação deste sector ao nível da Rede Social e promover a articulação entre necessidades e respostas, tanto mais que se apresenta como necessário a existência de um programa concelhio, estruturalmente integrado, de combate ao desemprego, numa realidade social que apresenta uma proximidade geográfica e importância actual idêntica entre duas actividades tão diversas como a pesca e a agricultura.

No entanto, é possível apontar o sentido que tomará, tendencialmente, a evolução nesta área e que terá de ser levado em conta quando se desenharem estratégias de planificação para a intervenção social e para a definição de políticas:

- Implementação do Plano Industrial do Vale do Grou, que prevê a criação de um ninho de empresas;
- Desaparecimento gradual, mas acelerado, de saberes tradicionais, em especial na área das rendas de bilros mas, também, entre outras, nas artes da pesca e da construção naval;

- Aumento de selectividade no acesso ao emprego e tendencial aumento do número de Desempregados de Longa Duração;
- Surgimento de novas situações no domínio da formação, com a inadaptação às novas tecnologias;
- Aumento do número e da complexidade das situações de exclusão;
- Desigualdade ao nível da oportunidade dos sexos relativamente ao mercado de trabalho;
- Necessidade de assegurar a integração plena dos imigrantes ao nível do tecido social e do mercado de emprego locais, os quais representam uma importante reserva de mão de obra, visando, deste modo, potenciar efeitos sociais e económicos positivos da imigração;
- Dinamismos mais imprevisíveis do mercado de trabalho a que não será estranho o aumento de trabalhadores imigrantes com alta escolaridade;
- Uma cada vez maior exigência de qualidade dos agentes formativos;
- Organização modular da formação, que permitirá aos activos não qualificados a obtenção de uma carteira profissional sem terem de frequentar cursos de três anos;
- Maior investimento, por parte das empresas, na formação e na modernização;
- Manutenção da diversificação das actividades económicas mas aparecimento (potenciação) de outras actividades estruturantes (porto comercial, etc.) com apostas fortes na valorização dos recursos humanos;
- Uma cada vez maior responsabilização dos agentes locais pelas estratégias de desenvolvimento;
- O envelhecimento da população em idade activa.

6. HABITAÇÃO, POBREZA E RSI

6.1. Identificação e Caracterização dos Problemas e Necessidades

Alojamentos e famílias no concelho de Peniche

Segundo o censo de 2001, o concelho de Peniche tem um total de 16669 alojamentos familiares clássicos. De acordo com a mesma fonte, o número de famílias clássicas é de 9794. O quadro 59 mostra a forma como alojamentos e famílias se distribuem pelas várias freguesias.

Conferindo o tipo de utilização dada aos alojamentos familiares existentes (quadro 60), percebe-se que a maioria serve para residência habitual, uma parte residual está vaga e uma percentagem significativa, equivalente a mais de $\frac{1}{3}$ do parque residencial, destina-se a habitação sazonal ou secundária.

Sendo o fenómeno da ocupação pendular dos alojamentos familiares transversal às diferentes freguesias, é em Atouguia da Baleia e Ferrel que assume maior expressão. Com efeito, no primeiro caso, o peso relativo desta modalidade de utilização está mesmo nivelado com o da utilização para residência permanente; e, no segundo caso, as situações de uso sazonal ou secundário das habitações chegam inclusivamente a sobrepor-se às situações de uso habitual.

Dada a incidência, ao nível do concelho, das situações de uso sazonal dos alojamentos e de segunda habitação, as mesmas não podem deixar de suscitar uma atenção especial. Reconhece-se ser o fenómeno o corolário da vocação turística do município - associada muito particularmente ao turismo balnear -, bem como, das pendularidades da população penicheira emigrante. Faz-se mister, contudo, procurar compreender o impacto dessa incidência na vida local (em termos sociais, económicos, culturais, urbanísticos, etc..) e, para isso, é preciso proceder-se à sua caracterização e acompanhar a forma como vai evoluindo.

Assinale-se o facto das freguesias de São Pedro e de Serra D'El Rei verificarem percentagens de alojamentos vagos bem acima da média concelhia.

QUADRO 59⁷⁵

Famílias e alojamentos por freguesias do concelho de Peniche, em 2001

	TOTAL	Ajuda	Conceição	S. Pedro	Atouguia da Baleia	Serra D'El Rei	Ferrel
	Nº						
Famílias Clássicas Residentes	9794	3067	1740	785	2822	519	861
Famílias Institucionais	6	2	0	1	3	0	0
Alojamentos Familiares - Total	16739	4213	2404	1263	5851	817	2191
Alojamentos Familiares - Clássicos	16669	4188	2379	1260	5838	814	2190
Alojamentos Familiares - Outros	70	25	25	3	13	3	1
Alojamentos Colectivos	34	23	0	4	5	1	1
Edifícios	10143	1804	1162	751	4181	788	1457

Fonte: INE, *Infoline*.

No que diz respeito à existência de infra-estruturas básicas nesses alojamentos, ao nível do fornecimento de electricidade e de água e do funcionamento de uma rede de esgotos, o

⁷⁵ De acordo com a nomenclatura dos Censos, os conceitos utilizados no quadro têm a seguinte definição:
 “Família Clássica Residente” – “a pessoa independente que ocupa uma parte ou totalidade de um alojamento ou o conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco de “direito” ou de “facto” entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento”;
 “Família Institucional” – “o conjunto de indivíduos residentes num alojamento colectivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, observam uma disciplina comum, são beneficiários dos objectivos de uma instituição e são governados por uma entidade interior ou exterior ao grupo”;
 “Alojamento familiar” – “todo aquele que, pelo modo como foi construído, ou como está a ser utilizado se destina a alojar, normalmente, uma família, embora nele possam residir várias no momento censitário”;
 “Alojamento Familiar clássico” – “divisão ou conjunto de divisões e seus anexos que, fazendo parte de um edifício clássico, ou seja, com carácter não precário, ou sendo estruturalmente separados daquele, pela forma como foi construída, reconstruída ou reconvertida se destina à habitação permanente de uma família, não estando no momento censitário a servir totalmente para outros fins”;
 “Alojamento colectivo” – “o local que, pela forma como foi construído ou transformado, se destina a alojar mais do que uma família e, no momento censitário, está em funcionamento, ocupado ou não por uma ou mais pessoas, independentemente de serem residentes ou apenas presentes não residentes”;
 “Edifício” – “a construção independente, compreendendo um ou mais alojamentos, divisões ou outros espaços destinados à habitação de pessoas, coberta e incluída dentro de paredes externas ou paredes divisórias, que vão das fundações à cobertura, independentemente da sua afectação principal ser para fins residenciais, agrícolas, comerciais, industriais, culturais ou de prestação de serviços”.

concelho de Peniche revela uma cobertura praticamente completa. Mesmo assim, há cerca de uma centena de alojamentos sem água e sem infra-estruturas de esgoto e perto de quarenta, sem electricidade, cuja distribuição por freguesia é descrita no quadro 61, que são casos ainda por equacionar.

QUADRO 60

Alojamentos familiares no concelho de Peniche segundo o tipo de utilização,
Por Freguesias, em 2001

	Ajuda		Conceição		S. Pedro		Atouguia da Baleia		Ferrel		Serra D'El Rei		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
A	3035	72,0	1708	71,0	775	61,6	2761	47,2	820	37,4	516	63,2	9967	57,5
B	935	22,2	480	20,0	315	25,0	2683	45,9	1173	53,6	175	21,4	5949	34,3
C	243	5,8	216	9,0	169	13,4	402	6,9	197	9,0	126	15,4	1413	8,2
D	4213	100,0	2404	100,0	1259	100,0	5846	100,0	2190	100,0	817	100,0	17329	100,0

Fonte: INE, *Infoline*.

Notas: A: Alojamentos familiares ocupados para residência habitual;
B: Alojamentos familiares ocupados para uso sazonal ou secundário;
C: Alojamentos vagos;
D: Alojamentos familiares – Total.

QUADRO 61

Alojamentos familiares de residência habitual no concelho de Peniche segundo a
existência de infra-estruturas básicas, por freguesias, em 2001

	Ajuda	Conceição	S. Pedro	Atouguia da Baleia	Ferrel	Serra D'El Rei	TOTAL
Alojamentos c/ electricidade	3018	1707	773	2746	819	515	9578
Alojamentos s/ electricidade	17	1	2	15	1	1	37
Alojamentos c/ água	3000	1695	772	2725	817	509	9518
Alojamentos s/ água	35	13	3	36	3	7	97
Alojamentos c/ esgotos	3003	1698	765	2725	809	511	9511
Alojamentos s/ esgotos	32	10	10	36	11	5	104

Fonte: INE, *Infoline*.

Bairros Sociais

A dificuldade sentida no que toca ao acesso à habitação traduz-se na elevada procura de habitação social por parte dos sectores sociais mais fragilizados, um recurso que tem vindo a ser reivindicado por gerações sucessivas. Esta situação é sintomática de um ciclo intergeracional com o qual ainda não foi possível romper.

A propósito dessas dificuldades, refira-se que, segundo a informação do Jornal *Expresso*, arrendar novo em Peniche custa tanto como usado: o custo do arrendamento de um alojamento novo no centro de Peniche ronda os 500 euros mensais e de um alojamento usado, pouco menos; o mesmo se passa com os alojamentos usados e novos na periferia, andando o preço à volta dos 450 euros mensais⁷⁶.

Relativamente ao parque habitacional constituído por habitação social, existem actualmente vários bairros que integram um total de cerca de 1477 fogos. Destes, 783 foram entretanto vendidos, 684 estão arrendados e cerca de 10 encontram-se devolutos. Os quadros seguintes sistematizam a realidade actual:

QUADRO 62

Bairros propriedade da Câmara Municipal de Peniche, em 2004

Bairros	Total de fogos	Vendidos	Arrendados	Devolutos
Sítio do Calvário (Fundação Salazar Velha)	40	29	11	-----
Rua das Redes/ Rua dos Covos (Fundação Salazar Nova)	48	30	18	-----
Bº dos Funcionários Municipais	33	28	5	-----
Bº Valverde	48	-----	48	-----
Bº Fernão de Magalhães	48	-----	48	-----
Edifício Coosofi	42	-----	42	-----
Bº do Calvário	143	-----	143	-----
TOTAL	402	87	315	

Fonte: Câmara Municipal de Peniche.

⁷⁶ Jornal *Expresso*, “Guia da Habitação”, citado por Jornal de Leiria, nº30, 08/04/04.

QUADRO 63

Bairros propriedade do IGAPHE, em 2004

Bairros	Total de fogos	Vendidos	Arrendados	Devolutos
Bº Peniche I (R: Angola/ R: Moçambique)	46	29	16	1
Bº Peniche II (Ruas: General Humberto Delgado/ Fonte Nª Sª do Rosário/ R: das Flores)	35	20	15	-----
Bº Arco-Iris (Peniche III – R: Arquitecto Paulino Montês)	175	34	140 a)	1
Bº Luís de Camões	153	80	72	1
TOTAL	409	163	243	3

Fonte: IGAPHE.

Nota: a) Destes 140 fogos, 11 são constituídos por espaços não habitacionais.

QUADRO 64

Bairros propriedade do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, em 2004

Bairros	Total de fogos	Vendidos	Arrendados	Devolutos
Bº de Santa Maria	316	249	62	5
Bº dos Pescadores	69	62	6	1
Bº da Prageira	281	222	58	1
TOTAL	666	533	126	7

Fonte: IGAPHE.

A oferta de Habitação Social não satisfaz a procura

Neste contexto, onde se pode constatar a quase inexistência de fogos devolutos para atribuição, importa referir que a procura de Habitação Social junto da CMP continua a ser bastante significativa: segundo dados actualizados a 31 de Dezembro de 2003, existem no ficheiro de procura cerca de 258 famílias inscritas como candidatas à atribuição de habitação, representando um total de cerca de 748 indivíduos.

Deste total de pedidos, cerca de 85% (221) são relativos a famílias residentes na cidade de Peniche, cerca de 10% (25) relativos a famílias residentes na zona rural e 5% (12)

relativos a famílias de etnia cigana. No quadro seguinte pode verificar-se o número de famílias a aguardar habitação, por ano de entrada do pedido e por origem territorial ou étnica.

QUADRO 65

Famílias com pedidos de Habitação Social na Câmara Municipal de Peniche, em 31/12/03, segundo a data de apresentação do pedido e a origem territorial ou étnica

Ano	Cidade	Zona Rural	Etnia Cigana
1990-1994	31	3	1
1995-1999	62	7	6
2000-2003	128	15	5
Totais Parciais	221	25	12
TOTAL	258		

Fonte: Câmara Municipal de Peniche.

Observa-se que muitas destas famílias aguardam atribuição de habitação já há longos anos, não tendo sido possível até ao momento o seu realojamento, o que traduz um desencontro, que se arrasta, entre a procura e a oferta nesta matéria.

Verifica-se também que, durante todo este tempo, estas famílias não conseguiram, pelos seus próprios meios, alterar as suas condições de vida o que vem comprovar a persistência da sua condição de pobreza e muitas vezes de exclusão social em que continuam a (sobre) viver.

São vários os factores que tornam estas populações vulneráveis à exclusão, envolvendo aspectos de ordem habitacional, de inserção sócio-profissional, de auto-estima, etc..

A falta de condições económicas aliada, na esmagadora maioria dos casos, à falta de condições de habitabilidade, constituem os principais motivos porque estes agregados se candidatam à atribuição de habitação social.

Por outro lado, ao nível da situação profissional, verifica-se que grande parte dos elementos destes agregados desenvolve as seguintes actividades:

- Uns são pescadores, operários/as fabris, pedreiros, vendedores ambulantes, auxiliares de serviços gerais, ou desenvolvem actividades ligadas ao sector primário ou ao secundário;
- Outros são reformados (velhice e invalidez), beneficiários do rendimento social de inserção, domésticas, encontrando-se alguns destes indivíduos, igualmente, na situação de desempregado/a.

Na sua esmagadora maioria, são pessoas com baixas habilitações literárias, verificando-se que a maior parte não foi além do 1º ou 2º ciclo do ensino básico. Alguns são analfabetos e uma pequena parte alcançou o 3º ciclo, sendo poucos aqueles que o completaram. Neste universo são quase inexistentes os que atingiram o ensino secundário, assim como, o ensino universitário.

No que respeita à faixa etária destes indivíduos, observe-se o quadro 66.

QUADRO 66

Distribuição etária da população a aguardar Habitação Social no concelho de Peniche, em 31/12/03

Faixa-Etária	Nº de Indivíduos	%
0-5	53	7,1
6-10	81	10,8
11-15	81	10,8
16-20	71	9,5
21-25	54	7,2
26-30	60	8,0
31-35	72	9,6
36-40	62	8,3
41-45	53	7,1
46-50	32	4,3
51-55	27	3,6
56-60	29	3,9
61-65	24	3,2
66-70	19	2,5
71-75	12	1,6
76-80	5	0,7
81-85	9	1,2
86-90	4	0,5
TOTAL	748	100,0

Fonte: Câmara Municipal de Peniche.

Como se pode constatar, mais de metade da população tem, no máximo, 30 anos de idade e cerca de 71% não ultrapassa os 40 anos de idade, ou seja, a esmagadora maioria. Perto de 22% estão entre os 41 e os 65 anos e apenas 7% têm mais de 65 anos.

Assim sendo, verifica-se que do universo dos indivíduos a aguardar pela atribuição de habitação social, a larga maioria é constituída por uma população bastante jovem.

Caso fosse possível actualmente realojar todas estas famílias em espera e tendo em conta o número de elementos de cada agregado familiar, seriam necessários fogos com as seguintes tipologias:

QUADRO 67

Tipologia necessária para satisfazer os pedidos de Habitação Social no concelho de Peniche, segundo a dimensão dos agregados familiares, em 31/12/03

Tipologias	Nº de Fogos	%
T0	56	21,7
T1	31	12,0
T2	87	33,7
T3	70	27,1
T4	14	5,4
TOTAL	258	100,0 ^(a)

Fonte: Câmara Municipal de Peniche. Nota: ^(a) Valor arredondado.

Desta forma, verifica-se que cerca de 61 % das famílias necessitariam de fogos com a tipologia T2 e T3, cerca de 34% com a tipologia T0 e T1, e apenas 5% com a tipologia T4.

Neste universo, importa destacar o aspecto do crescimento acentuado do número de pessoas isoladas a carecer de habitação. Este grupo é constituído por indivíduos com as seguintes características:

- Idosos com baixas reformas a residirem em casas muito degradadas;
- Indivíduos com percursos de vida associados à toxicoddependência e/ou alcoolismo, a residirem ou a pernoitarem em carros abandonados,

anexos/barracas, ou em espaços cedidos temporariamente, tais como, marquises etc.;

- Indivíduos na situação de separados ou divorciados, sem qualquer possibilidade de assumir renda no mercado livre;
- Situações de doenças crónicas e incapacitantes.
- Pessoas a viver de vencimentos muito baixos e/ou de trabalho precário.

Verifica-se também que a grande maioria não tem qualquer tipo de suporte familiar, o que torna estes indivíduos particularmente vulneráveis às situações de pobreza e exclusão social. Acresce ainda a dificuldade em proceder ao seu realojamento, tendo em conta que os fogos dispersos pelos vários bairros com a tipologia T0/T1 são em número muito reduzido face ao número crescente de isolados.

A Comunidade Cigana

Outro grupo que importa também referir neste contexto, pelas condições de pobreza e de exclusão em que vivem, é o da etnia cigana. Sendo esta uma população originalmente nómada e itinerante, é um facto que muitas destas famílias fixaram residência no concelho desde há vários anos consecutivos (algumas há 10, 15, 20 anos ...), o que lhes confere cada vez mais a condição de sedentários, à imagem da situação vivida por outros ciganos pelo país fora.

Desde então, não foram criadas condições habitacionais, tendo estas famílias vindo a permanecer em barracas e a ocupar ilegalmente vários terrenos de propriedade privada, existindo inclusive, no caso da Fonte Boa, sentenças judiciais que vão no sentido da desocupação do local.

Actualmente encontram-se inscritas na CMP, como candidatos à atribuição de habitação, apenas 12 destas famílias. No entanto, residem no concelho perto de 18 agregados familiares, num total de cerca de 100 indivíduos, localizados na Fonte Boa, Porto de Lobos e Casais de St^a Bárbara.

Todos os agregados são beneficiários do Rendimento Social de Inserção e muitos deles desenvolvem a actividade de venda ambulante.

A questão do realojamento e da inserção social desta etnia é uma questão complexa pela especificidade que envolve.

Com efeito, a etnia cigana instalou-se em Portugal há mais de cinco séculos e tem-se distinguido fortemente da restante população, por ter preservado durante todo este tempo a sua identidade, cultura e hábitos, quase sempre à margem da sociedade dominante.

A sua integração ao nível do mercado de trabalho é muito ténue e quase inexistente. Esta situação só por si entra em confronto com os valores existentes na sociedade, para quem o trabalho é considerado a base de todo o sistema social e familiar.

Ao manterem a sua actividade como vendedores ambulantes, os ciganos mantêm a sua liberdade, porque são eles que impõem os seus próprios horários e regras. Desta forma pode afirmar-se que estes indivíduos afastam da sua cultura e do seu modo de vida os valores seguidos e aceites pela sociedade dominante, como forma de preservação da sua própria identidade.

Este facto deixa-os numa posição marginal, vivendo por isso processos profundos de pobreza, exclusão social e de segregação, que se traduzem na prática nas péssimas condições habitacionais, sanitárias, de salubridade, numa elevada taxa de analfabetismo, na exclusão relativamente ao mercado de trabalho e na discriminação de que são alvos com frequência.

Para além deste conjunto de aspectos complexos, a questão do realojamento da comunidade cigana depara-se com uma outra dificuldade relacionada com a conflitualidade inerente ao próprio posicionamento dos ciganos: enquanto que uns referem “ querer uma casinha por estarem a viver em condições miseráveis “, outros referem “ não queremos casa, preferimos um terreno onde se possa estar à vontade,

respirar ar puro e onde as crianças possam brincar “, outros referem ainda não querer ser realojados junto da família A ou B, dado a existência de conflitos entre elementos de diferentes famílias da mesma etnia.

Tendo em conta este contexto, esta problemática irá continuar a merecer a atenção do grupo de trabalho constituído por este Painel Temático e das diferentes instâncias locais, com o objectivo de se efectivarem propostas de intervenção.

O problema do realojamento

No que respeita à população residente nos bairros sociais camarários, iniciou-se recentemente um trabalho com vista à caracterização dos perfis sociais, a ser desenvolvido numa pesquisa autónoma, destinada a completar e aprofundar o conhecimento sobre os bairros, pretendendo apurar-se, num primeiro plano, dados sociográficos relativos à inserção sócio-económica (idade, sexo, estado civil, relações de parentesco, escolaridade, profissão, situação económica, etc..) e, num segundo plano, informação quanto à inserção sócio-urbanística (biografias de vida, representações e apropriações residenciais, sociabilidades, consumos, etc..).

No entanto, são vários os problemas que têm sido identificados no conjunto dos bairros de habitação social, designadamente:

- Pobreza;
- Desemprego;
- Trabalho precário;
- Trabalho informal;
- Dificuldade de integração ;
- Dificuldade nas relações interpessoais entre moradores;
- Dificuldade no cumprimento de regras de condomínio;
- Desestruturação familiar;
- Delinquência juvenil;
- Pouca ou nenhuma supervisão parental relativamente aos menores;

- Dificuldades escolares;
- Abandono escolar;
- Crianças em risco;
- Alcoolismo;
- Consumo e tráfico de estupefacientes;
- Falta de higiene;
- Negligência na manutenção dos espaços comuns;
- Violência doméstica;
- Baixos níveis de qualificação profissional;
- Analfabetismo ou baixos níveis de escolaridade;
- Baixas competências sociais e pessoais;
- Baixas expectativas relativamente ao futuro;
- Doenças crónicas incapacitantes;
- Endividamento das famílias/ Rendas em atraso.

Embora a identificação destes problemas assumam um carácter ainda muito genérico, pode concluir-se desde já, que a habitação social só por si, não é promotora da inclusão, pelo que, o realojamento torna-se num processo muito mais complexo que vai para além da simples atribuição de casa.

O que se constata é que, após o realojamento, verifica-se efectivamente uma melhoria significativa nas condições de habitabilidade das famílias, quando comparadas com as condições anteriores à atribuição, mas que nem sempre isso significa uma melhoria das suas condições de vida, tendo em conta que por vezes são potenciados outros problemas sociais, dadas as várias problemáticas que passam a coexistir nos bairros – como por exemplo, situações de “guetização” mediante fenómenos de auto e hetero-exclusão.

Importa justamente enfatizar que a falta de competências pessoais, relacionais e cognitivas, que caracterizam muitos destes indivíduos condiciona o seu acesso aos diversos domínios da vida económica, social, cultural, institucional, política etc.,

colocando-os à margem das oportunidades, provocando desta forma a manutenção da sua situação de pobreza e de exclusão social.

A par disso, importa referir também outro aspecto relacionado com a questão da concepção e construção dos próprios edifícios, que se caracterizam normalmente pela uniformidade de arquitectura, pela aplicação de materiais de baixa qualidade, pela escassez ou inexistência de espaços verdes e nalguns casos de equipamentos sociais que contribuam para a melhoria da qualidade de vida destes munícipes.

Decorrente da falta de qualidade dos materiais usados na construção dos bairros, tem-se assistido à rápida degradação do edificado, em consequência de problemas estruturais, designadamente: fissuras nas paredes, infiltrações de águas pluviais etc. No interior das residências, tem-se igualmente assistido à degradação dos materiais colocados, tais como: portas, móveis de cozinha, equipamento sanitário, pavimentos etc.

Este facto tem tido como consequência a necessidade de intervenção constante por parte da Autarquia, que executa diariamente vários tipos de reparações nos diversos bairros, o que constitui anualmente um esforço financeiro bastante considerável.

Todos estes factores tornam-se potenciadores da “má imagem” que se cria relativamente aos bairros, quer por parte da comunidade de uma maneira geral, quer por parte dos próprios moradores que sentem com intensidade o *estigma social* que recai sobre eles.

Neste contexto é difícil falar em inserção social, uma vez que os habitantes dos bairros vão-se tornando apenas meros receptores de bens e serviços.

Assim sendo e tal como já foi referido, pode afirmar-se que a atribuição de habitação melhora as condições de habitabilidade da população realojada, mas, em simultâneo torna-se num instrumento de *guetização* e de segregação, dada a excessiva concentração de grupos sociais desfavorecidos e de problemáticas associadas, facto este que faz emergir na cidade áreas concretas marcadas pela pobreza e exclusão social.

Porque falar de Habitação Social, é falar em primeiríssimo lugar em pessoas, torna-se crucial intervir nesta realidade, para a mudar.

Desta forma, é fundamental que a intervenção a desenvolver assuma um carácter multidisciplinar, envolvendo a participação e a conjugação de esforços entre diversos parceiros sociais e a própria população-alvo, para que não sejam apenas trabalhados os aspectos relacionados com a habitação, mas igualmente outros aspectos do contexto socio-económico destas famílias, de forma a alterar as suas condições de vida.

Populações de risco

Porém a questão da pobreza e/ou da exclusão social não respeita apenas aos moradores dos bairros, ela é muito mais abrangente e atravessa diversos grupos que pela sua vulnerabilidade vão acumulando desvantagens sociais, nomeadamente:

- Os idosos, em particular os que vivem de baixas pensões de reforma, que não lhes permitem a manutenção de uma vida condigna. A maioria é ainda vítimas de problemas de saúde crónicos, tendo em consequência gastos acrescidos. Na sua generalidade, são idosos com problemas de mobilidade dos quais resultam o seu isolamento relativamente ao círculo de relações sociais, vivendo, por isso, grande parte do tempo sozinhos.
- As crianças e jovens inseridos em meios familiares desestruturados, tendo em conta que as condições de vida de algumas famílias condicionam desde muito cedo o seu futuro, ficando estes reféns de um círculo geracional de pobreza e de exclusão;
- Os toxicod dependentes, pelas sequelas com que ficam ao nível bio-psico-social decorrentes dos consumos, passando a vivenciar situações diárias de exclusão, que se propagam igualmente ao seu círculo de relações;
- Os portadores de deficiência e/ou de doença crónica incapacitante, pela desvantagem social decorrente da sua própria condição, pela segregação de que são muitas vezes alvo, pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho, pela

- dificuldade nas acessibilidades face ao número elevado de barreiras arquitectónicas que os isolam e lhes diminuem diariamente a sua qualidade de vida;
- As famílias monoparentais, pela fragilidade da sua condição económica e pelas dificuldades diárias que têm que enfrentar em termos de privação de bens essenciais e gestão do quotidiano;
 - A etnia cigana pela falta de condições de vida em diversos domínios e pela segregação de que são alvo muitas das vezes.

Segundo referem alguns autores, a pobreza e a exclusão social são fenómenos complexos e multifacetados, difíceis de tipificar e de medir.

Segundo Alfredo Bruto da Costa, o conceito de pobreza tem implícito dois aspectos cruciais: a **privação** e a **falta de recursos**.

O autor aponta a **privação** como o lado mais visível da pobreza, traduzindo-se na inexistência ou insuficiência de recursos que façam face às condições básicas de subsistência a diferentes níveis, tais como: alimentação, vestuário, habitação, trabalho, educação, formação profissional, saúde, etc.. Refere ainda que muitas destas carências desencadeiam outras carências e que a condição de pobre exclui o indivíduo de vários sistemas sociais, necessários à satisfação das suas necessidades de subsistência e de existência.

Com efeito, os indivíduos em situação de pobreza e/ou de exclusão social, para além da privação das necessidades básicas, ficam igualmente condicionados no acesso aos direitos sociais, às possibilidades de escolha, à participação na vida social e política, à cultura etc..

Para além das condições de pobreza objectiva, importa igualmente ter em conta a dimensão subjectiva do problema e que se traduz na forma como cada indivíduo percebe e vivencia a sua própria experiência de vida. Daí que a situação de pobreza

inclua igualmente aspectos menos tangíveis ligados a atitudes, valores, comportamentos, perspectivas relativamente ao futuro, capacidade de resiliência perante situações adversas, auto-estima etc.

Neste sentido o combate à pobreza e à exclusão social não se resolve apenas com a mera provisão de bens e serviços, nem com acções focalizadas ou pontuais, executadas na maior parte das vezes de forma isolada e pouco abrangente, através de respostas reactivas aos problemas.

Este tipo de intervenção tem-se revelado ineficaz porque não rompe com os mecanismos de produção e reprodução da pobreza e vai gerando uma situação de dependência permanente dos beneficiários relativamente às instituições públicas prestadoras desses bens e serviços.

Por outro lado a questão da pobreza e da exclusão social, assume hoje novas configurações, em consequência das novas organizações familiares, dos novos estilos de vida, do envelhecimento da população, do processo de globalização etc.

O desemprego, em particular o desemprego de longa duração, assim como a precarização do trabalho, emergem como um dos principais factores potenciadores da pobreza e da exclusão social.

Verifica-se que para além do trabalho constituir uma das principais fontes de rendimento e meio de subsistência, é também através dele que se geram um outro conjunto de benefícios sociais.

Mas o trabalho não significa apenas obtenção de rendimentos, ele é igualmente um forte referencial na definição do estatuto social, promotor de relações sociais, de referenciais vários e de uma determinada identidade, necessária à inserção do indivíduo na sociedade.

Por outro lado o processo da globalização e a abertura das economias nacionais ao mercado mundial, tende a piorar este cenário porque vão surgindo novas formas de pobreza e de exclusão decorrentes deste contexto.

Com efeito as transformações operadas no processo produtivo têm contribuindo para o aumento do desemprego.

Ao procurarem adaptar-se às novas exigências de competitividade, as empresas vão optando pela informatização, pela redução dos seus quadros de trabalhadores, exigindo cada vez mais pessoal qualificado e polivalente.

Este facto faz com que muitos fiquem excluídos do mercado de trabalho, fazendo aumentar o número de pessoas desempregadas em idade activa, traçando igualmente um cenário muito negro para os jovens com pouca escolaridade e/ou formação profissional.

Outra das consequências relaciona-se com o aumento da precariedade nas condições e nas relações de trabalho e o aumento do trabalho informal como forma de subsistência.

Esta nova realidade gera nas famílias uma forte instabilidade e insegurança relativamente ao presente e ao futuro, para além de pôr em causa o acesso aos direitos de protecção social e direitos sociais básicos adquiridos.

De facto, aponta-se no actual contexto mundial, caracterizado pela globalização, para a supremacia do económico sobre o político e o social, e para a fragilização do Estado-Nação, que em nome do combate ao deficit público e à inflação, vai reduzindo os gastos sociais e implementando políticas cada vez mais focalizadas e direccionadas a situações de grande pobreza e carência, através de respostas padronizadas e de cariz paliativo, que minimizam mas não alteram a realidade social.

Neste contexto ganha particular relevância o papel das autarquias, das instituições locais e de todos os actores sociais, em torno de objectivos e estratégias comuns, agregando

recursos, competências e saberes que se complementem, de forma a responder com maior eficácia, em simultâneo e de forma concertada às várias problemáticas existentes.

Rendimento Social de Inserção

Continuando a focar a problemática da *pobreza* e da *exclusão social* foram também trabalhados os indicadores do Rendimento Social de Inserção (RSI), medida de política social anteriormente designada por Rendimento Mínimo Garantido (RMG).

A medida de carácter transitório e direccionada apenas a situações de grande carência, visa garantir um nível mínimo de subsistência através da atribuição de uma prestação pecuniária mensal, assim como, favorecer a progressiva inserção social dos beneficiários através da contratualização de programas de inserção, em vários domínios tais como: o emprego, a formação profissional, a habitação, a educação, a saúde e a acção social, processada entre os beneficiários e os representantes das várias Instituições envolvidas.

Os beneficiários vão sendo implicados em todo este processo, pretendendo-se que participem de forma activa no seu próprio percurso de inserção.

A medida foi instituída como um direito de todos os cidadãos, nacionais ou não, desde que residam legalmente em Portugal.

Em 1996, Peniche foi um dos concelhos-piloto de implementação do RMG.

Segundo dados disponibilizados pela Segurança Social entre 1996 e Setembro de 2003 (últimos dados contabilizados), candidataram-se ao RMG no concelho de Peniche 2221 famílias, abrangendo um total de 6162 indivíduos. Desde total, muitos dos processos foram indeferidos ou cessados (cerca de 43% do total de candidatos), tendo beneficiado da medida 1260 famílias, abrangendo 3519 indivíduos (cerca de 57% do total de candidatos).

QUADRO 68

Famílias e indivíduos candidatos/beneficiários do RMG no concelho de Peniche, desde o Projecto-Piloto (1996-Setembro 2003)

Dados Totais/ RMG	Famílias Candidatas	Indivíduos candidatos	Famílias Beneficiárias	Indivíduos beneficiários
Projecto Piloto	413	1157	171	469
Fase de Generalização	1908	5005	1089	3050
TOTAL	2221	6162	1260	3519

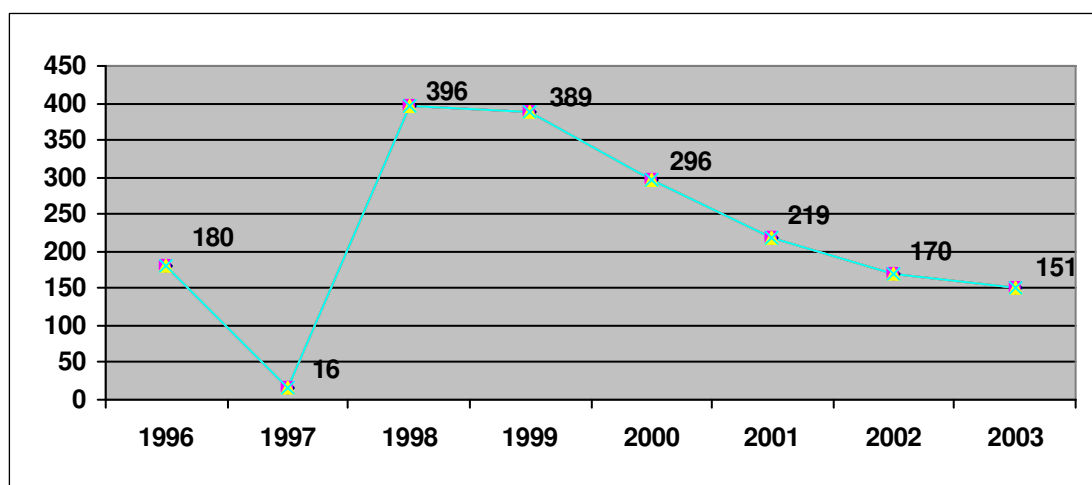
Fonte: Segurança Social.

Apesar do carácter expressivo do número de famílias e indivíduos beneficiários do RMG justificar já de si a maior preocupação, é preciso salientar que não esgota os casos de pobreza existentes no concelho, na medida em que há uma outra franja de população, que embora sendo pobre, não se encontra abrangida pelo RMG, em virtude desta medida de política social apenas responder a situações de grande carência, isto é, a situações de extrema pobreza.

No gráfico seguinte pode observar-se a evolução do número de processos activos desde o início da medida até Setembro de 2003.

GRÁFICO 10

Evolução dos processos activos no concelho de Peniche, entre 1996 e Setembro de 2003



Fonte: Segurança Social.

Como se pode constatar pela análise dos dados apresentados, verifica-se que o maior número de processos deferidos incidu sobre os anos de 1998 e 1999, passando desde então a verificar-se uma descida acentuada do número de beneficiários do RMG.

Embora não exista informação precisa sobre as razões desta descida, presume-se que a mesma possa estar em grande parte relacionada não com a diminuição dos níveis de pobreza, mas com algumas alterações que entretanto foram introduzidas na lei e que de certa forma vieram restringir o acesso de muitos dos candidatos a este benefício.

Outro dos motivos prende-se com a integração de alguns destes indivíduos no mercado de trabalho ou em formação profissional, embora em menor número e de forma ainda muito precária.

Relativamente à origem territorial dos beneficiários, verifica-se que a maioria é proveniente da freguesia da Ajuda, o segundo maior contingente, da freguesia da Conceição e o terceiro, de S. Pedro.

No que respeita à zona rural, a maioria dos beneficiários localiza-se na freguesia da Atouguia da Baleia, a seguir em Ferrel e, por último, na Serra D'El Rei, sendo esta a freguesia com o menor número de utentes.

Para além da escassez de rendimentos destes indivíduos/famílias - muitos deles ligados ao sector da pesca e ao sector agrícola -, identificaram-se igualmente outras problemáticas associadas, designadamente:

- Falta de habilitações literárias;
- Falta de qualificação profissional;
- Desemprego;
- Idosos;
- Doenças crónicas incapacitantes;
- Minorias étnicas;

- Toxicodependência;
- Alcoolismo.

Grande parte destes factores têm originado constrangimentos vários ao nível da prossecução e do cumprimento dos Programas de Inserção, dadas as fracas competências pessoais, sociais e profissionais de muitos deles face, quer aos recursos disponíveis para lhes prestar resposta, quer à inadequação dos próprios recursos existentes, diminuindo-lhes desta forma a possibilidade de inserção e de autonomia, objectivo central desta medida.

Por outro lado, verifica-se igualmente, nalguns dos beneficiários, uma falta de motivação para o cumprimento das acções propostas e, em simultâneo, uma forte dependência da prestação pecuniária, colocando-se os mesmos numa postura de resistência à mudança nas suas condições de vida, fazendo com que a medida em vez de assumir um carácter transitório, passe a ser encarada por muitos como uma prestação definitiva a que terão direito (veja-se por exemplo o caso de muitas famílias que beneficiam do RMG/RSI desde 1996, isto é, desde o início da medida).

A Lei 13/2003 de 21 de Maio vem revogar o Rendimento Mínimo Garantido e cria o Rendimento Social de Inserção, que veio a ser regulamentado pelo Decreto-Lei nº 283/2003 de 8 de Novembro.

As alterações introduzidas nesta nova legislação originaram atrasos de vários meses nos procedimentos dos serviços da Segurança Social, ao nível da apreciação e decisão dos processos.

Neste sentido, os únicos dados disponíveis no âmbito do RSI, respeitantes ao número de candidatos do concelho, são referentes aos processos entrados entre o período de Junho a Dezembro de 2003 e que representam um total de 90 novos candidatos, desconhecendo-se no entanto quantos irão ser deferidos ou indeferidos.

6.2. Respostas e Recursos

Habitação Social

Ao nível da habitação social verifica-se que existem em todos os bairros sociais cerca de 694 fogos em regime de arrendamento, estando apenas 10 deles devolutos.

No que respeita aos bairros camarários, não existem fogos devolutos para atribuição e, em contrapartida, verifica-se a existência de 258 processos constituídos, para efeitos de atribuição de habitação.

Tendo em conta que no concelho já existe um número considerável de fogos de habitação social e sabendo-se, igualmente, que haverá sempre candidatos à atribuição de habitação, verifica-se que, do universo de indivíduos em espera, alguns há mais de catorze anos, muitos deles não conseguirão pelos seus próprios meios arranjar outra alternativa habitacional, dadas as condições de pobreza extrema em que (sobre) vivem, da falta de suporte familiar, dos processos de exclusão social de que são vítimas, etc..

Em termos de condições de habitabilidade, verifica-se igualmente que muitos destes indivíduos vivem em condições indescritíveis e indignas da condição humana.

Este facto entra em contradição não só com o que se encontra consagrado na Constituição da República Portuguesa, onde é referido no seu artº nº 65 que “ todos os cidadãos devem ter direito a uma habitação”, como se torna um factor fortemente condicionante do desenvolvimento social do concelho.

Afigura-se também relevante fazer referência ao hipotético processo da transferência do património do IGAPHE – o qual no concelho inclui os bairros Arco-Íris, Luís de Camões, Car I e Car II - para o património da Câmara Municipal. Esta transição, a verificar-se, implicará uma reorganização do modelo de gestão e administração municipal dos Bairros Sociais abrangidos, o que indubitavelmente irá gerar impactos sociais de diversa ordem.

Porque a habitação social não é apenas uma questão de património, torna-se fundamental reflectir e debater os aspectos implicados nesta mudança e procurar avaliar os seus efeitos.

Rendimento Social de Inserção

No que respeita ao RSI e de acordo com o referido no relatório de avaliação da actividade da Comissão Local de Acompanhamento em 2003, o número de beneficiários abrangidos é de 428, dos quais 170 são homens e 258 são mulheres.

Relativamente às faixas etárias destes beneficiários, pode observar-se a informação constante no quadro 69.

É significativo neste total o número de crianças e jovens beneficiários (cerca de 37%), assim como, o dos indivíduos situados na faixa etária entre os 25 e os 54 anos (cerca de 40%).

QUADRO 69

Distribuição etária e por género dos beneficiários do RSI
no concelho de Peniche, em 2003

Faixas-etárias	H	M	Nº	%
0-5	27	52	79	18,4
6-18	39	42	81	18,9
19-24	5	37	42	9,8
25-34	34	19	53	12,4
35-44	24	34	58	13,6
45-54	22	34	56	13,1
55-64	9	31	40	9,4
> 65	10	9	19	4,4
TOTAL	170	258	428	100,0

Fonte: Relatório de Avaliação da Actividade da CLA do Concelho de Peniche em 2003.

No que respeita à distribuição dos beneficiários por áreas de inserção pode considerar-se o quadro 70.

QUADRO 70

Distribuição dos beneficiários do RSI no concelho de Peniche por área de inserção, em 2003

Áreas de Inserção		Benef. por acções	Benef. com acções em execução
Educação	Escolaridade obrigatória	14	14
	Ensino Secundário	1	1
	Ensino Recorrente	24	24
Formação Profissional	Formação Profissional Especial	2	2
Emprego	Informação e Orientação Profissional	117	117
	Criação de Emprego	3	3
	Formação e Emprego	1	1
	Colocação em Mercado de Trabalho	12	12
Saúde	Prevenção Primária	1	1
	Consultas/Tratamentos	13	13
	Desabilitação Alcoolismo	9	9
	Desabilitação Toxicodependência	20	20
Acção Social	Jardim de Infância	14	14
	Amas/Creche familiar/Creche	26	26
	Actividades de Tempos Livres	4	4
	Apoio Psicossocial	140	140
	Educação Sócio-Familiar	5	5
Habitação	Acesso à habitação	26	22
	Apoio à melhoria do alojamento	1	1
	Regularização da Situação Habitacional	8	8

Fonte: Relatório de Avaliação da Actividade da CLA do Concelho de Peniche em 2003.

Antes de mais, note-se que há beneficiários que acumulam diferentes áreas de inserção e, como tal, há números sobrepostos. De destacar no conjunto, a prevalência de programas de inserção ligados à área do emprego, especialmente direccionados para a informação e orientação profissional, bem como, de respostas ao nível da acção social em sentido lato, orientadas para as necessidades das famílias. Os programas na área da saúde também têm

uma expressão considerável. As restantes áreas de incidência dos programas de inserção são a educação, a habitação e a formação profissional.

Quanto aos motivos de dispensa para a Inserção profissional, pode observar-se o seguinte:

QUADRO 71

Beneficiários do RSI no concelho de Peniche, segundo o motivo da dispensa para a inserção profissional, em 2003

Motivos de dispensa	Beneficiários
Saúde	23
Idade (inferior a 16 anos)	147
Idade (superior a 65 anos)	19
Integradas numa actividade aquando da atribuição da prestação	81
Acompanhamento/Apoio a familiares	20
Estudantes	18

Fonte: Relatório de Avaliação da Actividade da CLA do Concelho de Peniche em 2003.

Constata-se que os motivos de dispensa para a inserção profissional devem-se sobretudo ao facto dos beneficiários não terem atingido a idade activa ou ao facto de se encontrarem já inseridos numa outra actividade.

Outras Respostas

Continuando a focar a problemática da *pobreza* e da *exclusão social*, o Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC) tem surgido como mais uma resposta dirigida à população mais carenciada do concelho.

Implementado a nível local desde 2002, é promovido pelo Centro Solidariedade e Cultura de Peniche em articulação com a Segurança Social.

Tem como objectivo a atribuição de bens alimentares a instituições do concelho e a agregados familiares carenciados e/ou em situação de marginalidade ou exclusão social.

Os agregados familiares beneficiários são escolhidos com base nos seguintes critérios:

Famílias/Pessoas- as mais carenciadas por:

- Baixo rendimento do agregado familiar;
- Desemprego prolongado;
- Situações de prisão, morte, doença, separação e abandono;
- Pensionistas do regime não contributivo;
- Número de pessoas do agregado familiar;
- Situações de catástrofe.

Instituições/Utentes – os mais carenciados por:

- Maior número de utentes carenciados cujas participações são diminutas;
- Elevado número de utentes com características específicas de acordo com as tabelas dietéticas (crianças, jovens e idosos);
- Número de valências desenvolvidas;
- Localização em meio degradado e/ou com menor abastecimento de produtos.

A distribuição dos produtos ocorre em dois períodos ao longo de cada ano. Em 2004, irá decorrer entre 17 de Maio e 30 de Junho e entre 6 de Setembro e 22 de Outubro.

As famílias/indivíduos que irão beneficiar desta medida já em 2004 são provenientes das seis freguesias do concelho.

Para se perceber a distribuição dos beneficiários por freguesia pode considerar-se o quadro 72.

QUADRO 72

Beneficiários do PCAAC Segundo as freguesias do concelho de Peniche, em 2004

Freguesias	Agregados Familiares	Nº de Indivíduos	% de indivíduos
Ajuda	160	487	54,1
Conceição	50	116	12,9
S. Pedro	21	47	5,2
Atouguia da Baleia	49	152	16,9
Serra d'el Rei	13	34	3,8
Ferrel	15	63	7,1
TOTAL	308	899	100

Fonte: Serviço Local de Segurança Social.

O total de indivíduos apoiados pelo PCAAC em 2004 e, portanto, a carecer de ajuda alimentar é de 899. A este número adiciona-se ainda o conjunto de utentes de IPSS que também são apoiados pelo PCAAC (665 – confira-se o quadro 73) e temos um universo de 1564 carenciados. Se compararmos este universo com os 533 beneficiários do RSI em 2003 (total abrangido pelos 151 processos activos), percebe-se uma grande disparidade no número de casos contemplados por uma e outra medida e, por assim dizer, na cobertura das situações de fragilidade social. Emana daqui indubitavelmente uma dissonância de critério na avaliação das situações, suficiente para suscitar uma margem de inflação ou deflação dos casos de pobreza. Admite-se, pelas razões atrás aduzidas, que o número de beneficiários abrangidos pelo RSI esteja aquém do número de necessitados. Admite-se até mesmo que também o total de pessoas ajudadas pelo PCAAC esteja aquém do necessário. Simplesmente, não há garantias quanto ao facto do universo recoberto por qualquer desses programas de apoio social expressar a extensão do problema da pobreza no concelho de Peniche, exactamente porque a forma como são aplicados são passíveis de questionamento.

No que respeita às Instituições, a distribuição de alimentos irá contemplar o seguinte número de utentes:

QUADRO 73

Instituições do concelho de Peniche beneficiários do PCAAC
e número de utentes abrangidos, em 2004

Instituições	Nº de Utentes	% de Utentes
Acompanha-Coop.Solid.Social	30	4,5
Associação Centro de Dia de Serra d'el Rei	30	4,5
Associação Juvenil de Peniche	45	6,7
Associação Jardim-de-infância de Ferrel	55	8,3
Associação de Solidariedade Social de Ferrel	15	2,3
Centro Paroquial Bem Estar Social da Atouguia da Baleia	75	11,3
Centro Social da Bufarda	15	2,3
Centro de Solidariedade e Cultura de Peniche	140	21
Cercip-Coop.Ed.Reab.Cid.Inad.	80	12
Colónia Infantil Nª Sª dos Remédios	75	11,3
Associação Jardim-de-infância de Serra d'el Rei	30	4,5
Santa Casa da Misericórdia de Peniche	75	11,3
TOTAL	665	100,0

Fonte: Serviço Local de Segurança Social.

Como se pode constatar pelo somatório dos dois quadros, em 2004 irão ter direito a este benefício cerca de 1564 indivíduos em todo o concelho, sendo alguns deles igualmente beneficiários do RSI.

Quanto ao tipo de alimentos a distribuir, encontra-se uma grande variedade: diversos tipos de bolachas, massas, farinha, leite em pó, sobremesas lácteas, manteiga, queijo, arroz e cereais.

Os alimentos são igualmente distribuídos em maior ou menor quantidade de acordo com o número de elementos do agregado familiar, conforme se percebe da leitura do quadro 74.

QUADRO 74

Famílias beneficiárias do PCAAC no concelho de Peniche,
segundo a sua dimensão, em 2004

Freguesias	Dimensão do Agregado Familiar				
	C/ 1 indivíduo	C/ 2 indivíduos	C/3 a 4 indivíduos	C/ 5 a 6 indivíduos	C/ + de 6 indivíduos
Ajuda	46	36	43	25	10
Conceição	21	10	14	5	0
S.Pedro	7	4	9	1	0
Atouguia da Baleia	13	7	20	7	2
Serra d'el Rei	4	5	1	3	0
Ferrel	0	3	5	6	1
TOTAL	91	65	92	47	13

Fonte: Serviço Local de Segurança Social.

No conjunto dos beneficiários verifica-se que:

- Cerca de 29,5% dos indivíduos vivem isolados,
- 21,1% são agregados compostos por apenas 2 pessoas;
- 29,9% dos agregados têm entre 3 a 4 pessoas;
- 15,3% dos agregados têm entre 5 a 6 pessoas;
- 4,2% dos agregados têm mais de 6 pessoas.

Constata-se que o grupo dos isolados e das famílias com apenas duas pessoas têm uma expressão bastante significativa neste universo (cerca de 50%).

Deste grupo fazem parte essencialmente idosos, indivíduos com problemas de alcoolismo, toxicod dependência e também famílias monoparentais, o que, tal como já foi referido anteriormente, reflecte a situação de pobreza e de extrema vulnerabilidade em que vive esta população-alvo, identificada como população de risco.

Embora o PCAAC constitua uma resposta social de extrema importância e imprescindível face à necessidade de prover estes indivíduos de bens essenciais, importa acentuar que, através desta ajuda, não se combate a pobreza e a exclusão social, dado que

ela assume um carácter transitório e paliativo, não alterando por isso as condições de vida destas famílias.

Cabe também referenciar a intervenção da Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Peniche, ao nível da distribuição de alimentos e roupas a diversas famílias da zona rural, sobretudo idosos com baixas reformas, assim como, a imigrantes, em articulação com o Centro Solidariedade e Cultura de Peniche.

Este apoio é efectuado de forma assídua a cerca de seis famílias residentes no concelho, a quem são distribuídos géneros alimentícios de duas em duas semanas, sendo as restantes acções processadas de forma pontual e mais espaçadas no tempo.

Durante o ano de 2003 esta Instituição distribuiu um total de cerca de 600 kg de alimentos a famílias carenciadas.

No que respeita à problemática da toxicoddependência há que referenciar igualmente o importante trabalho desenvolvido pelo CAT na reabilitação e inserção social dos seus utentes, quer ao nível do desenvolvimento dos programas terapêuticos, quer ao nível da inserção profissional através do Programa Vida-Emprego. Esta resposta vem contribuir para a redução da exposição da população toxicoddependente aos riscos de exclusão social.

Igualmente vocacionada para esta problemática, foi recentemente implementada no terreno uma equipa de rua através do Projecto “Porto+Seguro”, cujo principal objectivo de intervenção é a redução de riscos associados às práticas de consumo e do qual se espera um contributo muito significativo para o controlo do problema da toxicoddependência no concelho de Peniche.

6.3. Adequação dos Recursos aos Problemas e Necessidades

Verifica-se que a oferta em habitação social no concelho não satisfaz a procura. Praticamente não existem fogos devolutos para atribuição e não têm sido dadas respostas em matéria de nova construção de habitação social, daí que persistam centenas de pedidos junto da Câmara Municipal.

Outro aspecto que importa referir prende-se com a dificuldade das várias instituições em termos da insuficiência de meios humanos para a implementação de projectos de desenvolvimento social comunitário com as famílias residentes nos bairros de habitação social e com a população em geral.

A Acção Social tem conhecido um considerável incremento, em especial por via do alargamento da rede institucional vocacionada para esta área e da diversificação dos serviços prestados. Em contradição com esta tendência está o contínuo emagrecimento do quadro de técnicos do serviço local da Segurança Social, situação que coloca em risco a acção directa deste serviço e condiciona a eficácia das diversas parcerias em que está envolvido, por se tratar de um parceiro estratégico por excelência e, por assim dizer, debilita a acção social a nível do concelho.

De uma forma geral os recursos locais para fazer frente aos problemas de pobreza e exclusão social continuam a ser escassos. Há que incentivar o aparecimento de recursos institucionais e de estruturas de apoio às populações desfavorecidas e forçar as dinâmicas de parceria.

6.4. Pistas para Planificação Futura

A habitação constitui sem dúvida um factor crucial no combate à pobreza e à exclusão social, sendo igualmente a dimensão mais visível do nível de desenvolvimento social de qualquer concelho.

Porém, só por si não altera as condições de vida das populações no que respeita a fenómenos como a pobreza e a exclusão social, pelo que cada vez mais as políticas de habitação terão que caminhar lado a lado com políticas de inserção social em vários domínios, de forma a contrariar a experiência a que se tem assistido, que transformem os bairros sociais em territórios de exclusão.

No que respeita aos bairros sociais camarários, a intervenção deverá incidir na:

- Caracterização socio-económica da população residente e levantamento das expectativas, problemas e necessidades;
- Promoção e requalificação do edificado degradado;
- Promoção e requalificação dos espaços exteriores;
- Criação de equipamentos sociais de utilização colectiva nos bairros mais distantes do centro da cidade (Bairro do Calvário, Fernão de Magalhães, Coosofi etc.), ligados à área do lazer, do desporto e que possibilitem o desenvolvimento de actividades direccionadas para a crianças, os jovens, os idosos, etc.
- Criação de equipa multidisciplinar, que integre elementos de várias instituições, com o objectivo de se responder às diferentes situações e contextos concretos de pobreza e exclusão social, através de uma acção concertada e de complementaridade ao realojamento, nas áreas da educação, saúde, acção social, emprego, formação profissional e animação sócio-cultural.

Relativamente aos munícipes que aguardam pela atribuição de habitação, haverá necessidade de promover mais habitação social e/ou de implementar mecanismos facilitadores do acesso à habitação, por todas as razões expostas anteriormente.

A habitação social deve ser integrada nas políticas de desenvolvimento local, dada a função social de extrema relevância que a mesma representa.

Torna-se no entanto importante encarar a questão do mercado de habitação social, sob outras perspectivas mais diversificadas, possibilitando aos munícipes não só o arrendamento como também a compra.

Em termos prospectivos, relativamente à construção de novos fogos seria importante considerar igualmente que:

- Os projectos de construção não deverão beneficiar unicamente grupos específicos, mas contemplar também diferentes grupos sociais, de forma a possibilitar uma melhor integração das famílias, evitando a concentração de grupos de risco numa determinada área;
- Os empreendimentos deverão ser de pequena e média dimensão e dispersos pelo concelho, de forma a possibilitar uma melhor integração e heterogeneidade no tecido urbano, contribuindo desta forma para uma melhor qualidade de vida dos moradores.

Outra das medidas complementares e que poderia vir a ser implementada pelo Município consiste no apoio ao arrendamento, concedido através de um subsídio pecuniário temporário a atribuir a famílias carenciadas, de forma a viabilizar o arrendamento no mercado livre.

A medida, já adoptada por vários concelhos do país, tem um tempo limitado de duração, o que possibilita a rotação do benefício por outras famílias carenciadas.

Pressupõe igualmente determinadas contrapartidas dos beneficiários, semelhantes ao que se passa com os programas de inserção do RSI, pelo que esta medida pretende igualmente ser promotora da inclusão social.

A implementação desta resposta, se por um lado implicaria custos anuais consideráveis com a sua aplicação, por outro, iria igualmente evitar outro tipo de custos, uma vez que não existia qualquer ligação contratual entre os indivíduos apoiados e a CMP, nomeadamente:

- custos com construção e manutenção de mais Habitação Social;
- manutenção de rendas em atraso por parte de alguns inquilinos ;
- gestão e despesas de condomínio;
- custos com contencioso nos casos em que há necessidade de recorrer a acções de despejo.

Torna-se pois importante analisar a questão do realojamento através de um maior leque de escolhas e possibilidades, devendo por isso este mercado ser diversificado, quer em termos das suas alternativas (arrendamento, compra, apoio à renda de casa etc..), quer em termos da sua localização optando pela dispersão das famílias carenciadas, em detrimento da concentração a que, tradicionalmente, se tem assistido.

Em termos de política habitacional estão a ser lançados novos programas que vão rever os anteriores regimes constantes no Decreto-Lei 226/87 de 6 de Junho e 195/95 de 29 de Julho, referentes à construção de fogos para realojamento.

Estes programas, ainda em fase de projecto-lei, visam essencialmente incentivar a promoção de habitação social, possibilitar a reabilitação de habitações degradadas e promover a reabilitação urbana de zonas históricas.

O PROHABITA- Programa de Financiamento para Acesso à Habitação, visa a resolução de situações de grave carência habitacional de pessoas e agregados familiares residentes em território nacional.

É direccionado a agregados familiares residentes em “edificações, partes de edificações ou estruturas provisórias caracterizadas por graves deficiências de solidez, segurança e/ou salubridade, e/ou em casos de manifesta exiguidade da área habitável para o número de

peças do agregado familiar, bem como as situações de necessidade urgente de alojamento de pessoas ou famílias no âmbito de operações municipais de reabilitação urbana“.

Este programa prevê igualmente a construção de equipamentos sociais no conjunto habitacional dos fogos a construir, destinados a fins “ culturais, assistenciais, desportivos e recreativos, prioritariamente para utilização colectiva dos moradores “

A entidade financiadora é o INH, podendo ser entidades beneficiárias deste programa:

- Os Municípios;
- As Regiões Autónomas;
- Institutos públicos com atribuições no âmbito territorial das Regiões Autónomas;
- As Empresas Públicas Municipais;
- As Instituições Particulares de Solidariedade Social e Pessoas Colectivas de Utilidade Pública Administrativa que prossigam fins assistenciais;
- As Cooperativas de Habitação e construção com experiência e capacidade na promoção de habitação a custo controlado.

Os financiamentos a conceder pelo INH destinam-se aos seguintes fins:

- Aquisição de habitações e das partes acessórias das mesmas (arrecadações, garagens etc.);
- Aquisição no todo ou em parte de empreendimentos habitacionais de custos controlados, construídos ou a construir, incluindo as partes acessórias das habitações e os espaços destinados a equipamento social;
- Aquisição e infraestruturização dos terrenos para construção de empreendimentos a custos controlados;
- Realização de obras de recuperação de habitações ou de prédios devolutos de que os beneficiários sejam proprietários ou superficiários;
- Aquisição de prédios ou fracções autónomas de prédios devolutos degradados e realização de obras para respectiva recuperação;

- Arrendamento de prédios ou e fracções autónomas de prédios urbanos destinados a habitação por prazo igual ou superior a 10 anos, sem prejuízo de poder ser por prazo inferior em casos devidamente justificados pela entidade beneficiária.

Importa pois reflectir sobre as possibilidades que este novo instrumento de política social oferece, de forma a melhorar substancialmente as condições de vida de muitas famílias do concelho.

No que respeita ao RSI importa continuar a potenciar a capacidade de inserção sócio-profissional dos beneficiários, evitando as situações de dependência exclusiva da prestação pecuniária.

Tendo em conta que o trabalho constitui a melhor protecção social contra a pobreza e a exclusão, adquire particular relevância a formação ao longo da vida, como forma de adquirir e melhorar competências pessoais, sociais e profissionais, fundamentais para a prossecução de certos objectivos e metas a atingir.

Pode dizer-se que a aposta na educação e no emprego, constituem dimensões fundamentais na inserção social destes indivíduos.

O acompanhamento no percurso de inserção constitui igualmente um factor essencial. Porém, nem sempre tem sido possível de realizar, dado o contínuo emagrecimento do quadro de técnicos do serviço local da Segurança Social, pelo que seria fundamental alterar esta realidade.

A persistente ausência do parceiro da saúde no Núcleo Executivo tem igualmente condicionado a qualidade e a celeridade de muitos percursos de inserção dos respectivos beneficiários que teriam necessidade de ser enquadrados nesta área específica.

Para finalizar, importa de novo referir que a pobreza e a exclusão social devem ser combatidas para além das simples condições de vida de subsistência. Deverão ser criadas

também condições de existência que promovam a qualidade de vida dos munícipes e isso implica pôr no terreno um trabalho social de intervenção comunitária e estabelecimento de parcerias, de forma a responder de forma proactiva aos vários problemas sociais existentes, em detrimento de soluções reactivas e imediatistas.

Nesse sentido têm-se identificado alguns obstáculos que condicionam fortemente a eficácia do trabalho desenvolvido ou a desenvolver, nomeadamente:

- Falta ou insuficiência de recursos humanos em praticamente todas as instituições, o que poderá inviabilizar um trabalho mais consistente de parceria e cooperação efectiva no terreno;
- Falta ou insuficiência de recursos financeiros que possibilitem respostas mais inovadoras e de melhor qualidade;
- O facto de muitas organizações continuarem muito fechadas em si mesmas, o que dificulta por vezes uma melhor articulação institucional.

Por último, apontam-se ainda as seguintes pistas para intervenção urgente:

- Promoção de habitação a custos controlados;
- Requalificação do edificado, prevendo a criação de equipamentos sociais;
- Concepção e adopção de medidas alternativas ao realojamento que privilegiem a autonomização da população;
- Aprofundamento do conhecimento quantitativo e qualitativo dos utentes das várias instituições, bem como, das situações de pobreza e exclusão social em geral;
- Debate local em torno da programação de medidas que façam face a esta complexa problemática, orientado, nomeadamente, para a articulação entre a política social nacional e a política social local;
- Projecto de intervenção social com as famílias de origem cultural cigana, passando por medidas de melhoria das suas condições de vida;
- Idem com as famílias residentes nos bairros de habitação social;
- Criação de um centro de acolhimento temporário de carácter polivalente destinado a toxicodependentes e/ou aos sem abrigo;

- Criação de um refeitório social destinada à população carenciada em geral.

No que respeita ao trabalho social tem-se assistido, nos últimos tempos, a uma regressão ao nível da resposta por parte da Segurança Social local. Em 2000, este serviço tinha mobilizado um quadro técnico para a acção social composto por quatro elementos e em 2004, apenas dispõe de duas assistentes sociais, sendo que uma delas está contratada por uma IPSS local, tendo sido esta a via encontrada para atenuar a lacuna de pessoal técnico no serviço de Segurança Social de Peniche⁷⁷. Esta limitação induz constrangimentos óbvios ao nível da acção social no concelho.

Também por isso, é necessário salvaguardar-se o reforço das diversas estruturas já existentes, para que se possa consolidar e melhorar o sentido da sua evolução e criar os recursos que têm vindo a ser assinalados na área da Acção Social.

Para concluir, importa referir que a intervenção não deve estar apenas centrada no indivíduo enquanto objecto da acção, mas deve igualmente centrar-se na causa dos problemas sociais.

⁷⁷ Reportando-nos à fórmula encontrada para financiar o vencimento da técnica, refere-se que 80% cabe à Segurança Social e 20%, à entidade empregadora, sendo que esta fatia de 20% é subsidiada na íntegra pela Câmara Municipal.

7. SÍNTESE DOS PROBLEMAS SECTORIAIS E/OU TRANSVERSAIS IDENTIFICADOS

População Idosa

- Isolamento social;
- Enfraquecimento das redes de solidariedade primárias;
- Aumento da dependência;
- Precariedade habitacional.

Infância e Juventude

- Elevado número de crianças e jovens de risco;
- Insucesso escolar/ abandono escolar;
- Negligência parental relativamente a crianças;
- Gravidez precoce;
- Insuficiência de infra- estruturas de 1.ª infância (creches);
- Insuficiência de resposta ao nível da ocupação de tempos livres.

Educação, Emprego e Formação

- Insucesso escolar/ abandono escolar;
- Nível diminuto de formação escolar e profissional;
- Reduzidos níveis de desenvolvimento pessoal e social;
- Desemprego;
- Insuficiência de conhecimento acerca da integração socio-económica da população imigrante;
- Assimetrias entre os géneros na relação com o mercado de emprego.

Saúde e Dependências

- Insuficientes de infra-estruturas de cuidados continuados de saúde;
- Fraco nível de trabalho comunitário de educação para a saúde;
- Fraco nível de articulação entre serviços de saúde e sociais;
- Falta de recursos humanos nas áreas da saúde e da acção social;

- Desadequação das instalações dos serviços de saúde;
- Inadequação (em grande número) das condições habitacionais e ausência de apoios para a sua adequação e reabilitação (problema transversal à população idosa);
- Insuficiência de estruturas de apoio à população toxicodependente, à população portadora de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e aos sem-abrigo;
- Ausência de trabalho articulado e coordenado a nível comunitário, multidisciplinar e inter-institucional com as populações e de acompanhamento sócio-familiar, em ordem a incentivar e desenvolver as relações sócio-afectivas e a responsabilidade comum para as crianças e adolescentes, para os idosos, para os doentes, para os isolados e dependentes, com vista à redução do isolamento social e dos riscos sociais, nomeadamente a exclusão, a toxicodependência e o alcoolismo. Este problema da ausência de intervenção social com as famílias é, simultaneamente, de prevenção e de desenvolvimento social, mas também de acompanhamento das situações concretas de pobreza e de exclusão, em famílias beneficiárias, ou não, de RSI, nos respectivos percursos de inserção, sendo transversal às várias áreas sociais, nomeadamente no realojamento, na educação, no emprego e formação profissional, entre outras.

Habitação, Pobreza e RSI

- Insuficiência de conhecimento acerca das famílias residentes nos bairros sociais, dos seus problemas, necessidades e expectativas;
- Degradação de edifícios e de espaços exteriores;
- Ausência de equipamentos sociais de lazer e de convívio nos bairros mais periféricos (Calvário, Fernão de Magalhães, Coosofi, etc.);
- Tendência para a concentração de grupos de risco e consequentes dificuldades de inclusão social e de integração das populações;
- Existência de grande número de pedidos de habitação, eventualmente indicador de precárias condições habitacionais;
- Diminuição drástica de recursos de acção social em Peniche, no âmbito do MTSS que, tendo reduzido os técnicos a duas unidades, praticamente impossibilitou

- qualquer trabalho de acompanhamento social das populações, mesmo das pessoas abrangidas pelo RSI (medida de cada vez menos significativa como apoio às famílias carenciadas, não por estas terem diminuído, mas por evidente falta de operacionalidade na execução da medida);
- Ausência de trabalho social comunitário (V. Sector da saúde) de âmbito global e, nomeadamente, de um projecto de intervenção social com as famílias de origem cultural cigana e com os novos imigrantes;
 - Falta de cooperação institucional que leva ao desconhecimento concreto das situações de pobreza e de exclusão social ao nível concelhio;
 - Elevada taxa de desemprego;
 - Insuficiência de conhecimento acerca da realidade da imigração;
 - Assimetrias entre os géneros na relação com o mercado de emprego.

BIBLIOGRAFIA

- ADEPE - Associação para o Desenvolvimento de Peniche (1999), *Realidade Social e Movimento Associativo do Concelho de Peniche*.
- ARS do Centro – Sub-RS de Leiria - Administração Regional de Saúde do Centro – Sub-Região de Saúde de Leiria, *Relatório de Actividades 2001*.
- Associação de Municípios do OESTE - AMO (1998), *Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Região Oeste-P.E.D.R.O.*, Estudo da responsabilidade de Roland Berger & Partner-International Management Consultants, Projecto co-financiado pela Comunidade Europeia, FEDER e PORLVT, Relatório Final (Versão Preliminar).
- CALADO, Mariano (1994), *Da Ilha de Peniche*, Peniche, Ed. Autor.
- CALADO, Mariano (2000), *Fortificações da Região de Peniche*, Peniche, Ed. Autor.
- CALEIRAS, Jorge (s/d), *Caracterização Sócio-Económica do Distrito de Leiria*, Documento Policopiado.
- CMP - Câmara Municipal de Peniche (1994), *Plano Director Municipal*, Estudo da Responsabilidade de COBA, Relatório e Desenhos Fundamentais.
- CMP (1999), *Plano de Desenvolvimento Estratégico da Cidade de Peniche*, Estudo da responsabilidade de CEDRU, Relatório Final.
- CMP (2000), *Diagnóstico Social do Concelho de Peniche – Primeira Aproximação*.
- CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira e COSTA, Bruno Lazarotti Diniz (2003), *Exclusão Social e Políticas Públicas: Algumas reflexões a partir das experiências descritas no Programa Gestão Pública e Cidadania*, Cadernos Gestão Pública e Cidadania, volume 28.
- COSTA, Alfredo Bruto da (1998), *Exclusões Sociais*, Lisboa, Ed. Gradiva.
- CLA – Comissão Local de Acompanhamento ao Rendimento Social de Inserção, *Relatório de Avaliação da Actividade 2003*.
- CPCJ-Peniche - Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Peniche, *Relatório de Avaliação 2003*.
- Instituto Nacional de Estatística – INE (1998), *Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo 1997*.
- INE (2000), *Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo 1999*.

- INE (2003), *Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo 2002*.
- INE, *Censos 91 – Resultados Definitivos*, XIII Recenseamento Geral da População, III Recenseamento Geral da Habitação, Lisboa e Vale do Tejo.
- INE, *Estimativas Provisórias da População Residente*, aferidas dos Resultados Provisórios dos Censos 2001, ajustados com as Taxas de Cobertura.
- GUERRA, Isabel (2000), *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção – O Planeamento em Ciências Sociais*, Cascais, Principia.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE – DIRECÇÃO REGIONAL DE SAÚDE (2001), *Rede de Referenciação Hospitalar de Infecçologia*, D-G de Saúde.
- PESTANA, Carlos et all. (1997), *A Habitação e a Reintegração Social em Portugal*, Lisboa, Ed. Vulgata.
- PITAUD, Philippe (Org.) (2004), *Solitude et Isolement des Personnes Âgées*, Toulouse, Érès.

SITES

- COMISSÃO EUROPEIA, *La Situation Sociale dans l'Union Européenne 2003* (http://europa.eu.int/comm/index_pt.htm).
- EUROSTAT (<http://europa.eu.int/comm/eurostat/>).
- EUROSTAT, *Statistiques en Bref, Thème 3, 15/2001* (<http://europa.eu.int/comm/eurostat/>).
- INE, *Infoline* (www.ine.pt).
- MAGANO, Olga e FERREIRA DA SILVA, Luísa, *A integração/exclusão social de uma comunidade cigana residente no Porto* (<http://www.aps.pt/ivcongr-actas/Acta.060.PDF>).
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (<http://www.dgfv.min-edu.pt>).

CD – ROMs

- INE, *Censos 2001 – Recenseamentos Gerais da População e da Habitação – Dados Comparativos 1991 – 2001*, CD-ROM.
- INE, *O País em Números – Informação Estatística 1991 – 2001*, CD-ROM.

ANEXO -

**Composição do Conselho Local de
Acção Social de Peniche**

Diagnóstico Social do Concelho de Peniche 2004

Nome da Entidade	Nome do Representante no CLAS	Cargo na entidade representada
CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE	Vitor Mamede (Presidente do CLAS)	Vereador dos Pelouros da Solidariedade Social, Cultura, Educação, Juventude e Desporto
ACOMPANHA - Cooperativa de Solidariedade Social, C.R.L.	António José Correia ou Andreia Costa	Presidente da Direcção e Técnica (Socióloga)
ADEPE - Associação para o Desenvolvimento de Peniche	António José Correia ou Luís Duarte	Presidente da Direcção e Secretário Geral
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS DE PENICHE	Ana Clara Leal Rodrigues ou Luís Simões	Presidente da Direcção e Vice-Presidente
ASSOCIAÇÃO JUVENIL DE PENICHE	Manuel Ferreira Luís	Presidente da Direcção
ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE FERREL	Eduardo Figueira	Presidente da Direcção
BRIGADA FISCAL DE PENICHE	Diamantino Guerreiro Ferraz Dias	Comandante do Destacamento
CENTRO DE ATENDIMENTO A TOXICODEPENDENTES DE PENICHE	Luís Fonseca	Director
CENTRO DE EMPREGO DAS CALDAS DA RAINHA	Paulo Guilherme Lemos	Director
CENTRO PAROQUIAL DE BEM ESTAR SOCIAL DE ATOUGUÍA DA BALEIA	José Damas ou João Trindade	Tesoureiro e Vice-Presidente da Direcção
CENTRO DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL DISTRICTAL DE LEIRIA - SERVIÇO DE PENICHE	Goreti Gonçalves	Técnica (Técnica Superior de Serviço Social)
CENTRO DE SOLIDARIEDADE E CULTURA DE PENICHE	João Augusto Tavares Barradas	Vice-Presidente da Direcção
CERCIPENICHE - C.R.L.	Rogério Manuel Dias Cação ou António José Correia	Vice-Presidente da Direcção e Presidente
COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE PENICHE	Susana Maria Maia da Costa	Secretária
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Vitor Mamede	Membro da Comissão Executiva

Diagnóstico Social do Concelho de Peniche 2004

Nome da Entidade	Nome do Representante no CLAS	Cargo na entidade representada
GUARDA NACIONAL REPUBLICANA DE PENICHE	Francisco José Dias de Oliveira	Comandante do Posto
HOSPITAL DE SÃO PEDRO GONÇALVES TELMO DE PENICHE	Elza Maria Morgado Bento Silva Louro	Técnica (Técnica Superior de Serviço Social)
INSTITUTO DE REINSERÇÃO SOCIAL	Isabel Maria D. Sequeira da Silva	Coordenadora de Equipa
JUNTA DE FREGUESIA DE AJUDA	Henrique Bertino Batista Antunes	Presidente
JUNTA DE FREGUESIA DE N.ª S.ª DA CONCEIÇÃO	Sebastião Codinha Batalha ou Raúl Santos	Presidente e Secretário
JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO PEDRO	Joaquim José Feliciano da Silva	Tesoureiro
JUNTA DE FREGUESIA DE SERRA D'EL REI	Jorge Amador	Presidente
JUNTA DE FREGUESIA DE ATOUGUIA DA BALEIA	Manuel Machado Chagas	Presidente
JUNTA DE FREGUESIA DE FERREL	Luís Lourenço Jorge Ganhão	Presidente
COORDENAÇÃO CONCELHIA DE EDUCAÇÃO RECORRENTE E EXTRA-ESCOLAR	Ilda Trovão	Técnica (Professora)
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE PENICHE	Sub-Comissário Jorge Martins	Comandante
RENDIBILROS	Alice Gomes Pitau Coelho	Vice-Presidente da Direcção
ROTARY CLUBE DE PENICHE	Carlos João	Presidente
SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PENICHE	Carlos Manuel Carneiro Costa e Sá	Provedor
SINDICATO DOS TRABALHADORES DA PESCA DO CENTRO	Henrique Bertino Batista Antunes	Coordenador da Direcção

Diagnóstico Social do Concelho de Peniche 2004

Nome da Entidade	Nome do Representante no CLAS	Cargo na entidade representada
ASSOCIAÇÃO DE CENTRO DE DIA DE SERRÁ D'EL REI	Sónia Maria Borges	Técnica (Técnica Superior de Serviço Social)
CENTRO SOCIAL DA BUFARDA	José Noivo	Secretário da Direcção
CENTRO DE CONVÍVIO E CULTURA DE GERALDES	José David da Silva Costa	Presidente da Direcção
ASSOCIAÇÃO DOS ARMADORES DA PESCA LOCAL, COSTEIRA E LARGO DA ZONA OESTE	Sebastião Alexandre Rato	Presidente da Direcção